CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MAPA DE PRESENÇAS DE ROMANCISTAS NEGRAS NO CENÁRIO LITERÁRIO BRASILEIRO (2017- 2020)

Carolina Marinho Marcilio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Luciana de Mesquita Silva

Rio de Janeiro
Novembro/2021

MAPA DE PRESENÇAS DE ROMANCISTAS NEGRAS NO CENÁRIO LITERÁRIO BRASILEIRO (2017- 2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Carolina Marinho Marcilio

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Prof.ª Dra. Luciana de Mesquita Silva (CEFET/RJ) (orientadora)

_____

Prof. Dr. Fabio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ)

_____

Prof.ª Dra. Marcela Iochem Valente (UERJ)

SUPLENTES:

_____

Prof. Dr. Alexandre de Carvalho Castro (CEFET/RJ)

_____

Prof.ª Dra. Terezinha Richartz Santana (UNINCOR)

Rio de Janeiro
Novembro/2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do

M319 Marcilio, Carolina Marinho
Mapa de presenças de romancistas negras no cenário literário brasileiro (2017- 2020) / Carolina Marinho Marcilio. — 2021.
129f. + apêndice : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 119-129
Orientadora: Luciana de Mesquita Silva

1. Relações raciais na literatura. 2. Literatura brasileira – Escritores negros. 3. Editores e edição. 4. Quilombos. I. Silva, Luciana de Mesquita (Orient.). II. Título.

CDD 305.8960981

CEFET/RJ

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rosangela de Oliveira Marinho Marcilio e Edson Marcilio de Souza Filho, e à minha irmã, Camila Marinho Marcílio, que me apoiam nas minhas escolhas acadêmicas e profissionais. Eles são os meus maiores incentivadores na busca por uma representatividade nos espaços de produção de conhecimento. E minha sobrinha Lis Marinho Lopes que nasceu no término desta dissertação, afirmando que há esperança perante a um mundo tão caótico.

Agradeço à minha grande família, pois possuo 10 tios e 33 primos, pelo suporte emocional, para que consiga realizar meus projetos. Entre as pessoas fundamentais: minha tia Margareth Angel, Simone Mendes, Cristina, Lourdes Galante e aos primos Patrícia Franco, Ranielle Júnior, Letícia Marinho, Larissa Marinho, Rodrigo Marinho, Juliana Marinho, Paula Marinho, Rodrigo Marinho, Júlia Marinho e Emanule Galante.

Agradeço às minhas amigas, Renata Westminster Shaw e Cátia Malachias Crelier, por serem os "divisores de águas" na minha vida acadêmica. As conheci no seminário de combate ao racismo nas redes sociais e, na ocasião, ambas me incentivaram a cursar a especialização em Relações Étnico-Raciais, meu primeiro contato com a vida acadêmica.

Agradeço à Luara Franco pelas primeiras informações fornecidas sobre "o mundo acadêmico". Na ocasião, era pós-graduação lato sensu em Relações Étnico-Raciais e Educação no Cefet/RJ.

Agradeço aos professores Maria Cristina Giorgi e Fábio Sampaio, por terem me aprovado na minha primeira banca.

Agradeço à ex-professora da pós-graduação: Aleksandra Stambowisky, que revisou meu pré-projeto de mestrado, permitindo que ingressasse neste programa tão concorrido.

Agradeço à minha professora, orientadora e amiga Luciana de Mesquita Silva, que investiu e acreditou no meu desenvolvimento acadêmico e foi o suporte para que

conseguisse concluir esta etapa, quando não tinha mais forças para lutar diante a tantas dificuldades ao longo desta jornada. Ela me proporcionou apoio material, emocional e intelectual.

Agradeço aos meus amigos de orientação: Aline Divino, Anielle Franco, Dandara Ramos, Elisamar Martins, Yago José Eloi e Walace Modesto pelo companheirismo nas atividades acadêmicas e os incentivos diários.

Agradeço às minhas amigas: Carolina Mara, Heloisa Mazza, Isabela Santos, Maybel Sulamita Roberta Calixto, Sandra Verissimo, Luisa Peixoto, Yago Eloi, Wallace Modesto, Elisa Martins, Amanda Moura, Saúlo Araújo, Glaucia Lima e os professores do mestrado: Carlos Henrique Martins, Fátima Lima, Talita Oliveira, Maria Cristina Giorgi, Fábio Sampaio, Luciana Mesquita, Alexandre Castro e Elisangela Santos, por permitirem que continuasse nesta trajetória acadêmica, por meio da criação do fundo financeiro, para que concluísse o mestrado com tranquilidade emocional e econômica. Esta iniciativa foi criada após os cortes das bolsas de mestrado na instituição.

Agradeço ao Cefet/RJ pela concessão da bolsa de fomento, que foi um aporte fundamental para que esta pesquisa pudesse se desenvolver de forma aprofundada.

Agradeço à minha amiga e revisora Tania Saldanha pela dedicação em formatar meus trabalhos acadêmicos.

Agradeço à minha primeira professora de Língua Portuguesa Lucia Deiró que me incentivou desde sempre a importância da literatura.

Agradeço às minhas amigas do Complexo do Alemão que incentivaram minha caminhada acadêmica: Pâmella de Jesus, Jéssica Souto, Nathália Menezes, Lúcia Cabral, Josiane Santana, Sabrina Martina, Monique Reis, Fernanda Veloso, Fernanda Fagundes e Irlany Barbosa, Dirlene Santos e Vilma Rodrigues.

Agradeço ao meu amigo escritor e prêmio Jabuti, Otávio Júnior, por impulsionar nossos sonhos e projetos literários.

Agradeço à amiga Arlene Costa, pelas trocas literárias e a parceria de trabalho.

Agradeço ao meu amigo Maurício Mota, que me auxilia nas elaborações dos gráficos deste trabalho.

Agradeço minhas amigas de infância e juventude por me apoiarem emocionalmente nesta trajetória: Sarah Cardoso, Amanda Cardoso, Bruna Torres, Tainá Oliveira, Jéssica Vieira, Luana Moraes, Larissa Sombra, Fernanda Bruno, Camilla Cunha, Tamara Pinheiro, Fernanda Piavoneli, Andrea Garrido e Drielle Moura.

Agradeço às minhas amigas do gabinete da deputada Renata Souza: Flávia Cândido, Ray Soares e Juliana Gandolfe, pelo apoio psicológico que proporcionam para seguir minha trajetória de trabalho no Complexo do Alemão.

Agradeço às amigas do budismo: Luana Moraes, Roberta Santos e Mariana, Salsa pelos ensinamentos em prol de uma vida que valorize os direitos humanos.

EPÍGRAFE

Solto a voz nas estradas, já não quero parar.

Meu caminho é de pedra, como posso sonhar.

Sonho feito de brisa, vento vem terminar.

Milton Nascimento

RESUMO

Mapa de presenças de romancistas negras no cenário literário brasileiro (2017- 2020)

Esta pesquisa tem como objetivo realizar um mapa de presenças de romancistas negras brasileiras que publicaram suas obras entre o período de 2017 a 2020. O ano de 2017 foi escolhido, pois desde esse ano autores negros e autoras negras que mais venderam livros no evento até 2020, último período de coleta de dados desta pesquisa. Este novo arranjo no cenário literário brasileiro influenciou na expansão das pequenas editoras especializadas na temática étnico-racial, os chamados quilombos editoriais (OLIVEIRA, 2018) e isso propiciou a produção de romances que contribuíram para o debate racial no cenário literário brasileiro e para o campo de estudo da literatura negro-brasileira (CUTI, 2010) como um espaço de resistência, para que as narrativas negras possam coexistir, assim desestabilizando a lógica do racismo estrutural vigente na esfera literária brasileira (ALMEIDA, 2018). O levantamento dos dados desta pesquisa foi construído a partir dos catálogos do portal Literafro. Percebemos que as romancistas negras brasileiras que contribuíram para um debate antirracista no cenário literário brasileiro publicaram em sua grande maioria em pequenas editoras especializadas na temática étnico-racial, os chamados quilombos editoriais. Também realizamos um levantamento nos catálogos das editoras: Companhia das Letras, Record e Rocco. Nesta coleta de dados, identificamos que no período entre 2017 e 2010 houve pouca inserção de romancistas negras brasileiras nestas casas editoriais. Isso porque na Companhia das Letras, com um catálogo de 4.849 autores(as), foi publicado apenas 1 romance de uma mulher negra: *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia, que não aborda a temática racial na sua obra. Já a Record, a maior editora do país, que reúne 30 mil nomes em seu catálogo se limitou a publicar 1 romance de uma mulher negra: *Assim na terra como embaixo da terra*, também da Ana Paula Maia. Seguindo esta mesma linha de publicar apenas 1 romancista que não trabalha com as questões raciais,a Rocco com o catálogo de 899 nomes neste tempo publica apenas o romance *Cidade afundam em cidades normais*, de Aline Valek.A seleção dessas casas editoriais ocorreu com base no artigo "Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: alterações e continuidades" (DALGASTAGNÉ, 2021). Além disso, foram realizadas entrevistas com as romancistas negras brasileiras que publicaram no período citado acima para compreender os atravessamentos de publicar romances no país.

Palavras-chave: Literatura negro-brasileira; romancista negra; racismo estrutural;

mercado editorial; quilombos editoriais.

ABSTRACT

Mapping the presence of brazilian novelists in the brazilian literary scene (2017- 2020)

This aims to carry out a map of research on the presence of black Brazilian novelists who publish their works between the period from 2017 to 2020. last data collection for this research.This new arrangement in the Brazilian literary scene influenced the expansion of small publishers specialized in race and ethnicity topics, the so-called editorial quilombos (OLIVEIRA, 2018), and this led to the production of novels that contributed to the racial debate in the Brazilian literary scene and to the field of study black-Brazilian literature (CUTI, 2010) as a space of resistance, so that black narratives can coexist, thus destabilizing the logic of structural racism in the Brazilian literary sphere (ALMEIDA, 2018). The survey data for this research was built from the catalogs at Literafro portal and we realized that the black Brazilian novelists who contributed to an anti-racist debate in the Brazilian literary scene were published mostly in small publishers specialized in race and ethnicity topics, the so-called editorial quilombos. We also carried out a survey in the catalogs of the publishers: Companhia das Letras, Record and Rocco.In this data collection, we identified that between 2017 and 2010 there was little inclusion of black Brazilian novelists in these publishing houses, because at Companhia das Letras, with a catalog of 4,849 authors, only 1 novel by a black woman was published: *Enterre seus mortos*, by Ana Paula Maia, who does not address race in her work. On the other hand, at Record, the largest publisher in the country, which brings together 30 thousand names in its catalog, limited itself to publishing 1 novel by a black woman: *Assim na terra como embaixo da terra*, also by Ana Paula Maia. Following the same line of publishing, only 1 novelist who does not work with race issues, Rocco, with a catalog of 899 names at this time, only published the novel *Cidades afundam em dias normais*, by Aline Valek.The selection of these editorial houses was based on the article " Absences and stereotypes in the Brazilian novel of the last decades: changes and continuities" (DALGASTAGNÉ, 2021). In addition, interviews were conducted with Brazilian black novelists who published in the period mentioned above to understand the issues that cross publishing novels in the country.

Keywords: Black-Brazilian Literature; black novelist; structural racism; publishing market; editorial quilombos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A imagem da escritora Maria Benedita que era associada à Maria Firmina dos Reis. 52

Figura 2: Recriação da imagem de Maria Firmina dos Reis na Festa Literária das Periferias. 53

Figura 3: A escritora e pesquisadora Lu Ain-Zaila. 101

Figura 4: A escritora e pesquisadora Eliana Alves Cruz. 104

Figura 5: A escritora e assistente social Miriam Alves. 107

Figura 6: A escritora e professora Alcidéa Miguel..... 111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento do perfil étnico-racial de curadores (as) da Festa Literária Internacional de Paraty. 67

Tabela 2: Obras de autoras estrangeiras não-brancas publicadas pela Companhia das Letras (2017-2020) 78

Tabela 3: Obras de autoras brasileiras negras publicadas pela Companhia das Letras (2017-2020). 80

Tabela 4: Obras de autoras estrangeiras não-brancas publicadas pela Record (2017-2020)..... 87

Tabela 5: Obras de autoras brasileiras negras publicadas pela Record (2017-2020). ... 90

Tabela 6: Obras de autoras estrangeiras não-brancas publicadas pela Rocco(2017-2020) 93

Tabela 7: Obras de autoras brasileiras negras publicadas pela Record (2017-2020). 94

Tabela 8: Romances de autoras negras brasileiras publicadas entre 2017 e 2020. 100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Publicações de autoras negras brasileiras nas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco de 2017 a 2020: 95

Gráfico 2: Escritoras negras e não-brancas publicadas pela Companhia das Letras, Record e Rocco de 2017 a 2020: 97

SUMÁRIO

Introdução **13**

1 Questões raciais: sociedade, poder e literatura **19**

1.1 Pensamento social brasileiro e racismo estrutural 19

1.2 Colonialidade, branquitude e mercado editorial 25

1.3 Construção de personagens femininas negras em romances canônicos 31

2 Falando por orifícios: movimentos negros de (re)existência na educação e na literatura **39**

2.1 Um breve panorama dos movimentos literários e artísticos antirracistas no curso da história brasileira 39

2.2 Epistemologias negras na literatura 46

2.3 Quilombos editoriais 57

3 Romancistas negras e o comportamento editorial brasileiro após a "FLIP da diversidade" **64**

3.1 A condição da mulher negra na sociedade brasileira e na Festa Literária Internacional de Paraty 64

3.2 As grandes editoras após a "Flip da diversidade" 76

3.3 Enegrecendo o romance brasileiro: Um levantamento de romances publicados por mulheres negras entre 2017 e 2020 98

Considerações finais **117**

Referências **120**

Apêndices **131**

Introdução

Cresci no Complexo do Alemão, um dos conjuntos de favelas mais vulneráveis do Rio de Janeiro no que tange à segurança pública. Diante do contexto de matabilidade vigente na região, havia poucas possibilidades de entretenimento e sempre procurei refúgio na biblioteca de Ramos: no local, ficava vislumbrando novos mundos e, em meio aos livros, tentava recriar minha existência. Nesta localidade, sou idealizadora do clube literário infantil[1] dedicado à promoção da literatura negro-brasileira junto com a minha mãe Rosangela Marinho, que é pedagoga e o escritor, livreiro e Prêmio Jabuti em 2020, como melhor livro infantil: Da minha janela, Otávio Júnior. Esta iniciativa tem surtido muitos resultados positivos, pois algumas das crianças já manifestam o desejo de serem escritoras e quiçá ganhar o Prêmio Jabuti e também mantêm uma relação afetiva com os livros, especificamente de autoria negra. Em um dos nossos encontros, uma das alunas atendidas pelo projeto se inspirou na escritora nigeriana Chimamanda Adichie.

O clube literário infantil surgiu na pandemia de Coronavírus, pois a equipe pedagógica da Recreação Infantil Estrelinha, não aderiu à educação à distância, porque a maioria dos (as) alunos (as) não tinham condições estruturais para acompanhar esta metodologia, já que em muitas das casas da região não há energia e água regular. Na ocasião da pandemia, as crianças atendidas pelo projeto passaram por problemas emocionais sérios, pois nas suas casas têm poucas possibilidades de entretenimento, assim aumentando a angústia no isolamento social e culminando em constantes acidentes domésticos, como um aluno que quase caiu na caixa d'água. Nesta situação, eu e minha mãe conversamos e resolvemos pedir ajuda nas redes sociais sobre doações de livros, a fim de emprestar as crianças e promover atividades pedagógicas. Após o pedido, de imediato o Otávio Júnior cedeu seu acervo, para que pudessem emprestar as crianças mensalmente junto às doações de cestas básicas.

A Recreação Infantil Estrelinha foi idealizada por Rosangela Marinho, minha mãe, como mencionado anteriormente, depois de sua licença maternidade. Ela percebeu a dificuldade de acesso às creches públicas para as mães de favela e diante a tanta dificuldade, ela decide destinar dois cômodos de sua casa para realizar trabalhos pedagógicos com as crianças da região. Dentre as atividades realizadas estão: a alfabetização e o estímulo à leitura.

[1] Clube literário infantil no Complexo do Alemão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8XWYyP0tiy4>. Acesso em: 13 agosto 2021.

Na minha infância, como abordei anteriormente, tinha poucas possibilidades de entretenimento e sempre buscava distração nas bibliotecas do bairro. Cada vez mais envolvida com a literatura, tive a oportunidade de fazer parte de um projeto de teatro escolar durante o ensino médio na Escola Municipal Antônio Houaiss. Nesta iniciativa, tínhamos acesso aos clássicos da literatura e tive contato com a obra *Clara dos Anjos* (1921), de Lima Barreto, e esse livro me despertou muito interesse, porque abordava a temática da gravidez na adolescência. Este fato era recorrente na favela onde vivia, porém eu não queria reproduzir essa lógica na minha vida. No livro, Clara dos Anjos é uma jovem de 18 anos, negra, periférica que, no dia de seu aniversário, conheceu o músico Cassi Jones de Azevedo, um sedutor violeiro convidado para tocar em sua festa. Cassi era um homem branco, de uma classe social privilegiada. Em pouco tempo, eles se relacionaram e Clara se apaixonou pelo músico e, em seguida, engravidou. Cassi fugiu ao descobrir que ela estava grávida e a família do músico a insultou por ser uma mulher negra e pobre. A partir desse fato, a protagonista passou a compreender qual era a posição que as mulheres negras/periféricas ocupavam na sociedade brasileira.

Ao cursar a Especialização em Relações Étnico-Raciais e Educação no Cefet/RJ, em 2017, tive a oportunidade de estudar sobre as questões raciais e o racismo, debates a que não havia tido acesso até a adolescência. Nesse mesmo ano, o escritor Lima Barreto (meu autor preferido desde os 15 anos) foi homenageado na edição de 2017 da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), em consequência de uma intensa mobilização de intelectuais negros (as), devido à ausência de escritoras negras na FLIP 2016. Na ocasião, a poeta Ana Cristina Cesar foi a homenageada e, na Tenda dos Autores, entre os 39 convidados, 17 eram mulheres e não havia nenhuma escritora negra.

Em face desse contexto, construí uma Monografia de Final de Curso para a Especialização que investigava a representação do escritor Lima Barreto nas matérias veiculadas no jornal *O Globo*: com o desenvolvimento da pesquisa, verifiquei que o editorial da Flip 2017 presente no periódico não reconheceu o autor como representante da literatura afro-brasileira ou negro-brasileira, configurando o que a filósofa Sueli Carneiro definiu em sua tese de doutorado *A construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2005) como epistemicídio, uma espécie de morte simbólica e subjetiva da população negra por meio do silenciamento, subjugação, deslegitimação de saberes e conhecimentos e pela perpetuação da evasão escolar.

Além disso, a autora adverte que o epistemicídio é uma das estratégias mais eficazes para perpetuar a hegemonia racial e cultural dos compreendidos como brancos na sociedade brasileira. E este procedimento se dá em duplo movimento pela deslegitimação da produção do conhecimento de grupos raciais subalternizados ou pelo embranquecimento cultural. Voltando ao caso de Lima Barreto, o editorial do jornal *O Globo* tentou enquadrá-lo em uma escola estético-literária eurocêntrica, o pré-modernismo, mesmo que o autor, no início do século XX, tenha se posicionado em prol da valorização da negritude para a construção do país.

Apesar do episódio de epistemicídio envolvendo o editorial do jornal *O Globo* sobre a representação de Lima Barreto na Flip 2017, esta edição do evento ficou conhecida como a "Flip da diversidade" e, diante deste novo arranjo com um maior número de escritores e escritoras negros e negras participando dos debates e lançamentos de livros, houve também uma significativa mudança no mercado editorial, já que, desde então, obras de escritores (as) negros (as) têm liderado as vendas nas edições do evento, de acordo com site *Publishnews*, especializado na cobertura de notícias literárias. Em 2017, o livro mais vendido foi *Na minha pele*, de Lázaro Ramos, com 1.187 exemplares, no ano seguinte foi a obra *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro, com a vendagem de 465 obras, já em 2019 foi o livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano,* da escritora portuguesa Grada Kilomba, traduzido por Jess Oliveira, com 648 cópias vendidas e, em 2020, o romance vencedor do Prêmio Jabuti deste ano, no eixo Literatura/ Romance literário: *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, com 532 exemplares vendidos. Com este arranjo, Wagner Amaro (2018), idealizador da editora Malê, iniciativa dedicada a difundir obras de intelectuais negros no Brasil, argumenta sobre a necessidade de se criar ações antirracistas no cenário literário brasileiro:

> A lista dos mais vendidos da Flip, nestes dois últimos anos, vem sinalizando que a bibliodiversidade depende de ações mediadoras inclusivas, que garantam também aos escritores tradicionalmente marginalizados os espaços mais privilegiados de divulgação literária. (AMARO, 2018, s.d.)

Com essa nova conjuntura editorial, esta dissertação se dedica a investigar se o aumento da vendagem de livros nas edições da Flip, após a edição de 2017, foi responsável por uma suposta abertura do mercado editorial para as escritoras negras brasileiras, especialmente as romancistas. Nesta ocasião, as romancistas negras foram selecionadas para serem analisadas, pois estas mulheres ainda estão em um lugar crítico no que tange à vulnerabilidade social e nesta condição as que conseguem ascender têm que conciliar diversas

atividades profissionais, a fim de buscar sua sustentabilidade. E esta condição pode impactar na produção intelectual destas mulheres.

O gênero romance foi escolhido devido a pouca quantidade de publicações deste gênero de autoria negra no curso da história, como argumenta Fernanda Rodrigues de Miranda (2019), em sua tese de doutorado "Corpo de romance de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história da colonialidade nacional confrontada" (2019, p.20): "Olhando para a produção literária de autoria negra publicada no Brasil percebe-se que o romance constitui um quadro de poucas obras, se compararmos à poesia, e pouquíssima teoria…" A partir disso, este trabalho tem por finalidade mapear presenças de romancistas negras que contribuíram para um debate antirracista de 2017 a 2020. Para isso, analisaremos as seguintes questões sobre a produção de romance do período de 2017, ano da edição da Flip da diversidade até 2020, ano da última coleta de dados: a) Quais editoras grandes que publicaram as escritoras negras? b) As obras escritas por mulheres negras brasileiras publicadas por grandes editoras contribuíram para um debate antirracista? c) As pequenas editoras especializadas estão publicando romances no Brasil que contribuem para um debate antirracista?

Esta investigação é de suma relevância, já que a dinâmica sociorracial brasileira impacta a produção de romances escritos por autores (as) negros (as), como abordado anteriormente e produz consequências no âmbito da narrativa, como demonstra Regina Dalcastagnè (2012), no capítulo "Um mapa de ausências", em relação a uma análise do romance brasileiro contemporâneo (1990-2004), como aponta a pesquisadora (2008, p. 90): "Os brancos somam quase quatro quintos das personagens, com uma frequência mais de dez vezes maior do que a categoria seguinte (negros). Em 56,6% dos romances, não há nenhuma personagem não-branca". Diante desse cenário de silenciamento, torna-se imprescindível criar epistemologias que projetem vozes que foram silenciadas na história da literatura brasileira pela branquitude, privilégios materiais, simbólicos adquiridos pelo grupo racial compreendido como branco no Brasil que propaga o racismo no país em prol da manutenção do poder.

Nesse sentido, este trabalho será organizado em três capítulos. No capítulo 1, será abordado como determinadas instituições, como as escolas de Direito e Medicina, legitimaram o racismo estrutural na sociedade brasileira, impactando nas produções de conhecimento em campos como a literatura, condicionando personagens negras a meros objetos sexuais, desprovidas de intelectualidade e sensibilidade, e perpetuando, assim, a colonialidade do saber na esfera literária. Entendemos o racismo estrutural como um sistema

que valida juridicamente, politicamente e economicamente a superioridade de um grupo racial em detrimento de outro, perpetuando privilégios de ordem material, intelectual e simbólica aos sujeitos brancos. Segundo Silvio Luiz de Almeida (2018), “É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p. 25). No capítulo 2, será apresentado como a população negra no Brasil resistiu à dominação da branquitude nos cenários cultural, educacional e político desde o século XVIII, com a poesia de Caldas Barbosa, um autor negro, representante do Arcadismo brasileiro, por exemplo, até em manifestações contemporâneas. Nessa seção, também será realizada uma discussão mais ampliada sobre os termos literatura afro-brasileira e literatura negro-brasileira. Estas duas perspectivas defendem que a literatura produzida e protagonizada por autores (a) negros (as) que também assumem na escrita este posicionamento na escrita denomina uma área específica dentro da literatura brasileira, porém estas concepções divergem no campo conceitual. Para Eduardo Assis Duarte, doutor e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a literatura produzida por negros (as) no país que se assumem como tal é denominada literatura afro-brasileira, e para isso deve apresentar cinco aspectos (autoria, ponto de vista, linguagem marcando a afrodescedência, temática, formação de público). Enquanto, para Luiz Silva, conhecido como Cuti, doutor em literatura brasileira pela Universidade de Campinas (UNICAMP) a literatura produzida e protagonizada por negros no país é definida como literatura negro-brasileira, pois evidencia e valoriza em seu nome a palavra negra que muitas vezes foi negada e silenciada na história da literatura brasileira. Ainda nesta etapa, apresentaremos a concepção dos chamados quilombos editoriais por meio de editoras, livrarias, ações dedicadas à produção intelectual negra e também teceremos uma breve discussão sobre quilombismo.

Já no capítulo 3, temos por objetivo fazer um levantamento da quantidade de romances produzidos por mulheres negras de 2017 a 2020 que contribuíram para um debate antirracista. Esta pesquisa tem por objetivo investigar se o grande mercado editorial brasileiro está se abrindo para romancistas negras brasileiras que pautem temas como racismo e valorização da cultura negra. Para isso, estruturamos essa seção em três tópicos, sendo um deles dedicado a apresentar a condição da mulher negra na conjuntura sociorracial brasileiro. O tópico seguinte destina-se a um levantamento de dados de escritoras negras, em esfera nacional, e não-brancas, no âmbito internacional, publicadas por grandes editoras como Companhia das

Letras, Record e Rocco, para analisar se houve um aumento na presença de autoras negras brasileiras nessas casas editoriais. Essas informações foram colhidas no catálogo dessas editoras e estão disponíveis no site. Em todas as editoras, foi possível observar pouco espaço para as romancistas negras brasileiras, pois cada uma delas publicou apenas 1 romance de autora negra entre 2017 e 2020, por exemplo, a obra *Enterre seus Mortos*, de Ana Paula Maia publicada pela Companhia das Letras em 2019. Lembramos que esta editora reúne 4.849 nomes. Com esta mesma lógica, a editora Record, a maior do país, que tem no seu catálogo com 30.00 autores, editou, no mesmo período, apenas o romance *Assim na terra como embaixo da terra*, em 2017, da também Ana Paula Maia. Nesta direção, a Rocco, com o acervo de 899 escritores e escritoras, publicou só o romance *Cidades afundam em cidades normais*, em 2020. Destacamos que os romances publicados por estas grandes editoras não abordam um debate antirracista.

Na etapa seguinte, apresentamos as presenças das romancistas negras que contribuíram para um debate antirracista no período de 2017 a 2020. Além de realizar uma breve análise das obras, entrevistamos as romancistas que produziram neste período. Encontramos essas autoras através de suas redes sociais e foi neste espaço que enviamos mensagens apresentando a pesquisa e solicitando uma entrevista. Todas as escritoras aceitaram conceder a entrevista entre junho e julho de 2021, por meio de questionários fechados via e-mail. Este estilo de entrevista foi escolhido levando em consideração o isolamento social, provocado pela pandemia do Coronavírus. Os formulários continham entre 7 e 8 perguntas semelhantes para todas as romancistas, cujas respostas estão na íntegra ao final deste trabalho. Algumas dessas perguntas foram utilizadas como embasamento teórico na pesquisa. Tal perspectiva foi adotada também para romper com a lógica de ter mulheres negras como meros objetos de pesquisa, assim ecoando vozes que foram silenciadas secularmente no arranjo sociorracial brasileiro.

Obtivemos os dados referentes às publicações das romancistas negras brasileiras junto ao catálogo de autores (as) do Portal Literafro — portal da literatura afro-brasileira, dedicado à promoção da produção intelectual negra brasileira. Este site foi escolhido devido a sua relevância e comprometimento científico, já que é vinculado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além do levantamento de dados junto aos catálogos das editoras mencionadas acima e da Literafro.

∴

1 Questões raciais: sociedade, poder e literatura

Neste capítulo, será abordado como se formou o pensamento social brasileiro, influenciado por ideais europeus de eugenia e darwinismo social no século XIX. E também como a concepção de democracia racial foi responsável por construir o sentido de identidade nacional brasileira. Essas correntes de pensamento tinham por objetivo eliminar ou branquear os negros no país. Diante dessa conjuntura sociorracial, este capítulo também mostrará como homens brancos detêm o poder sobre a produção do discurso literário brasileiro e como essa relação racial vigente no país implica nas narrativas literárias, reforçando o imaginário social sobre personagens negras femininas.

1.1 Pensamento social brasileiro e racismo estrutural

Segundo o jornalista e escritor estadunidense Ta-Nehisi Coates, no livro *Entre o mundo e eu* (2015, n.p.), "a raça é a filha do racismo, não a mãe". O autor ainda acrescenta que a categoria raça foi criada pelo modelo do Estado burguês para eleger um grupo hegemônico para organizar relações políticas, econômicas e jurídicas. Nesse sentido, é possível afirmar que raça não é uma categoria biológica, e sim uma construção discursiva que ganha diferentes contornos no curso da história, desde a esfera biológica científica até uma perspectiva sociocultural. Na dinâmica sociorracial brasileira, o negro foi construído a partir do discurso científico branco como violento, destituído de cultura, sujo e possuidor de uma sexualidade voraz. Entendemos o discurso sob a perspectiva de Foucault (2012), que defende que ele não se limita apenas a uma sequência de frases e palavras que transmitem um significado. Para o autor, os discursos são importantes instrumentos da organização funcional do imaginário social, pois conectam uma rede de signos que se relaciona a outros tantos discursos, perpetuando, assim, os valores de uma determinada sociedade. De acordo com esse pensador, os discursos funcionam como uma maneira de exercer o poder, já que uns são escolhidos e validados, em detrimento de outros:

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu

> acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 8-9)

Pautado pelo discurso histórico e fundacional sobre o negro, o racismo estrutural se mantém na sociedade brasileira porque as relações de submissão e subjugação estão naturalizadas (ALMEIDA, 2018), ou seja, para Silvio Almeida, no imaginário sociorracial do país é normal se deparar com o negro em condições de vulnerabilidade. O autor defende, ainda, que, na sociedade brasileira, o racismo opera de forma ideológica na medida em que o negro é sempre associado à inferioridade e ao atraso.

Em meados do século XIX, o Brasil era percebido pela Europa como atrasado por concentrar um grande quantitativo de população negra, classificada como inferior e que levaria a nação ao declínio. Diante desse contexto, intelectuais da época passaram a pensar em ciências e escolas de conhecimento científico no terreno brasileiro para conduzir o país ao caminho do progresso. Entre os conhecimentos produzidos neste período estavam os dos campos do Direito e da Medicina, ciências que iriam salvar a nação das mazelas sociais, trazidas pela brutal escravização e pelo fim tardio do sistema escravocrata.

A fundação da escola de Direito no Brasil tinha por objetivo criar uma constituição brasileira, desvinculada da metrópole. E os epicentros dessas escolas de saberes se localizavam em Recife e em São Paulo. As instituições apresentavam diferentes perspectivas para contornar o aumento crescente da criminalidade no país. Em São Paulo, investiu-se em estudos voltados para o Direito Civil, já Recife se dedicou ao curso de Antropologia Criminal, que tinha como base o pensamento de que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário. Esta é a visão de Schwarcz (1993) em relação a esses dois contextos:

> Enquanto na Escola do Recife um modelo claramente determinista dominava, em São Paulo um liberalismo de fachada, cartão de visita para questões de cunho oficial, convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades. (SCHWARCZ, 1993, p. 186)

Com diferentes perspectivas, as escolas de Recife e de São Paulo se assemelhavam na predominância do pensamento científico europeu para embasar a formação identitária nacional. No âmbito desse pensamento, que norteou o processo de modernização do país, estavam o darwinismo social e a eugenia, teorias que tinham por objetivo o domínio de um grupo racial sobre outro e a manutenção de uma distância entre o colonizado e o colonizador. Segundo Filho (2018), o darwinismo social defendia a superioridade intelectual do homem europeu, e muitos pensadores da época acreditavam que a miscigenação era um dos fatores

responsáveis por levar o Brasil ao declínio e ao atraso. Sílvio Romero, por exemplo, um dos maiores representantes dessa doutrina no país, entendia:

> [...] o mestiço como o produto final de uma raça em formação. Utilizando forma pouco ortodoxa às máximas poligenistas da época, Romero encontrava na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, como estabeleciam as teorias deterministas da época. Porém, paradoxalmente, ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, esse autor encontrava nela a futura "viabilidade nacional". (SCHWARCZ, 1993, p. 154)

Romero estava vinculado à escola de Recife, na qual se propagavam as ideias de miscigenação e clareamento paulatino como uma possibilidade para a criação de uma identidade nacional. De acordo com Schwarcz (1993, p. 186), "de fato, Silvio Romero, que se dizia avesso à contemplação exclusiva das coisas, afastou-se dos modelos teóricos puros para encontrar no mestiço a condição de vitória do branco no país". Romero afirmava que a mestiçagem, baseada em uma mistura de brancos, negros e indígenas, seria uma maneira para se pensar a identidade nacional. Entretanto, essa teoria assimilacionista tinha como objetivo mesclar o maior quantitativo possível do elemento branco, a fim de embranquecer a sociedade brasileira. Por isso, neste período histórico, havia um grande estímulo à imigração europeia, como afirma Filho (2018, p. 68), em relação à postura de Romero: "Para Romero, especificamente, a alternativa para se buscar a identidade seria favorecer a imigração europeia do homem branco, considerado o trabalhador ideal, espalhando tais imigrantes no território brasileiro de maneira racional".

Outras escolas dedicadas a levar o país ao progresso foram às instituições de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, que também estavam preocupadas com discussões sobre a construção de uma identidade nacional. Neste sentido, a Bahia tinha como um dos nomes mais expressivos o do médico Nina Rodrigues, o qual, filiado à corrente de pensamento Eugenista, considerava o cruzamento racial como um grande problema da sociedade brasileira. No Rio de Janeiro, os intelectuais da escola de Medicina também acreditavam que a miscigenação trazia consigo um caráter degenerativo, o que provocaria doenças no âmbito da sociedade brasileira.

A propagação dos ideais de miscigenação e da mistura entre as raças foi também um dos pressupostos para formar o que se acreditava por identidade nacional brasileira na Era Vargas em 1930 e, para compreendermos como foi elaborada essa concepção, faremos um breve panorama histórico. A libertação tardia da população escravizada, sendo o Brasil o último país da América Latina a abolir o regime de escravidão, culminou em um processo demorado de industrialização na sociedade brasileira, ocorrendo apenas entre a Primeira

República (1889-1930) e a Segunda República (1930-1937). E, para suprir este suposto atraso na esfera da empregabilidade, passou a se incentivar a imigração europeia para que o país tivesse uma mão de obra qualificada:

> De fato, se a importação de cerca de 5 milhões de africanos abasteceu o mercado de trabalho da colônia (1560 a 1823) e do jovem estado independente durante o seu primeiro século de existência (1823 a 1852), a partir da extinção do tráfico de escravos a Europa passa a ser a principal região de abastecimento de mão-de-obra para a agricultura de exportação e para a indústria nascente. Estima-se em 4 milhões a emigração europeia para o Brasil, constituída principalmente por portugueses, italianos e espanhóis, entre 1850 e 1932. (GUIMARÃES, 2001, p. 123)

Nesta nova dinâmica sociorracial no Brasil, as ofertas de trabalhos industriais e artesanais ficaram concentradas nas mãos de imigrantes europeus, excluindo completamente a população negra da empregabilidade. Na década de 1930, especificamente, durante a Era Vargas, começou a se pensar em uma identidade nacional, a fim de conter os supostos conflitos que pudessem surgir diante deste contexto de exclusão que ocorreu no processo de modernização do país:

> Se a Primeira República fora responsável pela europeização dos costumes brasileiros e pela introdução de milhões de europeus no sul e no sudeste do Brasil, em detrimento da população mestiça, oriunda do caldeirão colonial, a Revolução de 30 e a Segunda República tiveram o bom senso de desarmar a bomba étnica que se formava em conformidade com os temores de Nina Rodrigues. (GUIMARÃES, 2001, p. 124-125)

Em face desse contexto, os pressupostos da democracia seriam uma possibilidade viável para se contornar os conflitos no país, como destaca Guimarães (2001, p. 123): "O Brasil passa a se pensar a si mesmo como uma civilização híbrida, miscigenada, não apenas europeia, mas produto do cruzamento entre brancos, negros e índios", na qual se pregava a convivência pacífica multirracial, sem considerar os embates raciais, sociais e regionais e a crescente desigualdade.

No imaginário social brasileiro, propaga-se que o termo "democracia racial" foi criado pelo autor Gilberto Freyre, um dos sociólogos mais expressivos do século XX. Porém essa terminologia foi cunhada por Artur Ramos (1941) em uma conferência nos Estados Unidos. Em 1944, o sociólogo francês Roger Bastide, em viagem ao nordeste do país, é influenciado pela leitura de textos de Gilberto Freyre e começa a pesquisar sobre as questões raciais no Brasil. Em uma série nomeada "Itinerária da democracia", do jornal *Diário de São Paulo,* descreve o Brasil como uma das nações democráticas do mundo no que tange à igualdade de direitos. Apesar de Bastide se inspirar em Freyre, este não utiliza o termo "democracia racial"

nesse período, mas sim a expressão “democracia étnica”, em uma conferência na Universidade da Bahia, em 1943:

> Encontram-se aqui [na Bahia] esses resultados num clima em que nenhuma região do Brasil é mais doce, de democracia étnica, inseparável da democracia social. E sem democracia social, sem democracia étnica, sem democracia econômica, sem democracia sociopsicológico – a dos tipos que se combinam livremente em expressões novas, admitidas, favorecidas e estimadas pela organização social e da criatura – que pode ser senão um artifício a simples democracia política? (FREYRE, 1944, p. 30)

Em 1952, o termo “democracia racial” foi utilizado pelo antropólogo estadunidense Charles Wagley, quando escreve uma série de estudos sobre relações entre negros e brancos no Brasil, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), uma agência especializada das Nações Unidas. Com este arranjo, as discussões raciais no Brasil ganham proporções internacionais, como aponta Guimarães (2006, p. 11): “O projeto sobre relações raciais no Brasil, que a UNESCO patrocinou entre 1952 e 1955, galvanizou o debate em torno da situação das relações raciais no Brasil”.

Diante do contexto de formação de instituições de pseudociência que surgiram no país para tentar justificar a suposta inferioridade dos negros e da tentativa governamental na Era Vargas de apagar os negros da história brasileira por meio da miscigenação ou eliminação, confirma-se que o racismo na sociedade brasileira não é apenas institucional, como propõe Almeida (2018, p. 22), “pelo racismo ser estrutural não se limita a derivação de um processo econômico e político. É também um processo histórico”. O autor argumenta que o racismo é uma decorrência de eventos políticos, sociais e históricos que tentam hierarquizar raças a partir de características físicas, intelectuais, morais e psicológicas. Para Stuart Hall (2015), a categoria “raça” não se constrói como categoria biológica ou genética que possua validade científica e sim uma perspectiva discursiva que serve para classificar e hierarquizar grupos em detrimentos de outros:

> Isto é, ela é categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas [...] como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2015, p. 37)

Apesar de a raça como uma categoria biológica não existir, como destaca Hall, traços fenotípicos ainda têm sido uma maneira de promover a desigualdade sociorracial no Brasil, normatizando e perpetuando padrões discriminatórios, como será apresentado na seção 3.1 sobre as barreiras no mercado editorial enfrentadas por mulheres negras brasileiras. Tal exclusão pode ser percebida também nos índices de vulnerabilidade aos quais qual a

população negra está submetida no curso da história da sociedade brasileira, e isso pode ser observado recentemente, por exemplo, a partir de dados relativos às mulheres negras no mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa "Desigualdades sociais por cor ou raça", do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 2019, "no ano passado, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país" (2019 n.p.).

Ainda sobre o racismo estrutural, Almeida (2018) destaca que a naturalização do racismo ocorre constantemente por meio de veículos de comunicação, indústria cultural e instituições de ensino. Ao tecer um diálogo com o contexto estadunidense sobre o poder que a supremacia branca exerce sobre o controle de imagens dos negros, a escritora bell hooks, na obra *Olhares negros: raça e representação* (2019), adverte que:

> Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, exploração e dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos. (Hooks, 2019, p. 93)

A exploração da imagem do negro em condições de subalternidade no campo audiovisual, em outras mídias e na literatura, tem um papel importante na manutenção e atualização do racismo na sociedade brasileira, reforçando, assim, estigmas dessa população no imaginário social brasileiro. É importante considerar que entendemos o processo de formação da subjetividade como uma construção social e coletiva, conforme propõe Guattari (1992, p. 19-20): "A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos 'matemas do Inconsciente', mas também nas grandes máquinas sociais".

Apesar de o cenário audiovisual brasileiro ainda reproduzir a imagem do negro na condição de subserviência em novelas e no cinema, há um movimento de construção de contranarrativas dentro dos circuitos hegemônicos. Por exemplo, em 2019, foi feito um documentário sobre a vida da escritora Carolina Maria de Jesus, dirigido por Vanessa Souza, intitulado *Carolina*, disponibilizado na plataforma Globoplay. No ano seguinte, o programa *Falas negras*, dirigido por Lázaro Ramos e exibido na TV Globo em 20 de novembro de 2020, contou com depoimentos e interpretações de personalidades negras sobre a luta contra o racismo. Nesse mesmo ano, nessa emissora foi transmitida, na novela *Bom Sucesso*, uma participação especial de Conceição Evaristo, em que a escritora apareceu no lançamento de um livro de autoria negra. Na ocasião, a personagem Alice, interpretada pela atriz Bruna Inocêncio, escreveu seu livro inspirado na obra *Olhos d'água*, de Evaristo.

Outro canal que tem sido fundamental para projetar as vozes negras na sociedade brasileira são as redes sociais como Youtube e Instagram, entre outras. Nesses suportes, os influenciadores digitais ditam novas regras de consumo, contribuindo, consequentemente, para o surgimento de novas regras no mercado, tais como a reivindicação por um maior número de pessoas negras na publicidade e o aumento na criação de produtos estéticos direcionados às pessoas negras. Diante desta dinâmica, a *Forbes*, uma revista estadunidense de negócios e economia, divulgou uma lista com 20 influenciadores digitais negros brasileiros que trabalham com diversos temas. Apesar dessa lista não divulgar nenhum influenciador digital que trabalhe com literatura, há um perfil que vem se destacando no Instagram, que é a "Camilla Dias e seus livros": com 40,5 mil seguidores, a ativista literária exalta a intelectualidade negra por meio de resenhas literárias e indicações de livros.

Os influenciadores negros têm encontrado nas redes sociais uma possibilidade de se comunicar com seu público devido a certa democratização do acesso à internet. No entanto, a pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo CETIC.br em 2019 revelou que cerca de 47 milhões de pessoas ainda seguem sem acesso regular à internet e este abismo tem se agravado com o advento da pandemia do Coronavírus em 2020. Soma-se a tal segregação tecnológica o fato de que 86% dos moradores de favela enfrentam dificuldades para comprar comida e outros itens básicos, como apresentado pelos dados da pesquisa Data Favela e Instituto Locomotiva. Como mostrado acima, a internet tem sido um espaço para propagar debates antirracistas, porém, ao longo da história, essas vozes negras foram negadas, silenciadas, como na literatura canônica. Na próxima seção, será discutido como a literatura canônica serviu como uma maneira de silenciar personagens e autoras negras, reforçando, assim, estereótipos.

1.2 Colonialidade, branquitude e mercado editorial

> Temos que mudar as nossas próprias mentes...
> Temos que mudar nosso pensamento a respeito uns dos outros.
> Temos que nos ver com novos olhos.
> Temos que nos aproximar de modo caloroso.
>
> *Malcolm X*

As palavras de Malcolm X nos convidam a pensar sobre o fenômeno psicossocial que acometeu as sociedades que foram invadidas e colonizadas por países europeus. Tal fato culminou no que foi denominado “colonialidade”, pelo pensador peruano Aníbal Quijano (2005). De acordo com o autor,

> O colonialismo é, obviamente, mais antigo: no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2005, p. 3)

Nesse sentido, conforme Quijano (2005), a colonialidade é utilizada para explicar o processo de subordinação dos países colonizados que ainda persiste mesmo com o fim do regime colonial, através do sistema capitalista. Segundo Lander (2000, n.p.) citado por Assis (2014): “Os diferentes discursos históricos (evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização) procuram sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é, simultaneamente, superior e normal”. Em face desse contexto, a colonialidade se materializa através do poder, que se refere a novas formas de exploração e dominação por meio da política e da economia da Europa na contemporaneidade. Além disso, a colonialidade se mantém por meio do saber e do ser.

A colonialidade do saber consiste na crença persistente da subjugação intelectual da população que foi colonizada. Esses tipos de concepções se propagam em epistemologias que silenciam ou marginalizam aqueles que fogem ao padrão eurocêntrico, como destaca Quijano (2005, p. 74): “O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia”. Ademais, segundo o autor Walter Mignolo (2003), o conceito de colonialidade do ser ajuda a explicar as experiências da população colonizada no período da escravização, no qual era classificada como: desprovida de capacidades cognitivas, sem cultura, sem controle da sexualidade e violenta. Essas perspectivas eurocêntricas se transformaram em um referencial a partir do século XVIII, especificamente com o advento do Iluminismo, que pregava que a Europa e os europeus eram os mais avançados, consolidando, assim, a premissa de que as populações se diferenciavam em inferiores e superiores.

Considerando-se esse contexto de hierarquização de um grupo racial em detrimento de outro, a escritora portuguesa Grada Kilomba (2019), com origens em São Tomé e Príncipe e Angola, apresenta uma perspectiva psicanalítica para compreender as sequelas deixadas pelo regime colonial nas populações que foram colonizadas, especificamente o povo negro.

Kilomba chamou de trauma ou ferida colonial uma herança subjetiva de inferiorização que os negros carregam no curso da história. Para a manutenção desse esquema psicossocial, a autora explica os diferentes estágios nos quais sujeitos brancos lidam com o racismo: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação. O primeiro estágio consiste em não assumir o racismo. A outra etapa é a culpa, na qual o indivíduo vivencia o conflito por ter feito algo que não deveria. O estágio do reconhecimento é o momento em que o sujeito branco assume o racismo. Na última etapa, a reparação ocorre quando há uma tentativa de promover a equidade racial.

Analisando-se essas etapas, a sociedade brasileira ainda está majoritariamente associada à primeira, já que tende a não assumir a existência do racismo no país. Na visão de Kilomba, "É um mecanismo de defesa do ego que opera de forma inconsciente para resolver conflitos emocionais, através da recusa em admitir os aspectos mais desagradáveis da realidade externa, bem como sentimentos e pensamentos internos*"* (KILOMBA, 2019, p. 43). Nessa dinâmica, o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2017) descreve o racismo brasileiro como um "crime perfeito", já que as práticas desse sistema são vigentes, porém ninguém as assume:

> Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial. (MUNANGA, 2017, p. 40)

Como reflexo dessa dominação racial, a colonialidade do saber norteia a produção literária brasileira e essa afirmação pode ser constatada a partir de uma pesquisa realizada por Regina Dalcastagnè (2012), citada na introdução deste trabalho, que consistiu em uma análise do romance brasileiro contemporâneo (1990-2004). Na pesquisa, foram avaliados 258 livros, publicados por grandes editoras do circuito literário brasileiro à época: Companhia das Letras, Rocco e Record. A pesquisa investigou o perfil dos escritores brasileiros e os dados evidenciam um predomínio de escritores brancos, os quais têm acesso a espaços privilegiados de produção do discurso, já que muitos são também jornalistas, professores, tradutores, roteiristas, entre outros:

> São brancos 93,9% dos autores e autoras estudados (3,6% não tiveram a cor identificada e os "não brancos", como categorias coletivas, como ficaram em meros 2,4%). Uma imensa maioria possui escolaridade superior (78,8% contra apenas 7,3% de não superior; os restantes não tiveram escolaridade identificada). (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 160)

Esse silenciamento das vozes negras no cenário literário brasileiro é fenômeno vigente no decorrer da história, visto que também atravessou a produção literária do século XIX, reforçando um mecanismo de subordinação dos países colonizados aos colonizadores europeus nas esferas política, econômica, cultural e educacional. A lógica da colonialidade do saber operou também no cenário editorial brasileiro da época, refletindo a hegemonia de um perfil específico de escritor, que detinha a maior parte da produção de romances. Consequentemente, houve poucas publicações de obras escritas por autores negros, cujas vozes não eram – e ainda não são, de forma geral, – legitimadas, especialmente no que diz respeito ao grande mercado editorial:

> No século XIX, momento em que a ideia de literatura brasileira começa a tomar forma, houve 11 publicações individuais de contos afro-brasileiros e 10 romances afro-brasileiros publicados, contudo, por cinco autores: Francisco de Paula Brito, José do Patrocínio, Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis e Antônio Gonçalves Crespo. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016, p. 97)

Em diferentes tempos históricos, pode ser observado o monopólio da branquitude na produção literária do país. Entendemos como branquitude todo privilégio material, simbólico e intelectual obtido por sujeitos brancos a partir da escravização e da subalternização da população negra ou não-branca, como destaca Schucman (2012):

> Uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos. (SCHUCMAN, 2012, p. 7)

De acordo com a autora, o conceito de branquitude está intrinsecamente associado à raça e ao poder. Diante dessa dinâmica sociorracial, Schucman (2012, p. 42) afirma: "Evidencia-se uma hierarquia em que no topo estão os homens brancos e que vai descendo para mulheres brancas, homens negros e mulheres negras". E essa estrutura de poder permanece na sociedade brasileira e pode ser observada em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgadas em 2019, que demonstra que pessoas brancas ocupam posições de destaque, isso porque 68,6% de cargos de gestão nas empresas brasileiras são exercidos por homens brancos, enquanto pretos e pardos nesta posição são 29,9%, apesar de a população negra representar 55% da população do país.

Em face deste contexto de dominação dupla de raça e gênero por sujeitos brancos, é possível observar que a estrutura da sociedade brasileira também está organizada a partir da

lógica da cisgeneridade. De acordo com a pensadora transfeminista Viviane Vergueiro, a cisgeneridade é "um modo de se pensar formações corporais e estéticas e identidades de gênero que são naturalizadas e idealizadas" (VERGUEIRO, 2018, p. 26). Nesse sentido, no país, os corpos de homens cisheterossexuais brancos são compreendidos como padrão de normalidade, reduzindo o gênero à regra binária de feminino versus masculino:

> Tal máquina se atualiza como um diagrama de poder, produzindo repertórios existenciais em série, sem romper com o binário homo/hetero. Trata-se também de modos de subjetivação coletivos, uma subjetivação perpetrada pela compulsoriedade ontológica do Ser (forma/substância) na sua relação com o saber e com a cultura. (SILVA, 2020, n.p.)

Diante dessa lógica racial e de gênero, é possível compreender, em diálogo com Thula Pires (2017), que "o padrão de normalização da condição humana eleito pela modernidade relaciona-se ao modelo de sujeito soberano de origem europeia, masculino, branco, cristão, heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiências" (PIRES, 2017, p. 3). Dialogando com o contexto de heteronormatividade compulsória, a pensadora estadunidense Patricia Hill Collins (2019) argumenta que a manutenção deste "cistema[2]" se mantém devido à lógica do heterossexismo que consiste em uma crença na superioridade de uma forma de expressão sexual sobre outras.

Nessa dimensão racial e histórica, desde o início do século XX, intelectuais estadunidenses têm se debruçado em estudos com o objetivo de compreender o fenômeno de privilégios obtidos por sujeitos brancos em detrimento das opressões impostas a indivíduos de outros grupos raciais. Nesse contexto, destacam-se nomes como: W.E.B. Du Bois (1920), James Baldwin (1967), Vincent Crapanzano (1985) e Theodore W. Allen (1994). Em contrapartida, no Brasil, Maria Aparecida da Silva Bento começa a esboçar em 2002 os primeiros estudos acadêmicos sobre a temática da branquitude no país. Bento associa a branquitude à classe social e, segundo ela, existe um pacto narcísico[3] entre pessoas que são consideradas brancas no Brasil, para manterem suas vantagens sociais em detrimento de outros grupos raciais. De acordo com a autora (2002, p. 26), "o que parece interferir neste

[2] A autora Viviane Vergueiro (2018) utiliza o termo "cistema" para se referir ao poder que os homens cis exercem na sociedade brasileira.

[3] De acordo com Maria Aparecida Silva Bento (2002), a "branquitude" opera através de um pacto, o pacto narcísico – silencioso, premiativo e protetivo. O espelho quebrado de Narciso– entre pessoas brancas, com a intenção consciente, ou não, de salvaguardar suas vantagens e privilégios, acumulados em uma sociedade estruturada racialmente.

processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil".

Bento também argumenta que são reflexos do racismo os poucos estudos sobre a branquitude no país, já que os sujeitos brancos se põem na condição de referência (2002, p. 25): "Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos". A autora ainda enfatiza que a escassez de estudos nesta área do conhecimento é a responsável pela manutenção das desigualdades sociorraciais no país. Nesse mesmo sentido, Liv Sovik publicou o livro *Aqui ninguém é branco* (2009), em que demonstra a ausência de estudos sobre o branco na formação histórica brasileira e aponta que a raça branca só aparece numa "categoria redentora", a fim de branquear e salvar o país do atraso: "A invisibilização do branco brasileiro no discurso público, assim como a valorização da mestiçagem, são a forma tradicional de representar as relações raciais pelas quais o Brasil é conhecido internacionalmente" (SOVIK, 2002, p. 56).

No contexto brasileiro, a branquitude está associada a status social e a traços fenotípicos específicos como textura do cabelo, formato do nariz e cor da pele e não a padrões hereditários. De acordo com o sociólogo Oracy Nogueira (1954), o tipo de preconceito que existe no país é de marca, ou seja, que acontece a partir de características fenotípicas. Esse fenômeno se diferencia do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, país no qual o preconceito está associado à origem, hereditariedade e ancestralidade, sendo classificado por Nogueira como preconceito de origem.

Segundo Liv Sovik, "a branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento" (SOVIK, 2009, p. 50). Assim, para além dos privilégios materiais, a branquitude brasileira ainda detém privilégios estéticos no contexto artístico brasileiro, em que domina, por exemplo, não só o campo da autoria de romances no grande mercado editorial brasileiro – como apresentamos as proposições de Regina Dalcastagnè (2012) sobre o monopólio de homens brancos no âmbito da autoria e da narrativa na introdução deste trabalho, utilizando-se de uma perspectiva eurocêntrica para subjugar ou branquear paulatinamente personagens negros (as) –, como também a maior parte da literatura canônica no Brasil. De acordo com Sachinski (2012), a palavra "cânone" é de origem grega - anón - que simboliza medida, régua, instrumento de medir. Na esfera literária, o cânone tem por objetivo listar e legitimar as obras que teriam um valor universal. Ainda segundo a autora, essa seleção das obras pode orientar pesquisas acadêmicas e currículos

educacionais. Porém, esta “régua” divide, segrega os bons e valiosos escritores (as) daqueles que são classificados como de baixo valor. No contexto literário brasileiro, isso tem sido um instrumento para deslegitimar a produção intelectual de negros e negras, que compõem 56,10% da população no país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE. Em contrapartida ao grande contingente de negros no Brasil, o cenário literário não propicia a diversidade de vozes, como aponta Eduardo Assis Duarte (2013): “No arquivo da literatura brasileira construído pelos manuais canônicos, a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presentes na memória dos leitores” (DUARTE, 2013, p.146).

Em consonância com o pensamento de Duarte (2013), Marcia Rejane Kristiuk Zancan (2016) relaciona o processo de canonização de obras literárias a um sistema de quem detém o poder social, cultural e monetário de legitimar e validar livros e autores e ainda acrescenta que o cânone é o reflexo da soberania da cultura ocidental sobre populações marginalizadas. Lizandro Carlos Calegari (2013), por sua vez, argumenta: “O modelo europeu foi confundido como um padrão universal a ser seguido, dessa forma sufocava aquelas produções minoritárias situadas, muitas vezes, à margem da sociedade” (CALEGARI, 2012, p. 30). Diante do que foi exposto, é possível observar que o sistema canônico brasileiro na esfera literária tende a silenciar vozes negras no campo da autoria e, no âmbito da narrativa, impor a personagens negros uma condição de subserviência ou carregá-las de estereótipos negativos. Na próxima seção, ampliaremos essa discussão.

1.3 Construção de personagens femininas negras em romances canônicos

> A carne mais barata do mercado é a minha carne negra. Que fez e faz a história. Segurando esse país no braço. O cabra aqui não se sente revoltado. Porque o revólver está engatilhado. E o vingador é lento. Mas muito bem intencionado. E esse país vai deixando todo mundo preto. E cabelo esticado.
>
> *Elza Soares*

Os versos de Elza Soares ecoam na sociedade brasileira e denunciam todo o processo de tentativa de embranquecer o país, como afirma o trecho “E esse país vai deixando todo mundo preto. E cabelo esticado”. Em diálogo com os versos citados, nesta seção, será abordado como os corpos de pessoas negras são desumanizados por meio da hipersexualização, patologização e ideais de embranquecimento. Nesse sentido, será mostrado um breve panorama histórico sobre personagens negras em romances canônicos. Concordamos com a visão de Chagas (2013) sobre a definição de romance. Para ele o romance é um gênero que se configura como uma narrativa ficcional longa que reverbera valores sociais de uma determinada época. No que tange à narrativa, envolve a performance do narrador, as ações das personagens, a lógica do enredo, a construção do espaço e o ritmo dos acontecimentos.

No que diz respeito à produção de romances brasileiros no final do século XIX, é possível observar que as obras são atravessadas por correntes de pensamentos deste período, já que entendemos a construção da linguagem como dialógica, que considera que a produção de discursos está/é sempre atravessada por outros discursos. Proposto por Bakhtin, “o dialogismo é o modo funcional e real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado. Portanto, nele ouve-se sempre, ao menos, duas vozes” (BAKHTIN 2006 apud FIORIN, 2006, p. 24).

Partindo dessa concepção, compreendemos que a produção literária brasileira no final do século XIX é atravessada por valores vigentes da época, entre os quais se faziam a classificação dos seres humanos em raças superiores e inferiores, como abordado anteriormente. Diante dessa perspectiva, os personagens são geralmente construídos sob a ótica de homens brancos. A exemplo disso pode ser citado o romance *O cortiço,* escrito por Aluísio Azevedo e publicado em 1890. Classificado como naturalista, o livro traz em seu enredo a história do personagem João Romão, um imigrante português, dono do cortiço e de uma pedreira, que tinha como gerente o português Jerônimo, descrito como honesto e dotado de nobreza de caráter. No entanto, ao ser seduzido por uma mulher negra – Rita Baiana –, comete o assassinato do namorado dela, o capoeirista Firmino. Além disso, Jerônimo abandona a esposa e vai viver com Rita. A partir disso, entra em um processo de decadência física e moral, terminando como alcoólatra.

Neste enredo, é possível observar também a superioridade racial dos brancos em relação aos negros, já que João Romão é descrito com características valorosas e o personagem negro – o capoeirista Firmino – é eliminado da narrativa. Diante desse fato,

notamos que esta narrativa é atravessada pelos valores da época, que consistiam na eliminação do negro, como argumenta Merián (2008, p. 52): “Afinal os escritores procuravam, no fim do século XIX, ilustrar, no campo cultural, as teorias levadas da Europa sobre a superioridade dos brancos em relação a todos os aspectos da civilização e da cultura”. Na mesma obra, a personagem Rita reforça o estereótipo de mulher negra brasileira dotada de beleza e sensualidade:

> No seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, havia um molho de manjericão e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. Acudiu quase todo o cortiço para recebê-la. Choveram abraços e as chufas do bom acolhimento. (AZEVEDO, s.d., p. 38-39)

No curso da história, as personagens negras exerceram papéis subalternos sem desempenhar o papel de narradoras: “Era recorrente nas narrativas do século XIX mulheres aparecerem na condição de escravas resignadas, escravas traidoras, mulatas sensuais e mestiças virtuosas” (XAVIER, 2012, p. 71). Nesse sentido, a obra naturalista *O missionário,* de Inglês de Sousa, publicada em 1891, narra uma trama na qual a mulher negra é dotada de uma sexualidade subversiva. Nesse enredo, o padre Antônio Moraes viaja para uma região paraense, próxima da Floresta Amazônica. A rotina pacata do local faz com que o sacerdote desbrave a mata das redondezas em busca de um pouco de entretenimento. Na floresta, encontra uma aldeia indígena que tenta catequizar, porém adoece em meio à missão religiosa e recebe ajuda da mestiça Clarinha. Após se recuperar, o padre passa a reparar na jovem, que lhe desperta atração incontrolável:

> Clarinha, a mameluca, a irmã do Felisberto, com a sua saia de chita verde sobre a camisa, sem anáguas, e o seu cabeção rendado que, num descaro imprudente, deixava ver a pele acetinada e clara, trotavam-lhe na cabeça, num vaivém contínuo de entradas e saídas, entremeadas de palavras ocas duma sensibilidade extrema, de cuidados excessivos que lhe deixavam sobretudo as palavras e os cuidados da rapariga, uma impressão penosa. Aquela mameluca incomodava-o, irritava-lhe os nervos doentes, com o seu pisar firme de moça do campo, a voz doce e arrastada, os olhos lânguidos de crioula derretida. Não lhe parecia formosa, tanto quanto podia julgar olhando-a por baixo das pálpebras, porque jamais fitara de frente a uma mulher qualquer, ou pelo menos, a sua beleza, se beleza tinha, não o atraía, achava-a petulante demais, provocadora, quase impudente, com o seu arzinho ingênuo, visivelmente enganador, como devem ter todas as mulheres que o demônio excita a tentar os servos de Deus. (SOUSA, s.d., p. 127)

Nesse trecho, é possível observar que a personagem é culpabilizada por possuir uma sexualidade voraz, descrito acima: “Achava-a petulante demais, provocadora, quase impudente, com o seu arzinho ingênuo, visivelmente enganador, como devem ter todas as mulheres que o demônio excita a tentar os servos de Deus” (SOUSA, s.d., p. 127). Nesse

fragmento, foi utilizada uma sequência de adjetivos para enquadrar o corpo desta mulher negra como indigno e pecador e que condiciona um homem branco ao desequilíbrio emocional: “Aquela mameluca incomodava-o, irritava-lhe os nervos doentes, com o seu pisar firme de moça do campo, a voz doce e arrastada, os olhos lânguidos de crioula derretida” (SOUZA, s.d., p. 127). E esta descrição de sentimentos por parte do narrador é atravessada por concepções machistas, sexistas e racistas que insistem em reduzir estes corpos a meros objetos sexuais, uma perspectiva vigente na sociedade brasileira que utiliza da hipersexualização como uma maneira de desumanizar as mulheres negras e reforçar a dominação dos homens brancos sobre estes corpos. No caso desta narrativa, a condição de inferioridade ocupada por Clarinha pode ser expressa no emprego do diminutivo da palavra “arzinho”, do trecho acima, pois na língua portuguesa os diminutivos são utilizados ou de maneira afetuosa, ou como uma possibilidade de inferiorizar alguém.

Além disso, podemos notar que essa narrativa está atravessada por valores de embranquecimento, e isso pode ser constatado no próprio nome da personagem que, apesar de não ser branca, é chamada de Clarinha, e também no uso do diminutivo, indicando um clareamento paulatino da jovem. E esse diminutivo também demonstra uma certa harmonia e afetuosidade entre as raças brasileiras, já que a personagem tem ascendência indígena e branca. Tal aspecto se relaciona com a seguinte passagem de Willian Luiz da Conceição (2020):

> A branquitude brasileira é recorrente no discurso da excessiva sexualidade, nos jogos eróticos, na afetividade, na maneira com que os brasileiros articulam e elaboram a linguagem. Quase sempre se utilizando de diminutivos, nós brasileiros reforçaríamos a ideia estrangeira de um povo carinhoso, afetuoso. O “jeitinho brasileiro”, sua “malandragem” e afetividade são constantemente descritos como resultado da ação ambivalentemente “positiva” da mestiçagem, características constantemente presentes nos meios de comunicação. Na realidade, nossa docilidade – que também fundamenta o “mito da democracia racial” – seria uma das formas que inventamos para escamotear o lado perverso da situação histórica brasileira. (CONCEIÇÃO, 2020, p. 58)

Na grande maioria das obras literárias brasileiras do final do século XIX, como ocorreu nos romances de Aluísio Azevedo e Inglês de Sousa, as personagens negras são apresentadas na condição de objetificação e sem exercer o papel de narradoras, uma perspectiva diferente de obras produzidas por mulheres negras que se assumem em sua escrita como tais, como apresentaremos na seção 3.3. Vejamos esta citação de Evaristo (2009):

> Destacando a roupagem estereotípica com a qual os negros são vestidos em várias obras brasileiras, é possível ressaltar um imaginário construído em que o sujeito negro surge destituído do dom da linguagem. Uma afasia, um mutismo, uma impossibilidade de linguagem caracteriza muitas das personagens ficcionais negras, sob a pena de muitos autores. (EVARISTO, 2009, p. 22)

Ademais, com o avançar do tempo e das correntes estéticas na literatura brasileira, os estereótipos de mulheres negras como corpos disponíveis e possuidores de sensualidade voraz permanecem e isso pode ser observado na obra modernista *Menino de engenho*, escrita por José Lins do Rego e publicada em 1932. O enredo é narrado no período da escravização pelo personagem principal, Carlinhos, que, após o assassinato da mãe pelo pai, vai para a fazenda Santa Rosa, em Recife, para ficar sob os cuidados dos avós maternos. A nova vida no campo encanta o menino e o que ele mais gosta nessa nova etapa são as histórias contadas pelas escravizadas negras, desde sua retirada à força do continente africano até sua chegada ao Brasil. Como fruto deste contato com elas, Carlinhos tem a sua primeira experiência sexual com Luísa, aos 12 anos:

> A negra Luísa fizera-se de comparsa das minhas depravações antecipadas. Ao contrário das outras, que nos respeitavam seriamente, ela seria uma espécie de anjo mau da minha infância. Ia me botar para dormir, enquanto ficávamos sozinhos no quarto, arrastava-me as coisas ignóbeis. Pouco sabia de rezas. E esta ausência perigosa de religião não me levava a temer os pecados. Muito depois, esta miséria de sentimentos religiosos se refletiria em toda a minha vida, como uma desgraça. A moleca me iniciava, naquele verdor da idade, nas concupiscências de mulata incendiada de luxúria. Nem sei contar o que ela fazia comigo. Levava-me para os banhos da beira do rio, sujando minha castidade de criança com seus arrebatamentos de besta. A sombra negra do pecado se juntava aos meus desesperos de menino contrariado, para me isolar da alegria imensa que gritava por toda parte. (REGO, 2010, p. 129-130)

Observamos que essa narrativa está ancorada num passado colonial e escravista, em que as mulheres negras eram consideradas apenas como um "corpo-produto" e um "corpo-objeto", como destaca Palmeira (2010, p. 2): "No que concerne à representação hegemônica da mulher negra na literatura brasileira, desde o período colonial até a contemporaneidade, nota-se que esta tem sido apresentada a partir de discursos demarcados negativamente". Como na obra *Menino de engenho*, em que as mulheres negras são completamente silenciadas, pois a narrativa é marcada pela ausência de diálogos e descrição de sentimentos, aparecendo descrições físicas sob a ótica de um jovem branco, uma abordagem distinta da condição de escravizados na obra *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020), de Eliana Alves Cruz, que será apresentada na seção 3.3. Em *Menino de engenho*, o personagem principal Carlinhos, aos 12 anos, foi seduzido por Luísa, uma mulher negra na condição de escravizada. Este episódio pode ser compreendido até como um abuso sexual por parte de Luísa, já que este personagem ainda era uma criança, quando esta relação aconteceu: "A sombra negra do pecado se juntava aos meus desesperos de menino contrariado, para me isolar da alegria imensa que gritava por toda parte" (REGO, 2010, p. 129-130). E neste trecho, o corpo da mulher negra é descrito como algo impuro: "A sombra negra do pecado" que condicionava, até mesmo, uma criança à

depravação e ao pecado. Compreendemos que a palavra sombra também foi utilizada para demonstrar e demarcar a posição desta mulher, que neste caso pode representar a inexistência, pois um dos sentidos literais atribuídos à palavra sombra na língua portuguesa é a imaterialidade.

No contexto de apropriação dos corpos das mulheres negras, Freyre (1998) afirma que a iniciação sexual dos jovens brancos era estimulada por suas famílias, a fim de manter um padrão de virilidade desses meninos:

> Nenhuma casa grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava: abrindo as pernas ao primeiro desejo do senhor-moço. Desejo não, ordem. (FREYRE, 1998, p. 133)

Neste trecho, é possível observar que os argumentos de Freyre estão carregados de uma ótica machista, sexista e racista que está enraizada na sociedade brasileira, na qual se compreendem os corpos das mulheres negras como meros produtos e objetos para a manutenção do sistema escravocrata. De acordo com Arruzza (2015), o patriarcado foi um fator estruturante do sistema escravocrata, já que neste período os corpos das mulheres escravizadas eram selecionados a partir de características fenotípicas, a fim de perpetuar este modelo de exploração por meio da procriação. De acordo com Freitas (s.d.), as escravizadas eram escolhidas no mercado negreiro a partir de características físicas que pudessem ser atribuídas à fertilidade, mantendo, assim, a mão de obra escravizada:

> Havia também aqueles compradores que examinavam minuciosamente o tamanho do órgão genital dos escravos, bem como a rigidez das mamas das negras; habitualmente, a análise das partes pudicas dos escravos estava ligada aos interesses reprodutivos no cativeiro. (FREITAS, s.d, p. 66)

No decorrer do tempo, em diferentes momentos estético-literários, a imagem da mulher negra dotada de uma sexualidade voraz persistiu no romance canônico brasileiro, como na obra modernista *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado, publicada em 1958. O enredo é ambientado na cidade de Ilhéus, localizada no interior da Bahia, nos anos 1920. Nele, narra-se a vida do personagem árabe Nacib, dono de um bar que tem como cozinheira Filomena. Após a morte dela, Nacib conhece Gabriela e ela se torna a nova cozinheira de seu bar. Para além dos seus dotes culinários, o dono desse estabelecimento lhe contrata por sua beleza e sensualidade. Nesse sentido, fica inebriado por sua pele e cheiro, como é possível observar no seguinte trecho:

> A porta do quartinho dos fundos estava aberta, ele espiou. A perna de Gabriela pendia da cama, ela sorria no sono. Um seio crescia no colchão e o cheiro de cravo tonteava. Aproximou-se. Ela abriu os olhos e disse: – Seu Nacib... Ele a olhou e, alucinado, viu a terra molhada de chuva, o chão cavado de enxada, de cacau

> cultivado, chão onde nasciam árvores e medrava o capim. Chão de vales e montes, de gruta profunda, onde ele estava plantado. Ela estendeu os braços, puxou-o para si. (AMADO, 2012, p. 354)

A dinâmica sociorracial brasileira, que condiciona os corpos das mulheres negras a proporcionar prazer carnal, pode ser observada na personagem Gabriela Cravo e Canela, que é nomeada a partir de temperos, denotando que esta mulher é algo para ser degustado e consumido. E esses temperos indicam uma exaltação à miscigenação, já que Gabriela é descrita como uma mulher mestiça na narrativa:

> Entrou de mansinho e a viu dormida numa cadeira, os cabelos longos espalhados nos ombros. Depois de lavados e penteados tinham-se transformado **em cabeleira solta, negra, encaracolada**. Vestia trapos, mas limpos, certamente os da trouxa. Um rasgão na saia mostrava um pedaço de coxa cor de canela, os seios subiam e desciam levemente ao ritmo do sono, o rosto sorridente. - Meu Deus! - Nacib ficou parado sem acreditar. A espiá-la, num espanto sem limites, como tanta boniteza se escondera sob a poeira dos caminhos? Caído **o braço roliço, o rosto moreno** sorrindo no sono, ali, adormecida na cadeira, parecia um quadro. (AMADO, 2012, p. 117, grifos meus).

Neste fragmento, é possível observar que a personagem é descrita sob a perspectiva e as sensações de um homem branco acerca de uma mulher negra, em que aspectos como intelectualidade e conhecimentos da personagem são completamente apagados, já que Gabriela não foi contratada para trabalhar no estabelecimento de Nacib pelos seus saberes sobre culinária e sim por sua beleza e sensualidade. E a relação patrão e empregada estabelecida entre eles reforça a ideia de subserviência, pois mesmo na condição de funcionária Gabriela vivia onde trabalhava: "Um rasgão na saia mostrava um pedaço de coxa cor de canela, os seios subiam e desciam levemente ao ritmo do sono, o rosto sorridente" (AMADO, 2012, p. 117). Neste episódio, compreendemos que não há uma separação entre o público e privado desta personagem, pois até em seu momento de descanso ela é controlada, vigiada por Nacib.

As especiarias cravo e canela, que nomeiam Gabriela, podem simbolizar o elemento branco, promovendo o embranquecimento gradativo da população brasileira, por meio da miscigenação entre as raças, como proposto pelo intelectual Silvio Romero, mostrado na seção 1.1, já que os elementos cravo e canela foram introduzidos pelos portugueses na culinária brasileira no período colonial, como aborda Sônia Regina de Araújo Caldas, na obra *Gabriela, baiana de todas as cores* (2009):

> Cravo e canela, duas especiarias trazidas pelos portugueses no período colonial para o Brasil e que são muito usadas como condimentos na culinária brasileira, fazendo alusão à cor e ao sabor desses temperos, deixando subentendida a relação da personagem mestiça, morena, com a cor marrom da canela e o cheiro e sabor do cravo e da canela. (CALDAS, 2009, p. 38)

Em diferentes movimentos literários, as personagens negras são geralmente descritas como possuidoras de uma sexualidade voraz. A pensadora estadunidense Patricia Hill Collins (2019) argumenta que, no curso da história, a sexualidade de corpos negros foi construída sociorracialmente a partir de uma categoria desviante e isso se materializa por meio da hipersexualização: "A sexualidade africana ou negra é construída como uma forma anormal e patologizada de heterossexualidade. Ideia de longas datas sobre o apetite sexual desmedido dos afrodescendentes, evocando o imaginário branco, produzem imagens de controle específicas de gênero" (COLLINS, 2019, p. 226). De acordo com Fanon (2008), pessoas negras são patologizadas a partir do contato com o branco, e nessa dinâmica o pensador argumenta que os traumas, perturbações e estigmas, oriundos dessa relação, devem ser investigados a partir de uma perspectiva da sociogenia, já que a alienação dos negros não é um fato individual e isolado. Por alienação, o autor entende os processos a partir dos quais a hegemonia branca construiu a imagem dos negros sob o prisma da inferiorização. As contribuições de Fanon são fundamentais para compreendermos que o esquema de subjetividade se constrói a partir de uma perspectiva sociorracial.

As mãos brancas escrevendo sobre os corpos pretos nos romances brasileiros foram responsáveis por manter as personagens femininas silenciadas e reduzidas à condição de objeto diante das fantasias dos homens brancos. Esta dinâmica funciona como uma espécie de morte, como afirma Elza Soares em seus versos citados no início da seção: "Porque o revólver já está engatilhado". E essa morte não é só necessariamente física, mas também de ordem simbólica e intelectual. Considerando o contexto de exclusão e silenciamento ao qual a população negra vem sendo submetida no curso da história, como mostrado anteriormente, no próximo capítulo serão discutidos alguns movimentos de resistência dos sujeitos negros na sociedade brasileira.

2 Falando por orifícios: movimentos negros de (re)existência na educação e na literatura

Neste capítulo, será feito um breve panorama histórico dos movimentos de resistência negra no cenário cultural, educacional e literário, desde o período escravocrata até a contemporaneidade, a fim de desmistificar a ideia de que a população negra aceitou passivamente a dominação e a subjugação racial no Brasil. Os movimentos negros produziram conhecimentos, saberes e epistemologias e, nesse sentido, discutiremos o campo que se constituiu a partir da perspectiva de sujeitos negros(as) na esfera literária no país, denominado de diferentes formas, dependendo do(a) autor(a): literatura afro-brasileira, literatura negro-brasileira, entre outros.

2.1 Um breve panorama dos movimentos literários e artísticos antirracistas no curso da história brasileira

> Você precisa entender que, para pessoas como nós, não existem coisas como modelos. Somos convocados constantemente a criar nossos modelos. Para o povo africano ou os africanos na diáspora, é quase a mesma coisa. O colonialismo significa que nós sempre devemos repensar tudo.
>
> *Ousame Sembene*

As palavras do cineasta senegalês Ousame Sembene fazem uma crítica à colonialidade acerca da produção cultural e artística do continente africano e em territórios afrodiaspóricos, e apontam para a necessidade de se criarem novas perspectivas e epistemologias. Trazendo essa reflexão para o contexto brasileiro, mesmo diante da lógica genocida e de epistemicídio do período escravocrata, a população negra não aceitou passivamente esse sistema de dominação e aniquilamento intelectual. Nessa época, escritores(as), tornaram-se vozes transgressoras na dinâmica sociorracial brasileira, denunciando o racismo e valorizando a

cultura negra. De acordo com Edmilson Pereira (2021), as narrativas de resistência negra no Brasil se iniciaram no século XVIII:

> A referência a autores afro-brasileiros se inicia com o poeta e músico mestiço Domingos Caldas Barbosa (1738-1800). Caldas Barbosa filiou-se ao Arcadismo, escola literária que seguiu os modelos da antiguidade clássica. O poeta inseriu na poesia árcade recursos da "fala brasileira", com aspectos do vocabulário mestiço da colônia. Escreveu modinhas, lundus e seus poemas foram preparados para serem cantados. Radicou-se em Lisboa, onde pertenceu à Nova Arcádia Lusitana. Obras: *Epitalâmio* (1777), *Viola de Lereno* (1798). (PEREIRA, 2021, n. p.)

Outros escritores negros se assumiram ideologicamente como tais no século XIX, a exemplo de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), Laurindo José da Silva Rabelo (1830-1882), Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) e Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Além disso, destaca-se a publicação do livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, em 1859, classificado como o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher negra. Nessa obra, o enredo se desenvolve em torno de uma trágica história de amor entre dois jovens: Úrsula e Tancredo. Os dois buscam na fuga a possibilidade para a realização desse relacionamento, pois o tio de Úrsula, comendador Fernando, era apaixonado pela jovem e, portanto, impedia a união do casal. Apesar de essa temática ser recorrente em narrativas do Romantismo, o enredo destoou do contexto de sua época pelo tratamento dado aos personagens negros, às mulheres e à escravidão. No romance, há um núcleo formado por três personagens negros: Túlio, Mãe Susana e Antero, o que tem importância para essa história: "O romance *Úrsula* é uma narrativa que, embora apresente heróis brancos, se concentra na ruptura com os valores que aniquilam o afrodescendente, projetando-o dessa forma no contexto de uma literatura canônica" (ROCHA, 2008, p. 72).

No século XIX, surge também no cenário literário brasileiro Francisco de Paula Brito, escritor e jornalista que funda a Sociedade Petalógica, a primeira gráfica brasileira a pautar questões raciais, como destacam Luiz Henrique Silva de Oliveira e Fabiane Cristine Rodrigues (2016, p. 97): "Por isso, muitos o consideram o precursor da imprensa negra. Paula Brito foi ainda o primeiro editor de Machado de Assis". De acordo com o site Literafro: O portal da literatura afro-brasileira, na editora de Paula Brito foram impressos: *o Poeta e a inquisição* (1839), de Gonçalves de Magalhães, que serviu de mote introdutório para a criação de um teatro brasileiro, bem como o poema *Ela* (1855), a tradução *Queda que as mulheres têm para os tolos* (1861) e a peça *Desencantos* (1861), que foram os primeiros trabalhos de Machado de Assis.

O fim do período escravocrata no Brasil em 1888 não garantiu à população negra a condição de cidadã, já que não houve um projeto de política pública que lhe assegurasse o acesso à moradia, educação, saúde, entre outros. Nesse contexto de matabilidade, o pensador camaronês Achille Mbembe cunhou o termo "necropolítica" para descrever a situação dos negros em diáspora. O termo significa gestão de morte exercida pelo Estado. Segundo Mbembe (2018, p. 128): "Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, aquele velho direito soberano de morte".

Mesmo diante de um projeto de necropolítica da população negra brasileira, na primeira metade do século XX, surgiram movimentos idealizados por indivíduos negros(as), para que eles(as) pudessem coexistir no território brasileiro, como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em outubro de 1931, em São Paulo, que tinha como proposta promover a equidade racial na esfera cultural e educacional. A proposta desse projeto se alastrou para outros estados brasileiros, como aponta Petrônio Domingues (2007):

> Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com "delegações" – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de "pessoas de cor", conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. (DOMINGUES, 2007, p. 106)

Inicialmente, as atividades desenvolvidas pela Frente Negra Brasileira consistiam na educação, com atividades como formação musical e teatral, serviços médicos e odontológicos e promoção de entretenimento, com bailes e festivais musicais e artísticos. Além disso, a publicação do jornal *A voz da raça* (1933-1937) teve um papel fundamental no combate do racismo no Brasil. Nilma Lino Gomes, no livro *Movimento Negro educador* (2017), ressalta a importância dos jornais ligados aos movimentos negros para a produção de conhecimentos transgressores nos primeiros anos do século XX: "Os jornais tinham um papel educativo, informavam, politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época" (GOMES, 2017, p. 29). A pensadora destaca os exemplares: *O Xauter* (1916), *Getulino* (1916- 1923), *O Alfinete* (1918-1921), *O Kosmo* (1924-1925), *O Clarim d'Alvorada* (1929- 1940), *Tribuna Negra* (1935), *O Novo Horizonte* (1946-1954), *Cruzada Cultural* (1950-1966).

Ainda sobre a Frente Negra Brasileira, a organização se constituiu como partido político em 1936, porém foi perseguido pela gestão do governo Vargas, que tinha por objetivo

construir um padrão de identidade nacional, eliminando qualquer possibilidade de diversidade. Em consequência disso, ocorreu a dissolução do partido em 1937. Apesar desse contexto de perseguição aos movimentos negros, outras iniciativas surgiram no período, como a criação da União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943, que defendia um ensino público gratuito para negros, inclusive no ensino superior, e tinha como projeto a alfabetização, a fim de reduzir os índices de analfabetismo da população negra. Também houve o surgimento do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, idealizado por Abdias Nascimento, que tinha por objetivo a promoção dos valores da cultura negra, o combate ao racismo e a propagação das premissas da democracia racial. Além das atividades voltadas para o teatro, o TEN investiu também no trabalho de alfabetização, já que muitos artistas da época não eram alfabetizados, o que dificultava na memorização dos textos, como destaca Nilma Lino Gomes (2017):

> O TEN alfabetizava seus primeiros participantes recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional. (GOMES, 2017, p. 30)

Além disso, o TEN publicou o jornal *Quilombo* (1950 a 1954), com o objetivo de veicular pautas antirracistas e ainda fundou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro. Também organizou o I Congresso do Negro Brasileiro, que ocorreu em 1950, tratando o(a) negro(a) como sujeito de pesquisa, não se reduzindo à condição de objeto em pesquisas de homens brancos. Tamanhas articulações dos movimentos negros culminaram na primeira Lei de Diretrizes de Bases 4.024/61, a primeira lei educacional em esfera nacional que mencionava o preconceito racial.

Todavia, na segunda metade do século XX, as iniciativas emancipadoras dos movimentos negros foram interrompidas pela instauração da ditadura militar que vigorou no país de 1964 a 1985, que teve como governantes Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Essa gestão presidencial foi oriunda de um golpe em 01 de abril de 1964, que interrompeu o governo de João Goulart, eleito democraticamente. Nessas duas décadas de (des)governo militar, intelectuais negros não se calaram com as mordaças impostas por leis de censuras como o Ato Institucional 5 (AI-5), promulgado por Artur da Costa e Silva, em 1968, que consistia em uma censura prévia de espetáculos públicos, televisão, imprensa, literatura, em favor da moral e dos bons costumes.

Na esfera literária, havia especificamente a censura prévia de livros no Decreto-Lei nº 1.077, assinado em 26 de janeiro de 1970, que pregava também a proteção dos bons costumes. Apesar de o cenário político ser completamente desfavorável, os(as) intelectuais negros(as) não cederam à repressão e continuaram a produzir literatura nesse período. De acordo com Rodrigues (2019, p. 71): "Durante este momento histórico foi registrada a publicação de cinquenta livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, um aumento considerável na quantidade de publicações em relação aos períodos anteriores, publicados por 28 autores distintos". Porém, em relação ao gênero romance, houve uma drástica queda na produção desse período. Segundo Oliveira e Rodrigues (2017): "Entre os anos de 1946 e 1978, houve a publicação de cinco livros de contos e seis romances, o que se explica pelo esvaziamento das condições de produção literária da população negra brasileira e pelo início da ditadura militar" (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017, p. 99).

No contexto de repressão e aniquilamento da identidade negra no período da ditadura militar, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, que pleiteava a inclusão da temática negra nos currículos escolares e a denúncia da forma estigmatizada e preconceituosa como a história da população negra era ensinada. Nessa dinâmica de resistência, no mesmo ano surge a Primeira Edição do Festival Comunitário Negro Zumbi (I Feconezu), promovida pelo Movimento Negro Unificado em São Paulo, que tinha por objetivo promover a cultura e a intelectualidade negra. Na edição desse evento, foram lançados os *Cadernos Negros*, que se tornaram um importante veículo de publicação de textos literários produzidos por autores (as) negros (as) brasileiros (as). A edição dos *Cadernos Negros,* feita pelo grupo Quilombhoje, que trataremos na seção 2.3, publica coletâneas de textos de autores negros e periféricos, de diferentes regiões do país anualmente, alternando poemas e contos. Ao fomentar a produção literária de autoria negra e periférica, seus atuais 40 volumes contribuem como uma possibilidade de reescrever a condição do negro no cenário literário brasileiro.

Os *Cadernos Negros* têm sido um canal importante para projetar vozes silenciadas pela literatura canônica, investindo, também, na formação de um público leitor negro. Luciana de Mesquita Silva (2015) destaca o potencial desse trabalho:

> Dos avanços recentes no reconhecimento e na promoção da literatura afro-brasileira, ainda há muito a ser feito. *Cadernos Negros*, por exemplo, vem rompendo barreiras literárias, sociais e econômicas e mantém-se firme no propósito de divulgar a escrita e a cultura afrodescendentes no Brasil. Desde o seu primeiro volume, o grupo Quilombhoje enfrenta a falta do hábito de leitura dos brasileiros em geral e se esforça para "ir onde o povo negro está", a fim de vender os *Cadernos*. (SILVA, 2015, p. 114)

A iniciativa do Quilombhoje em promover a diversidade no cenário literário do país está surtindo efeito, pois aumentou expressivamente o interesse do público brasileiro pela literatura feita por negras e negros no país. Diante dessa nova estrutura do mercado editorial brasileiro, Cristina Warth, proprietária da editora Pallas, em entrevista ao portal Multimídia afirmou que a crescente procura por produções literárias de intelectuais negros (as) ocorreu, em grande parte, devido à implementação da lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos no ensino básico em escolas brasileiras: "A oferta de livros africanos e de afrodescendentes, realmente, aumentou muito porque, com a lei 10.639, mais editoras ficaram interessadas nesse nicho" (WARTH apud , 2019, n.p.). Nessa direção, a romancista brasileira Alcidéa Miguel, em entrevista realizada para esta pesquisa no apêndice A, argumenta sobre a influência desta lei para a propagação de livros de autoria negra:

> A lei 10.639/2003, que alterou a LDB para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, tem favorecido a inclusão dos livros paradidáticos e autores negros. Além de favorecer o povo, veio com isso um grande avanço na literatura. (MIGUEL, 2021, APÊNDICE A).

Com o decorrer do tempo, os movimentos negros brasileiros tiveram uma expressiva ascensão. Considerando-se a virada para o século XXI, em 2000, o então presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu a combater o racismo no país ao participar da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas, em 2001, em Durban, na África do Sul. No mesmo ano, foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Dois anos depois, a lei 10.639/03 foi sancionada. Em 2010, houve a aprovação da lei 12.288/10, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Já em 2012, foi sancionada a lei 12.711, a chamada lei de cotas, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e nos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Em 2014, foi ratificada a lei 12.990 que reserva para pessoas negras 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais.

Com o passar dos tempos, aconteceram protestos em prol de pautas antirracistas, como a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que ocorreu em 2015 e reuniu 50 mil mulheres no Eixo Monumental em Brasília, cidade capital do país para denunciar o racismo e a violência contra as mulheres negras. Além de Brasília, outras cidades também realizaram manifestações neste ano. A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver acontece todos os anos na Bahia. Neste mesmo ano,

ocorreu em Salvador a primeira Marcha do Empoderamento Crespo em prol da visibilidade e a liberdade dos corpos negros. Inicialmente, a mobilização para este protesto aconteceu via internet e atualmente a página desta iniciativa possui 11.996 pessoas.

As ruas continuaram a ser ocupadas por movimentos negros que denunciam o racismo e o extermínio da população negra, como em 2018, quando inúmeras manifestações aconteceram pelo país em repúdio ao assassinato da vereadora negra Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, que aconteceu em 14 de março daquele ano. Este crime bárbaro também comoveu o mundo, pois aconteceram manifestações e vigílias em países da América Latina, como: Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. Também nos Estados Unidos e na Europa nos países: Inglaterra, França e Portugal. Além disso, o Papa Francisco, o principal sacerdote da igreja católica, recebeu a família de Marielle na Fundação Lelio and Lisli Basso, em Roma, no ano de 2018. No ano após sua morte, a família de Marielle Franco fundou o Instituto Marielle Franco, que é uma organização sem fins lucrativos com objetivo de pleitear uma sociedade mais justa para as mulheres negras, periféricas e a população LGBTQIA, e que tem como pilares: lutar por justiça social, defender a memória de Marielle Franco, multiplicar o legado da ex-vereadora e incentivar pessoas negras e periféricas ingressarem na política.

No mesmo ano, as ruas das capitais brasileiras foram tomadas em protesto pelo assassinato do jovem negro Pedro Gonzaga, de 25 anos, que morreu após ser enforcado pelos seguranças do supermercado Extra no dia 17 fevereiro. Ainda neste ano, ocorreu em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) o protesto em repúdio ao assassinato da criança Agatha Felix, de 8 anos de idade, no Conjunto de Favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, por um policial no dia 20 de setembro. Em 2020, a Alerj aprovou o Projeto de Lei Ágatha, que determina prioridade na apuração de assassinatos de crianças e adolescentes desta cidade. Este projeto é de autoria das deputadas negras pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Renata Souza e Dani Monteiro e de Martha Rocha, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O período de pandemia do Coronavírus foi marcado também por intensa mobilização por parte dos movimentos negros. Em 2020, por todo Brasil, ocorreram protestos contra o racismo institucional, após o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos que foi espancando até morte nas dependências do supermercado Carrefour em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o assassinato aconteceu no dia 19 de novembro, no mês da consciência negra. Nesta ocasião, até o presidente da empresa, Noel Prioux, gravou um vídeo repudiando o caso. Após a repercussão deste brutal assassinato, a instituição anunciou

que destinará um fundo de R$25 milhões voltados a iniciativas de combate ao racismo estrutural no Brasil dedicadas ao público interno, que envolvem 72 mil funcionários e públicos externos. Esta iniciativa será assessorada por intelectuais e ativistas negros como: Rachel Maia, Adriana Barbosa, Celso Athayde, Silvio Almeida, Anna Karla da Silva Pereira, Mariana Ferreira dos Santos, Maurício Pestana, Renato Meirelles e Ricardo Sales.

Ainda no período da pandemia (2020-2021), os protestos continuaram acontecendo em combate ao extermínio da população negra, como os protestos na comunidade do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, contra a operação policial que assassinou 28 pessoas negras nesta favela no dia 07 de maio de 2021. Neste incidente, o escritório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) cobrou uma investigação independente da Polícia Civil sobre esta ação. Neste mesmo ano, ocorreu outra intensa mobilização em outra favela do Rio de Janeiro, dessa vez no Complexo do Lins, em protesto pelo assassinato de uma jovem grávida: Kathlen Romeu, de 24 anos. Na ocasião, a missa de sétimo dia de Kethlen foi realizada no Cristo Redentor, o principal ponto turístico do Brasil.

Diante do que foi exposto, é possível observar que a população negra no Brasil não aceitou passivamente a opressão racial em diferentes momentos da história política do país. Na próxima seção, será abordado como intelectuais vêm pleiteando especificamente na esfera literária o reconhecimento de saberes e conhecimentos produzidos por escritores(as) negros(as) no Brasil.

2.2 Epistemologias negras na literatura

Em entrevista ao site Carta Capital (2017), a escritora Conceição Evaristo argumenta que a potência da voz de mulheres negras rompe com a condição de silenciamento ao qual elas têm sido submetidas na história da literatura brasileira. Para representar essa opressão, Evaristo faz alusão à máscara usada pela escravizada Anastácia[4] e afirma: “Eu tenho dito

[4] De acordo com Kilomba (2019, p. 35): “Sem história oficial, alguns dizem que a Anastácia era a filha real de uma família kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para Bahia e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno dessa família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido princesa Nagô-Yorubá antes de ter sido capturada por europeus traficantes de pessoas e trazida ao Brasil na condição de escravizada”.

muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada" (EVARISTO, 2017, n.p.). Essa colocação está em diálogo com os estudos de Grada Kilomba (2019), que aborda que as máscaras colocadas à força na população negra no contexto de escravização portuguesa tinham como pretexto coibir que os(as) escravizados(as) comessem o que era colhido nas plantações, porém, para Kilomba, seu objetivo principal seria instaurar um regime de silenciamento. De acordo com a pensadora, o controle da boca é fundamental para a manutenção do regime de dominação de um grupo racial em detrimento de outro: "Ela [a boca] representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, consequentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido" (KILOMBA, 2019, p. 33).

Esta tecnologia de silenciamento descrita por Kilomba reverberou também atemporalmente no contexto sociorracial brasileiro em diversas esferas, como no campo da autoria dos romances, conforme mostrado na seção 1.2 na pesquisa "um mapa de ausências". Porém, intelectuais negros(as) não se acomodaram nessa condição de silêncio imposto, como vimos a partir de um breve panorama de movimentos culturais e literários idealizados por negros(as) no Brasil apresentado no início deste capítulo. Nesta seção, será discutido como escritores(as) negros(as) vêm rompendo com o silenciamento e "falando por orifícios" no cenário literário brasileiro e de que formas têm sido construídos alguns conceitos relativos a esses movimentos de resistência.

Na esfera literária, a produção de autores negros e autoras negras que assumem na escrita essa perspectiva racial tem sido definida de diferentes formas, tais como literatura afro-brasileira e literatura negro-brasileira. No entanto, por mais que as duas terminologias trabalhem com a visão de um protagonismo negro, elas divergem no âmbito ideológico. Para Luiza Lobo (2007):

> Poderíamos definir literatura afro-brasileira como a produção literária de afrodescendentes que assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio. Portanto ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito dos negros, seja como objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado (folclore, exotismo, regionalismo). (LOBO, 2007 apud DUARTE, 2010, p. 119)

Segundo Eduardo de Assis Duarte (2008), no campo de literatura afro-brasileira, uma obra deve apresentar o protagonismo de afrodescendentes, temas afro-brasileiros, construção discursiva e linguística, marcando a afro-brasilidade e o ponto de vista ideológico, bem como assumindo a afrodescendência. Já a pensadora Zilá Bernd (1987) afirma que é um engano restringir e essencializar a produção literária de qualquer escritor(a) negro(a) a um campo

específico, já que, para esta autora, literatura negra é uma perspectiva adotada a fim de desestruturar o "mundo branco" e, para isso, é necessário adotar os seguintes critérios:

> a) a existência de uma articulação entre textos dada por um certo modo negro de ver e de sentir o mundo; b) a utilização de uma linguagem marcada tanto a nível do vocabulário quanto dos símbolos usados pelo empenho em resgatar uma memória negra esquecida. (BERND, 1987, p. 18)

É possível destacar que é imprescindível, na vertente da literatura afro-brasileira, que se adote uma perspectiva negra para produzir narrativas que desafiem o silenciamento imposto pela hegemonia brancocêntrica no cenário literário brasileiro. Levando em conta toda a gama de variações fenotípicas inerentes à mestiçagem, o termo "literatura afro-brasileira", para Duarte, é o mais adequado para o referido campo, por abranger as diversas possibilidades de fazer literatura e as diferentes formas de os(as) autores(as) se posicionarem em seus textos:

> Nesse contexto, vejo no conceito de literatura afro-brasileira uma formulação mais elástica (e mais produtiva), a abarcar tanto a assunção explícita de um sujeito étnico – que se faz presente numa série que vai de Luiz Gama a Cuti, passando pelo «negro ou mulato, como queiram», de Lima Barreto –, quanto o dissimulado lugar de enunciação que abriga Caldas Barbosa, Machado, Firmina, Cruz e Sousa, Patrocínio, Paula Brito, Gonçalves Crespo e tantos mais. Por isto mesmo, inscreve-se como um operador capacitado a abarcar melhor, por sua amplitude necessariamente compósita, as várias tendências existentes na demarcação discursiva do campo identitário afrodescendente em sua expressão literária. (DUARTE, 2014, p. 265-266)

Além disso, de acordo com a perspectiva deste autor, há uma relação da literatura produzida por negros no Brasil com a África, seja em referência ao período escravocrata ou pleiteando a África como o berço da civilização. Nesse sentido, é possível compreender que o termo "afro-brasileiro" se caracteriza por um duplo movimento, que consiste em abarcar narrativas escritas por negros e negras na sociedade brasileira, articuladas com as matrizes africanas.

Ainda segundo Duarte (2008), seria impossível utilizar o termo "literatura negra" devido à pluralidade que o conceito designa: "literatura negra são muitas, o que, no mínimo, enfraquece e limita a eficácia do conceito enquanto operador teórico e crítico" (DUARTE, 2014, p. 138). Neste contexto sociorracial, Duarte (2014) também destaca que no país não há uma literatura 100% negra, já que existem várias compreensões do que seria a literatura negra: noção que abrangeria desde os *Cadernos Negros* até a literatura de autores brancos que escrevem sob o título da palavra negra, como as obras de Rubem Fonseca intitulado romance negro, uma narrativa de suspense e mistério e também pela estética negrista que tem como representantes autores brancos como Jorge de Lima, Raul Bopp, Menotti Del Pichia, Cassiano Ricardo entre outros. Tal estilo de escrita apresenta homens brancos que escrevem sobre

assuntos relacionados à negritude, de acordo com Jorge Schwartz (1995, n.p.): “o negrismo, enquanto discurso do branco, se equipara ao indianismo dos românticos, em que o nativo surge reduzido a objeto da fantasia do colonizador”.

Em oposição a esta perspectiva, Luiz Silva, conhecido pelo pseudônimo de Cuti, em entrevista concedida para o próprio Eduardo de Assis Duarte e para Maria Nazareth Fonseca e Maria José Somelarte, afirma que não reconhece a procedência da terminologia “afro-brasileira”: “Embora não conheça o nascimento e a evolução do termo “afro-brasileiro”, entendo que ele nos remete à África como origem e ao Brasil como destino, mas é vazio de vida, pois, em si, não carrega o sentido existencial” (CUTI, 2007, n.p.). Apesar dessa interpretação, intelectuais que defendem a terminologia “literatura afro-brasileira” se inspiraram nos movimentos literários das primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos, conhecidos como o Renascimento Negro, como argumenta Maria Nazareth Soares Fonseca em *Literatura negra: os sentidos e as ramificações* (2021) e nesse sentido Eduardo Assis Duarte aborda:

> Enquanto busca de afirmação identitária, a imersão no coletivo se faz presente no texto de autoria negro-diaspórica desde os começos e se manifesta também ao sul do Equador: das cartas precursoras de Henrique Dias (1650) e Esperança Garcia (1777), aos escritos literários e jornalísticos do século XIX e primeira metade do século XX. A mão e a mente afro-brasileiras se integram à tradição da literatura negra ocidental, de que são exemplos a Renascença do Harlem estadunidense, dos anos 20, a Negritude francófona dos anos 30 e seguintes, o citado Teatro Experimental do Negro, dos anos 40 e 50 no Brasil, até chegar aos coletivos literários antirracistas, que ganham visibilidade ao longo do processo de redemocratização brasileira a partir da década de 80. (DUARTE, 2020, p. 80)

Para Maria Nazareth Soares Fonseca (2020), os escritores negros estadunidenses que adotaram uma perspectiva racial em meados do século XX tiveram o papel fundamental de projetar mundialmente um estilo de narrativa de valorização da negritude e denúncia do racismo. Dentro deste contexto se destacaram obras como: *The New Negro*, organizada por Alain Locke e publicada em 1925, *Color*, de Countee Cullen, publicada no mesmo ano, *The Weary Blues* (1926), de Langston Hughes, e o romance *Dark Princess*, de W. E. B. Du Bois, lançado em 1928.

Retornando à visão de Cuti (2007), ele defende que a literatura feita e protagonizada por escritores(as) negros(as) não pode ser denominada de literatura afro-brasileira. Essa terminologia, segundo o autor, remete a um retorno à África e esvazia o sentido das experiências vivenciadas pela população negra brasileira:

> Creio que toda alteração terminológica traz em si uma intenção de enfraquecer o termo de maior significância empregado para arregimentação. Ninguém no mundo é discriminado por ser afro-brasileiro ou afrodescendente, mas, sim, por ser negro, trazer inscrito em seu físico os traços da ascendência africana subsaariana. (CUTI, 2007, n.p.)

Além disso, o uso do termo "literatura afro-brasileira" seria relacionado a uma maneira de fazer da literatura produzida no Brasil apenas um "apêndice" da literatura africana. Diante desses argumentos, o autor comenta em seu livro *Literatura negro-brasileira* (2010): "[...] atrelar a literatura negro-brasileira à literatura africana teria um efeito de referendar o não questionamento da realidade brasileira por esta última. A literatura africana não combate o racismo brasileiro. E não se assume como negra" (CUTI, 2010, p. 36). Em face desse contexto, para Cuti (2007), a literatura produzida por negros e negras no Brasil é atravessada pela subjetividade de quem vivencia o mundo a partir da cor da pele e, diante disso, ele argumenta:

> O branco, por mais que tematize o negro, ainda não teve distensão psicológica para chegar a essa empatia na criação. O leitor negro não passa em seu horizonte criativo. A subjetividade intransferível ainda continua sem o exercício mimético por parte dos autores brancos. Daí que um querer-se negro no momento da criação é o que mais importa no tocante à consideração do que é Literatura Negra. Tematizar é fácil. Essencializar é um outro exercício que passa, sobretudo, pelo despojamento da brancura. É o que os escritores negros vêm fazendo. (CUTI, 2007, n.p.)

Ademais, para esse intelectual, a terminologia "literatura negro-brasileira" representa as lutas e experiências da população negra no Brasil, ou seja, a expressão "negro-brasileira" se vincula às reivindicações dos movimentos negros em combate ao racismo no Brasil, enquanto que o vocábulo "literatura afro-brasileira" remete a um retorno à África, culminando no esvaziamento das lutas da população negra, principalmente no que tange ao reconhecimento de sua identidade. Cuti, portanto, enxerga "a literatura negro-brasileira como uma expressão que nasce na e da população negra que formou fora da África, e de sua experiência no Brasil" (CUTI, 2010, p. 43-44).

Para Cuti, a literatura negro-brasileira enquanto movimento coletivo teve destaque em 1978 com o surgimento do Movimento Negro Unificado e, decorrência disso, foi criada a série *Cadernos Negros*, que abordamos na seção 1.2. Antes disso, Cuti ressalta a importância dos precursores da literatura negro-brasileira: Luiz Gama, Maria Firmina do Reis, Cruz e Souza e Lima Barreto. Mesmo em movimentos individuais esses intelectuais foram responsáveis por pautar o racismo no cenário literário brasileiro:

> Maria Firmina dos Reis, Cruz e Sousa e Lima Barreto são exemplos do isolamento estético-literário no quesito subjetividade negro-brasileira. Este isolamento impediria, ainda por décadas, no bojo do século XX, o início de uma específica consciência coletiva no campo literário. (CUTI, 2010, p. 80)

De acordo com o autor (2010), a subjetividade dos intelectuais negros e negras não se limita à dimensão do eu-lírico. Mesmo escrevendo em primeira pessoa, suas narrativas remontam e conectam "eus" coletivos que tiveram a vida atravessada pelo racismo, como relata o escritor Lima Barreto em sua obra seu *Diário Íntimo*:

> Na estação, passeava como que me desafinando o C.J. (puto, ladrão e burro) com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há negá-lo. Ele dizia com certeza:
>
> - vê, "seu" negro, você me pode vencer nos concursos, mas não nas mulheres, não. Poderás arrumar uma, mesmo branca como a minha. Mas não desse talhe aristocrático.
>
> Suportei o desafio e mirei-lhe a mulher de alto a baixo, e dentro de alguns anos, espero encontrar-me com ela em alguma casa de alugar cômodos por horas. (BARRETO, 1956, p.46 apud CUTI, 2010, p.76)

Neste relato, é possível observar como o racismo atravessou a subjetividade de Barreto. E ele foi incessante em denunciar o racismo na sociedade brasileira, tanto em seus diários íntimos como em seus romances. Como argumenta Schwarz (2017, p. 423): "Esse 'mundo mulato', na obra de Lima é inesperadamente variado, plural e rico. Denunciando o preconceito vigente, o autor contribuiu em seus escritos um retrato amplo e comovente desse grupo". Ao assumir uma perspectiva negra em seus textos, o autor sofreu inúmeras sanções da crítica literária de sua época, como na obra *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909) que denuncia o racismo sofrido pelo protagonista Isaías e, além disso, critica o monopólio da branquitude nos meios de comunicação: "O romance trazia de tudo um pouco crítica social, fofoca literária, bastidores do jornalismo; o suficiente para chamar bastante atenção e causar escândalo" (SCHWARCZ, 2017, p. 227). Contudo, esse livro não causou repercussão e/ou discussão e, ainda, a crítica literária da época acusou Barreto de produzir um romance *à clef*, um tipo de narrativa no qual o autor trata de pessoas reais através de personagens fictícios: "O livro recebeu pouquíssimas críticas sérias, e elas repousavam o mesmo argumento. De resto, reinava um silêncio frustrante para quem pretendia, em sua estreia, polemizar e conquistar lugar de evidência" (SCHWARCZ, 2017, p. 228).

Além de Barreto, outros escritores e escritoras foram silenciados e apagados (as) no cenário literário brasileiro, como a primeira romancista negra, Maria Firmina dos Reis. Isso pode ser observado na invisibilização e no clareamento da imagem da escritora: por anos, ela foi representada como branca e confundida com a autora gaúcha Maria Benedita Câmara (1853-1895):

> Cabelos presos, colar, um vestido aparentemente luxuoso, a pele branca. Assim esteve representada até 2012 a escritora Maria Firmina dos Reis (1822-1917), primeira romancista negra do Brasil, em uma parede da Câmara dos Vereadores de Guimarães, cidade do Maranhão onde a autora passou a maior parte de sua vida. (NEIVA, 2020, n.p.)

A Figura 1, abaixo, é o retrato da escritora Maria Benedita Câmara, a quem era associada à imagem de Maria Firmina dos Reis, e ficava na Câmara dos vereadores na cidade de Guimarães, no Estado do Maranhão.



Figura 1:A imagem da escritora Maria Benedita que era associada à Maria Firmina dos Reis.

Fonte: BBC.

A professora da Universidade Federal do Maranhão, Régia Agostinho argumenta que o quadro se manteve no local devido a pessoas influentes da região (AGOSTINHO apud NEIVA,2020 n.p.): "Em Guimarães já sabiam que aquela não era Maria Firmina, mas, como o quadro foi doação de alguém importante da cidade, não tiraram da parede". Em 2013, quando Agostinho terminou sua tese e retornou à cidade, o quadro foi removido do local.

Desafiando esse cenário, em 2018, a Festa Literária das Periferias (Flup) homenageou Maria Firmina dos Reis e teve uma programação exclusivamente negra, destacando as vivências das mulheres negras. Esta edição ocorreu no Cais do Valongo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, que foi a porta de entrada dos africanos escravizados nas Américas e se

transformou em Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 2017. O evento foi dedicado à reconstrução das memórias e a valorização das vivências do povo negro e, em decorrência disso, a organização dessa festa promoveu um concurso com o objetivo de recriar a fisionomia de Maria Firmina dos Reis, cujo vencedor foi o artista João Gabriel dos Santos Araújo. A seguir está a imagem criada por ele.

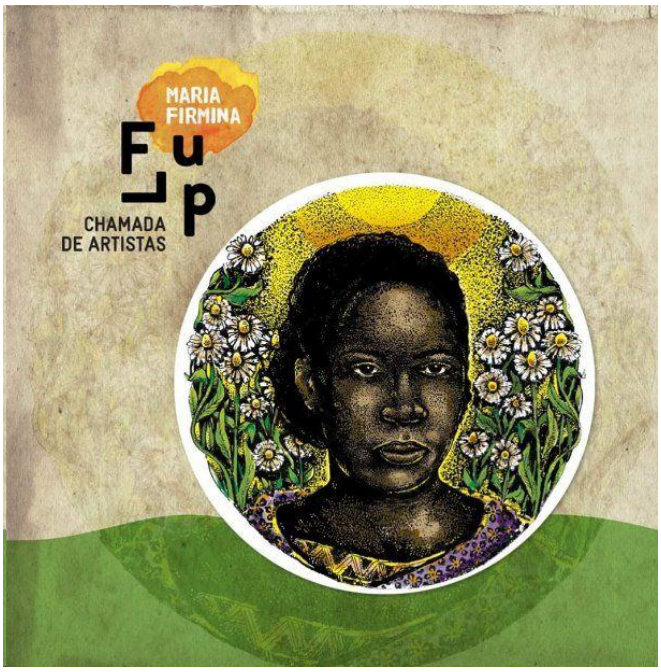


Figura 2: Recriação da imagem de Maria Firmina dos Reis na Festa Literária das Periferias.

Autoria: João Gabriel dos Santos Araújo.

Voltando ao conceito de literatura negro-brasileira (CUTI, 2010), para além da marca de subjetividade na escrita, como mostrado anteriormente no diário do escritor Lima Barreto, outro aspecto fundamental é ressignificar os traços fenotípicos dos negros no texto: “Como o racismo demonizou as características fenotípicas africanas, a reversão desse fato implica ter o escritor a consciência daquela ação perversa para não referendá-la” (CUTI, 2010, p. 92). Ainda sobre a discussão da literatura produzida por negros no Brasil, o autor argumenta que a terminologia “literatura afro-brasileira” pode acarretar problemas como a estereotipização do continente africano, já que negligencia a diversidade de seus países:

> Como um navio tumbeiro literário é misturado às literaturas para venda em outras partes do mundo. Essa negação das singularidades nacionais enfatiza ainda a dominação global, com roupagem de um novo tráfico, agora de livros. Os africanos de hoje, em particular os literatos ciosos da busca de reconhecimento cultural de suas nacionalidades, incluindo aí os africanos brancos, tendem a rejeitar uma identidade continental para suas obras, preferindo a caracterização nacional baseada na nação territorial geográfica. (CUTI, 2010, p. 37)

Para além da estereotipização do continente africano a partir do uso do termo mencionado, Cuti salienta que essa expressão pode reforçar as ideologias de democracia racial pelo fato de não evidenciar a palavra "negro": "a expressão "afro-brasileira" cai como uma luva, sobretudo por não apontar o polo de onde partiu e parte a discriminação racial" (CUTI, 2007, n.p.). Diante disso, para o autor é imprescindível destacar o vocábulo "negro" em movimentos de resistência no Brasil:

> Historicamente, a palavra "negro" vem sendo trabalhada pela população de origem africana. Em várias de suas instituições e efemérides, a palavra se faz presente: Frente Negra Brasileira, Clube Negro de Cultura Social, Centro de Cultura e Arte Negra, Movimento Negro Unificado, Dia Nacional da Consciência Negra, já citado, Centro Ecumênico de Cultura Negra, Cadernos Negros, etc. No campo da literatura, até mesmo a titulação das obras dá a dimensão do apreço pela palavra. (CUTI, 2007, n.p.)

Analisando o que foi apresentado sobre as terminologias "literatura afro-brasileira" e "literatura negro-brasileira", é possível afirmar que os conceitos não são sinônimos, mas sim representam um campo de disputas epistemológicas. Como aponta Maria Nazareth Fonseca, em "Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica?" (2006), publicado antes dos textos de Duarte (2010; 2014) e Cuti (2007; 2010), a literatura negra procura "[...] se integrar às lutas pela conscientização da população negra, busca dar sentido a processos de formação da identidade de grupos excluídos do modelo social pensando por nossa sociedade [...]" (FONSECA, 2006, p. 24). Já a expressão "literatura afro-brasileira" "[...] procura assumir as ligações entre o ato criativo que o termo literatura indica e a relação dessa criação com a África [...]" (FONSECA, 2006, p. 24), seja a África, concebida como o berço da civilização ou como aquela terra que serviu como sequestro de escravizados para as Américas.

Apesar das divergências de ponto de vista, as concepções mencionadas podem ser compreendidas como propostas decoloniais na esfera literária brasileira. Entendemos como decolonialidade uma superação do colonialismo que vai além da descolonização, já que almeja novas estruturas do saber e do poder, como argumentam Maurício de Novais Reis e Marcilea Freitas Ferraz de Andrade (2018, p. 8): "O projeto decolonial refere-se

primordialmente à condição de libertação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica".

Embora os termos "descolonização" e "decolonialidade" sejam semelhantes, eles se distinguem, porque o primeiro termo está em consonância com o fim do regime de dominação política e econômica dos países colonizados. Já o segundo, designa a superação do colonialismo vigente na modernidade/colonialidade, como defendem Gabriela da Silva Mendes e Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca (2020, p. 84) com base em Luiz Fernando de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau (2010):

> O termo decolonial deriva de uma perspectiva teórica que estes autores expressam, fazendo referência às possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista e, na esteira dessa perspectiva, a tentativa de construção de um projeto teórico voltado para o pensamento crítico e transdisciplinar, caracterizando-se também como força política para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento histórico e social. (MENDES; FONSECA, 2020, p. 84)

Em crítica às concepções de colonialidade do poder, do saber e do ser**,** a filósofa argentina María Lugones (2014) começou a pensar na categoria "colonialidade de gênero", a fim de ampliar as formas de pensamentos decoloniais. Para essa pensadora, desde a chegada dos colonizadores nas Américas, havia uma lógica de hierarquia a partir da qual impuseram o poder de homens brancos sobre mulheres negras. Mediante a essa perspectiva histórica, o gênero pode ser compreendido como relacional e um modo subjetivo de dominação. Nesse contexto de dominação dupla, atravessado pela interseccionalidade de gênero e raça, escritoras negras demonstram que essa posição na dinâmica sociorracial brasileira pode ser um lugar de potência, por meio do qual essas mulheres podem apresentar uma perspectiva diferenciada, porque sua escrita nasce de um corpo preto permeado pelas experiências, possibilidades e interdições que elas vivenciam, imprimindo nas narrativas subjetividades de quem experiencia o mundo a partir da cor da sua pele. Tal perspectiva culminou no que Conceição Evaristo definiu como "escrevivência". Segundo a escritora, "a minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira" (EVARISTO apud DE LIMA, 2017, n. p). Cada vez mais, a palavra "escrevivência" está ganhando visibilidade no cenário literário brasileiro e na esfera acadêmica como em citações em teses, dissertações, artigos, mas Evaristo quando empregou o termo pela primeira vez em uma entrevista concedida ao Nexo Jornal, em 26 de maio de 2017 não tinha por objetivo criar o conceito de escrevivência. Essa epistemologia está associada a escrever e a viver.

> A ideia de Escrevivência talvez possa trazer algo novo para a teoria da literatura pensar. Parece-me que o conceito de autoficção, de escrita de si, de narrativas do eu, e até de ego-história, quando um historiador resolve, por meio do aparato da ciência que ele conhece, narrar a sua vida, como sujeito histórico, como sujeito da história de seu tempo, o conceito de Escrevivência pode ser pensado por parâmetros diferentes dos colocados para pensar as categorias citadas anteriormente. Entretanto, quando falo de ego-história, a historiadora Beatriz Nascimento, no filme "Ôrí" (1989), constrói uma ego-história que não se esgota na vida dela como historiada. É uma ego-história cuja narração fílmica está amalgamada à história de uma coletividade. (EVARISTO, 2020, p. 38)

Ainda de acordo com Evaristo, o conceito de escrevivência não pode ser confundido com uma perspectiva narcísica que reflete apenas uma autorrepresentação, já que a expressão da subjetividade de uma mulher negra vivenciada no contexto sociorracial brasileiro pode retratar uma experiência coletiva. Segundo Maria Nazareth Soares Fonseca (2020, p.67): "[...] o termo escrevivência, ao nomear formas de escrita literária, poderia ser discutido com auxílio de visões e percepções críticas que indagam sobre formas de escrever a memória do povo negro [...]". Nesse sentido, no gênero romance, foco do presente trabalho, pode haver uma experiência criativa em que as narrativas assumem um compromisso de projetar no cenário literário brasileiro memórias e histórias que foram silenciadas pela literatura canônica.

Mas ressaltamos que nem toda produção literária produzida por escritoras negras pode ser compreendida como uma escrevivência ou contribui para o debate antirracista. É o que destaca a autora Miriam Alves, na mesa redonda "Prosa Virtual: Literatura de Mulheres Negras" (2020), sobre o perigo de limitar a escrita das mulheres negras a um rótulo:

> Nas minhas concepções, eu coloco movimento literário de literatura negro-brasileira. Pensarmos enquanto negros é nossa literatura. Nossa literatura não é escrevivência, nossa literatura não é transnegrogressora, não é literatura afro. Nossa literatura é tudo isso, porque é um movimento de literatura que vem aglutinando nossos passos que vêm de longe. (ALVES, 2020, n.p.)

Para Alves (2020), apenas um conceito não deve representar toda a diversidade de movimentos de intelectuais negros realizados na esfera da literatura, pois não existe uma homogeneidade em ser negro no país, logo, são inúmeras possibilidades de saberes e conhecimentos produzidos por esta população. Diante de tantas epistemologias apresentadas na esfera literária, nos filiamos às concepções literatura negro-brasileira, porque este conceito está associado a um movimento de resistência de intelectuais negros e negras no curso da história para ressignificar o sentido da palavra negro na sociedade brasileira. Além disso, o termo literatura negro-brasileira evidencia que é um sujeito negro que se assume como tal que está produzindo um determinado conteúdo.

No próximo capítulo, apresentaremos a potência da escrita de autoras negras que assumem a perspectiva negra e contribuem para um debate antirracista e também propiciam o fortalecimento da população negra enquanto grupo, assim formando o aquilombamento, uma espécie de uma resistência cultural e física deste grupo racial.

2.3 Quilombos editoriais

Com tanto pau no mato. Embaúba é coronel.

Os versos desta epígrafe são cantados pelos jongueiros de Vassouras, cidade situada no estado do Rio de Janeiro. Essa manifestação cultural teve suas origens na região africana do Congo Angola. Chegou ao Brasil Colônia com os negros de origem bantu trazidos como escravizados para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba, no interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O jongo era visto pelos escravizados como um dos raros momentos permitidos de trocas e confraternização. E, nessas reuniões, os jongueiros criavam pontos, versos orais nos quais eles saudavam a terra natal, tramavam fugas e criticavam o período escravocrata, como nos versos acima, em que os escravizados criticavam esse sistema, pois no contexto florestal a planta embaúba é sem utilidade, assim como coronéis, os senhores de engenho. Esta metáfora demonstra que os(as) negros(as) na condição de escravização nunca aceitaram passivamente e acriticamente esse regime, e nessa direção a população negra lutou para a sua coexistência na sociedade brasileira. Outro aspecto que podemos observar sobre os encontros de jongo é que, mesmo no período escravocrata, no qual os direitos básicos da população negra eram completamente ceifados, havia o momento de sociabilidade e festividade entre eles. Nesse sentido, esta seção apresentará o surgimento do conceito “aquilombamento”, oriundo dos quilombos e senzalas, que inspirou a criação do conceito “quilombos editoriais”.

O termo “aquilombar-se” tem sido usado recorrentemente em movimentos sociorraciais que lutam em prol da emancipação dos negros no Brasil. Para esses grupos, aquilombar-se é compreendido como uma tecnologia sociorracial de resistência dessa

população, sendo uma maneira de estar juntos para ampliar conhecimentos e saberes ancestrais. Apesar de esse conceito estar em voga na contemporaneidade, ele surgiu nos estudos do historiador e sociólogo Clóvis Steiger de Assis Moura sobre quilombos como unidades de protesto e de experiência social. Moura criou o conceito "quilombagem", como aponta Paula Carolina Batista:

> Moura, em seus estudos, criou o termo "quilombagem" para ressaltar as atividades de resistência, rebeldia e protestos dos escravizados tendo como núcleo central o quilombo. Esse termo foi de suma importância para dar a verdadeira relevância para a luta empreendida pelos escravos da época, pontuando inclusive a quilombagem como agitação emancipatória que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista. (BATISTA, 2018, p. 381)

Com seu trabalho, o sociólogo elucidou que os quilombos brasileiros funcionavam como uma espécie de resistência negra no massacre do período escravocrata, já que nesse regime só existiam duas condições sociorraciais para uma pessoa negra: o livre e o escravizado. E, desestabilizando esta lógica, o quilombola, que conquistou a liberdade à base de muita luta. Nas palavras do autor, "o quilombola era, portanto, um ser novo, contraposto ao escravo e que somente enquanto quilombola podia assim pensar e, sobretudo agir". (MOURA, 1992, n.p.)

Ainda sobre os estudos de aquilombamento, em 2007, o professor, antropólogo e geógrafo Alex Ratts escreveu o livro *Eu sou Atlântica*: *sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento,* que narra a vida da historiadora e pesquisadora Beatriz Nascimento e traz alguns de seus textos. Ao passo que Clóvis Moura estudou os quilombos e a quilombagem sob o prisma do passado, Nascimento se dedicou a estudar os sentidos contemporâneos do conceito de quilombo. A autora se posicionou sobre a temática no evento Quinzena do Negro na Universidade de São Paulo (USP) numa conferência de Historiografia em 1977:

> Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (NASCIMENTO, apud RATTS, 2007, p. 53)

Com essa ótica, Beatriz Nascimento afirma que o quilombo se transformou em um território de resistência do passado e do presente, e sobre essa abordagem Paula Carolina Batista (2018, p. 385) argumenta que "Olhamos, então, para favelas, comunidades carnavalescas, centros de religiões de matriz africana como grandes quilombos contemporâneos que trazem essa imagem de reunião de negros pela resistência". Beatriz Nascimento era formada e pós-graduada em história pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ) em 1971 e atuava como professora neste segmento na rede estadual. Além disso, colaborou para a construção de movimentos negros, como em 1978 O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), nome que mais tarde foi mudado para o Movimento Negro Unificado (MNU).

Abdias Nascimento foi outro teórico que colaborou para os estudos de quilombismo. Além de atuar em diversas áreas do conhecimento, ele fundamentou suas concepções em ideais panafricanistas, e daí criou o conceito "quilombismo", com o objetivo de promover a justiça sociorracial no país e propor uma análise sobre o passado e o presente da população negra brasileira. O pensador tinha por objetivo fundar uma nação baseada no Quilombo de Palmares (2019, n. p): "O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País". Tal proposição resultou na obra *O quilombismo: Documento de uma Militância Pan-Africanista* (1980).

Em dias atuais, para Paula Carolina Batista, "objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade" (BATISTA, 2018, p.388). Na esfera literária contemporânea, a reunião de escritores(as) e iniciativas editoriais também ocorrem, principalmente com a expansão das editoras especializadas em publicar obras que debatam questões étnico-raciais. Nesse contexto, Luiz Henrique Silva de Oliveira cunhou o termo "quilombos editoriais":

> As casas ou quilombos editoriais fazem parte de amplas redes de sociabilidade entre negros. Neste trabalho, as redes de sociabilidade são entendidas como iniciativas de arregimentação de coletivos afrodescendentes para fins de convívio, atuação e resistência no âmbito da sociedade onde estão inseridos. (OLIVEIRA, 2018, p. 157)

Para o autor, as editoras especializadas nas questões étnico-raciais também exercem a função de quilombos, pois promovem a sociabilidade entre negros e estão comprometidas em propagar concepções ligadas ao antirracismo e à valorização da cultura negra, a fim de reconstruir a imagem dessa população no imaginário social do país. Essas iniciativas atuam de maneira independente no circuito editorial brasileiro, porque visam à autossustentabilidade e não recebem capital externo às atividades das instituições, por isso não sofrem influências editoriais de empresas e de capitais externos. Como exemplos dessa vertente podem ser citados o grupo Quilombhoje, já abordado neste capítulo e também a Editora Pallas, a Mazza Edições, a Nandyala Editora, o Ciclo Contínuo Editorial, a Editora Ogum's Toques Negros e

a Editora Malê. Vejamos brevemente sobre esses **quilombos editoriais**. Os quilombos editoriais serão apresentados a partir da proposta editorial de cada editora, por isso os termos variam entre cultura afro-brasileira, literatura negro-brasileira e outros conceitos.

- **Quilombhoje**

Na década de 1970, período de efervescência política no país, que passava por uma redemocratização, após anos de ditadura militar, um grupo de jovens negros e negras se reunia no Centro de Cultura e Arte Negra, em São Paulo, a fim de criar publicações para expor a literatura negro-brasileira, entre outras atividades. Neste contexto, surgem os *Cadernos Negros* em 1978. Em 1980, foi fundado o grupo Quilombhoje por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e, em 1982, outros escritores e escritoras passaram a integrar esta iniciativa como: Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa (atuais coordenadores), Miriam Alves e Oubi Inaê Kibuko. Em 1983, o grupo assumiu a organização dos *Cadernos Negros*, com volumes que alternam coletâneas de contos e de poemas, os quais tornaram o Quilombhoje conhecido nacionalmente.

- **Editora Pallas**

Apesar de estarem à frente desta casa editorial Mariana Warth e Cristina Fernandes Warth, duas mulheres brancas, essa editora, fundada em 1975 no Rio de Janeiro e contando com um amplo catálogo, dedica-se a publicar livros que abordam a cultura afro-brasileira, desde religiosidade, passando por livros de sociologia, antropologia, entre outros. A editora teve amplo reconhecimento internacional em 2021, já que, por exemplo, é a terceira vez que a instituição concorre na categoria de editora do ano ao Bologna Prize (BOP), criado pela Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha em 2013, em parceria com as associações Italiana de Editores (AIE) e Internacional de Editores (IPA). Essa honraria tem por objetivo premiar iniciativas editoriais que se destacam e, nesse ano, a editora brasileira é a única a disputar essa premiação.

- **Mazza Edições**

Fundada em 1981, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Mazza Edições surgiu também no contexto de redemocratização do país e sempre teve por objetivo publicar obras referentes à cultura afro-brasileira, sendo uma editora pioneira nesse segmento. Essa iniciativa foi criada por Maria Mazarello Rodrigues, mulher negra, pobre, militante, jornalista e intelectual que iniciou a sua atividade no mercado editorial sem pretensão, após trabalhar nos anos de 1960 com a Ana Lúcia Campanha Baptista no Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar, entre 1956 até 1964, fruto de convênio entre os governos dos Estados Unidos e de Minas Gerais. Depois desse contato, Ana Lúcia decidiu abrir em sua casa uma editora e convidar Maria para compor a equipe. Após essa experiência, ocorrida em 1978, Mazarello cursou um mestrado entre 1978 e em 1981 na área da Editoração e Comunicação Visual na Universidade de Paris. E a Mazza Edições surge, a partir de então, como resultado de sua dissertação sob o título "Essa história eu não conhecia" que consistia em uma coleção que recontava a história do negro no Brasil.

- **Nandyala Editora**

Criada em 2000 em Belo Horizonte, Minas Gerais, por Íris Amâncio, doutora em Estudos Literários/Literatura, por Rosa Margarida, pedagoga e professora, ambas mulheres negras, essa casa editorial se dedica à publicação de autores(as) negros e negras africanos, caribenhos(as) e brasileiros(as). Além da publicação de livros, a editora desde 2012 realiza a Festa Afro Literária do Brasil. E também tem o projeto de Literatura em diferença, no qual acontecem as ações Ocupações Afro Literárias, que apresentam rodas de conversa, lançamentos de livros e afins, sessões de autógrafos, contações de histórias, debates, formações de professores, entre outros. A última edição do evento aconteceu na Academia Mineira de Letras em março de 2020.

- **Ciclo Contínuo Editorial**

Idealizada em 2009 por Marciano Venturo, um homem negro, essa editora paulista se dedica à publicação de obras em prol da cultura afro-brasileira. Além da publicação de livros, essa casa editorial se dedica à organização de eventos para propagar essa literatura, como as edições do evento, nomeado a *letra P*, uma série de atividades culturais como: leitura, exposição, música e bate-papo. Dentre esses eventos, em 2010 a editora organizou um

seminário em homenagem aos 50 anos da obra *Quarto de despejo,* de Carolina Maria de Jesus. Já em 2014 foi realizado um conjunto de atividades em comemoração ao centenário da escritora mencionada.

- **Editora Ogum's Toques Negros**

Em 2014, surge em Salvador, na Bahia, esta iniciativa, que foi fundada por uma mulher negra, Mel Adún, que é jornalista, fotógrafa e doutoranda pela Universidade de Kentucky, nos Estados Unidos. Além disso, é escritora com inúmeras poesias e contos publicados nos *Cadernos Negros* e atualmente escreve para o público infantil em prol da exaltação da cultura negra. O outro idealizador é Marcus Guellwaar Adún Gonçalves, um homem negro, carioca, que na infância se mudou para Bahia. Além de escritor, Guellwaar integra o grupo afro IIê Aiyê, em que atua como compositor e também participa do grupo de teatro de rua Maloqueiros. Os criadores dessa casa editorial iniciaram na esfera literária publicando textos de autoria própria e de outros intelectuais negros. A partir disso, surge a iniciativa de fundar essa editora com a proposta de publicar obras de intelectuais negros.

- **Editora Malê**

Foi fundada em 2015, no Rio de Janeiro, por Wagner Amaro, com o objetivo de promover a ampliação da diversidade do mercado editorial brasileiro. Ele fundou esta iniciativa, quando, em 2013, tinha como função montar um acervo de literatura negra na instituição na qual trabalhava, porém teve uma grande dificuldade. Diante deste cenário, lança Malê. Amaro comenta sobre a importância da literatura negra para a formação de leitores no site da editora (2019, n. p): "Qualquer ação que vise democratizar a ampliação de leitores, terá que passar pela questão da diversidade e da representatividade na literatura". Além de editora, a Malê possui um prêmio nas categorias: Romance, Conto – obra individual, Teses e dissertações e Jovens escritor@es negr@s. A editora possui, ainda, as redes sociais ativas, que promovem eventos online, dedicados à literatura afro-brasileira e a revista Mahin – revista literária, destinada a novidades, debates e expansão do conhecimento sobre a literatura, a cultura e a memória afro-brasileira e africana.

Além das iniciativas editoriais com foco em publicações de livros, no cenário literário têm surgido livrarias e bibliotecas especializadas na temática étnico-racial. A Kitabu Livraria Negra, fundada em 2003, tem como objetivo promover debates, mesas redondas e lançamentos dos livros de autores e autoras negras. A livraria Nombeko, por sua vez, conta na sua plataforma com canais no Youtube, Podcasts, uma rádio na internet, uma lista de músicas de artistas negros. Ademais, pode ser mencionada a livraria Africanidades, a primeira especializada em autoras negras, idealizada pela bibliotecária negra Ketty Valencio. Este projeto iniciou em 2013, em formato digital, por meio de um e-commerce, e, em 2017, foi aberta uma unidade física, na cidade de São Paulo. Além da venda de livros, a instituição promove encontros para debater textos de intelectuais negras, e possui um clube de assinantes, no qual seus membros recebem kits trimestrais sobre obras de autoria negra feminina.

Neste tópico, nos dedicamos a apresentar espaços de resistência cultural negra na promoção da literatura, denominados como quilombos editoriais pelo doutor Luiz Henrique Silva de Oliveira, mas, antes desta definição, realizamos uma digressão histórica sobre o surgimento e as ressignificações que a palavra quilombo ganhou no curso da história, desde Clóvis Moura até a contemporaneidade. No próximo capítulo, mostraremos o comportamento editorial das grandes editoras para inserção de escritoras não-brancas em esfera internacional e a presença de romancistas negras brasileiras no cenário literário brasileiro.

3 Romancistas negras e o comportamento editorial brasileiro após a “FLIP da diversidade”

Iniciaremos este capítulo com uma apresentação teórica da condição da mulher negra na sociedade brasileira, a fim de compreender como os atravessamentos de raça, gênero e classe podem implicar na produção de romances. Seguindo essa reflexão, na seção seguinte abordaremos o grande mercado editorial do país, para compreender se ele cedeu espaço para as romancistas negras brasileiras. Ainda nessa etapa, mostraremos tabelas com a relação de obras publicadas e suas respectivas autorias femininas negras nas esferas nacional e internacional no período de 2017 a 2020 pelas seguintes editoras: Companhia das Letras, Record e Rocco.

Na sequência, será apresentado um mapa de presenças de romancistas negras brasileiras que pautaram questões raciais em suas obras, a fim de analisar se essas autoras estão ganhando mais espaço no cenário literário brasileiro após a edição da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2017, a qual ficou conhecida como “Flip da diversidade”.

3.1 A condição da mulher negra na sociedade brasileira e na Festa Literária Internacional de Paraty

A gente combinamos de não morrer.
Conceição Evaristo

As palavras da escritora Conceição Evaristo refletem toda a estratégia de intelectuais e ativistas negras e negras para (re) existirem na sociedade brasileira, que tem como um de seus pilares o racismo. Os movimentos negros no curso da história utilizaram da educação e da literatura como instrumento para desestabilizar a lógica da colonialidade ainda vigente no país. Com base no pensamento de Boaventura de Souza Santos (2004), Nilma Lino Gomes (2017) chamou de “pedagogias que emergem” todos os saberes e conhecimentos produzidos por negros e negras no Brasil, e essa perspectiva surge como uma possibilidade de reverter o silenciamento, as ausências e o epistemicídio aos quais essas pensadoras e esses pensadores foram submetidos.

Na esfera literária, como mostrado anteriormente, os romances publicados ficam, em sua maior parte, restritos às mãos de homens brancos, tanto no âmbito da narrativa, quanto no

da autoria e, diante dessa perspectiva, as formas como os personagens negros são geralmente criados contribuem para a reprodução de um imaginário social brasileiro que reforça a imagem do negro como violento possuidor de uma sexualidade voraz e/ou destituído de capacidade intelectual, como mostrado na seção 1.3. De acordo com Cuti:

> O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da personagem negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tomando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural ou de interior, como uma árvore ou um bicho, um móvel ou qualquer utensílio ou enfeite doméstico. (CUTI, 2010, p. 88-89)

Nessa conjuntura de silenciamento, as vozes de mulheres negras atuam como fissuras no sistema de colonialidade do saber presente no cenário literário brasileiro, e suas narrativas são possibilidades de reescrever a condição da mulher negra na sociedade, já que consideramos que a identidade na pós-modernidade se constrói discursivamente, como propõe o sociólogo Stuart Hall e, por isso, não pode ser concebida como um processo acabado e marcado por essencialismo:

> Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. (HALL, 2015, p. 38)

De acordo com essa concepção, as identidades estão em constantes transformações e ressignificações, portanto é imprescindível que as mulheres negras assumam o protagonismo nos campos da autoria e da narrativa em romances brasileiros, a fim de produzirem novos sentidos à palavra negro e à estética negra. Como destaca Grada Kilomba (2019, p. 19), "confrontamo-nos com a longa lista de termos, frequentemente usados ainda hoje na língua portuguesa, que têm a função de afirmar a inferioridade de uma identidade através da sua condição animal". A língua portuguesa é um idioma violento que reitera e perpetua o racismo por meio de palavras e construções gramaticais. A autora ainda argumenta que é só através da reconfiguração das estruturas de poder e do saber que as identidades marginalizadas poderão emergir. O reconhecimento das identidades marginalizadas por meio da subversão do poder, como defendeu Kilomba, está em diálogo com o que propôs Lélia Gonzalez sobre as influências dos negros na formação da língua portuguesa – o pretoguês – especialmente no que tange à oralidade:

> […] aquilo que chamo de 'pretoguês' e que nada mais é do que marca de africanização no português falado no Brasil […]. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes, como o l ou o r, por exemplo, apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação históricocultural do continente como um todo. (GONZALEZ, 1984, p. 70)

Para a autora, uma característica da intervenção dos negros na língua portuguesa falada no Brasil é a substituição do fonema “l” pelo “r” em algumas expressões, como por exemplo, em “brusa”, “praca” e Framengo” para as palavras “blusa”, “placa” e “Flamengo”. De acordo com Gonzalez, isso ocorreu porque na África subsaariana tinha o predomínio do fonema “r” e, ao chegar no Brasil, os negros desta região, com dificuldade de compreender a língua portuguesa, passaram a utilizar o “r” no lugar do” l”, um registro linguístico que contribuiu para a africanização do idioma, como defende a pensadora:

> É engraçado como eles gozam quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexiste. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que estão falando pretoguês. (GONZALEZ, 1984, p. 238)

Contrariando a lógica abissal (SANTOS, 2009) que consiste em invisibilizar, desumanizar e deslegitimar populações marginalizadas, as escritoras negras que se assumem ideologicamente como tais têm por objetivo coexistirem no cenário literário brasileiro e, consequentemente, podem construir epistemologias pós-abissais. Essas (re)construções de sentidos a partir de uma ótica negra podem ser compreendidas como um pensamento pós-abissal, conceito cunhado por Boaventura de Sousa Santos (2009) em que critica as noções de que a Europa Ocidental é compreendida como o centro da civilização pós-moderna e detentora de saberes e conhecimentos universais. Quando adotam uma perspectiva negra na escrita, as autoras negras podem abordar opressões de raça, gênero e classe que atravessam suas vidas.

Esse posicionamento está em diálogo com um conceito que foi apresentado a partir da tradução do termo em inglês *feminist stand point* – “ponto de vista feminista”, em português, debatido pela filósofa Djamila Ribeiro (2018) e que tem como fundamentação teórica o feminismo negro estadunidense. Essa concepção tem por objetivo tornar visíveis as intelectuais que produziram conhecimentos a partir da experiência do racismo e do sexismo e a visibilização dessa vivência é fundamental para romper com o histórico de silenciamento na produção de conhecimento das mulheres negras no país, que as trata como meros objetos de estudos, já que essas mulheres ainda ocupam uma situação crítica na sociedade brasileira, como aborda Djamila Ribeiro (2018), com base nas concepções de Heidi Safia Mirza (1997): “As mulheres negras ocupam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço, um tipo de vácuo de apagamento e contradição

em um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado terceiro espaço” (RIBEIRO, 2018,p.23).

Na tabela 1, podemos observar que na esfera da curadoria da Flip foi monopolizada, em grande maioria, por homens brancos, pois, ao longo de 17 anos do evento em 12 edições, esta função foi exercida por homens com este perfil. E esta perspectiva quase que unilateral afeta na estrutura da programação, como em 2016, em que a curadoria foi realizada por Paulo Werneck e os intelectuais negros foram boicotados desta Festa Literária.

Considerando-se esse cenário, na tabela abaixo, criada com base em sites de notícias, encontra-se o perfil étnico-racial predominante dos curadores da Flip, desde sua primeira edição:

Tabela 1: Levantamento do perfil étnico-racial de curadores (as) da Festa Literária Internacional de Paraty.

Ano de edição da Flip	Curador e curadora	Raça ou etnia
2003	Flávio Pinheiro	branco
2004	Flávio Pinheiro	branco
2005	Ruth Lanna	branca
2006	Ruth Lanna	branca
2007	Cassiano Elek Machado	branco
2008	Flavio Moura	branco
2009	Flavio Moura	branco
2010	Flavio Moura	branco

2011	Manuel da Costa Pinto	branco
2012	Miguel Conde	branco
2013	Miguel Conde	branco
2014	Paulo Werneck	branco
2015	Paulo Werneck	branco
2016	Paulo Werneck	branco
2017	Joselia Aguiar	branca
2018	Joselia Aguiar	branca
2019	Fernanda Diamant	branca
2020	Fernanda Diamant	branca

Fonte: Elaborada pela autora com base nos portais de notícias.

Neste contexto de exclusão de mulheres negras na programação do evento, na edição de 2016 ocorreu uma intensa mobilização de intelectuais negros e negras devido à ausência de escritoras negras na Flip do referido ano. Na ocasião, a poeta Ana Cristina Cesar foi homenageada e, na Tenda dos Autores, um espaço que abriga a programação principal da Flip, entre os 39 convidados, 17 eram mulheres e não havia nenhuma escritora negra. Em resposta a esse boicote aos/às intelectuais negros e negras, Giovana Xavier, coordenadora do grupo de estudos e pesquisas "Intelectuais negras" da UFRJ, mobilizou a campanha "Vista nossa palavra, Flip 2016", que integrou uma série de ações organizadas para discutir a falta de visibilidade de autoras negras. Neste ano, um evento literário aconteceu no bairro de Oswaldo Cruz, no subúrbio do Rio de Janeiro, que funcionou como um contraponto à programação "branca" da Festa Literária. Além disso, o grupo em questão tem organizado periodicamente oficinas de escritas em escolas públicas. Somados aos eventos mencionados, Xavier e outras intelectuais negras redigiram, à época, uma carta à Flip – a que elas se referem como "Arraiá

da Branquidade" – em resposta à falta de representatividade de escritoras negras. Segue um trecho da carta:

> Em um país de maioria negra e de mulheres, portanto de maioria de Mulheres Negras, é um absurdo que o principal evento literário do país ignore solenemente a produção literária de mulheres negras como Carmen Faustino, Cidinha da Silva, Elizandra Souza, Jarid Arraes, Jennifer Nascimento, Livia Natalia e muitas outras. Que naturalizando o racismo, a curadoria considere que fez sua parte convidando autoras da raça Negra que infelizmente não puderam aceitar o convite. A não procura de planos a, b, c diante destas supostas recusas relaciona-se à falta de compromisso político da FLIP com múltiplas vozes literárias nacionais e internacionais, conforme destacou a literata negra Cidinha da Silva, autora de Sobre-viventes, lançado este ano pela Editora Pallas. Este silenciamento do nosso existir em uma feira que se reivindica cosmopolita, mas está mais para Arraiá da Branquidade, insere-se no passado-presente de escravidão, no qual a Mulher Negra é representada, vista e tratada como um corpo a ser dissecado. Um pedaço de carne que está no mundo para servir. Um objeto a ser estudado e narrado pelo outro branco. (XAVIER *et al*., 2016, n.p.)

Depois dessa intensa mobilização em 2016, Joselia Aguiar, jornalista e escritora, foi escolhida para ser curadora do evento e investiu em uma programação mais diversa, pois nesta edição 30% dos autores eram negros e ainda houve uma homenagem ao escritor Lima Barreto. Porém, mesmo com esse reconhecimento, como foi mostrado anteriormente sobre a vendagem de livros, isso não representa uma consagração institucional de autores negros e autoras negras, porque, depois da edição de 2017, a organização ainda insistiu em homenagear escritores brancos canonizados nos anos consecutivos, como: Hilda Hilst, em 2018, e Euclides da Cunha, em 2019. Seguindo essa mesma linha, indicou para 2020 a escritora estadunidense Elizabeth Bishop, a primeira estrangeira homenageada na Flip.

A escolha dessa autora gerou uma grande polêmica e mobilização, já que Bishop, em cartas trocadas com seu amigo – o poeta Robert Lowell (1917-1977) – publicadas em livro após sua morte, manifestou-se favorável à ditadura militar brasileira iniciada em 1964, denominando esse momento político como uma "revolução rápida e bonita". Diante da seleção de uma "entusiasta" do golpe militar para ser homenageada na Flip, o grupo "Mulherio das Letras", criado em 2017 para reunir escritoras, editoras e demais mulheres interessadas em literatura e mercado editorial, manifestou-se em uma carta publicada no blog Letras Taquarenses:

> Em tempos de acintosa ameaça de retorno do Ato Institucional nº 5 (AI-5) – editado em 1968 por Costa e Silva, retirando direitos políticos e suspendendo garantias constitucionais, o que levou a torturas, execuções e prisões arbitrárias de brasileiros críticos ao governo militar e/ou forçou-lhes o exílio – é de se lastimar que uma escritora defensora do Golpe de 1964 seja homenageada em um evento literário, no caso a Flip. A defesa ao golpe como necessário para deter o avanço das ideias progressistas está disseminada no conteúdo. (LETRAS TAQUARENSES, 2019, n.p.)

Na tabela acima, podemos observar que na esfera da curadoria da Flip foi monopolizada, em grande maioria, por homens brancos, pois ao longo de 17 anos do evento em 12 edições esta função foi exercida por homens com este perfil. E esta perspectiva quase que unilateral afeta na estrutura da programação, como em 2016, em que a curadoria foi realizada por Paulo Werneck e os intelectuais negros foram boicotados desta Feira Literária.

Além de poucos escritores negros homenageados ao longo das dezoito edições da Flip, a curadoria do evento também fica restrita às mãos de mulheres e homens brancos, como mostrado na tabela 1, havendo pouca diversidade nessa perspectiva. Neste sentido, em 2020, a curadora da Festa, Fernanda Diamant, uma mulher branca, pediu demissão, alegando em nota a pouca representatividade de outras raças e etnias nesse campo de trabalho: “Mais que uma programação com autoras e autores negros, a Flip agora precisa de uma curadora negra para reinventá-la nesse mundo pós-pandemia. Uma mulher negra, em minha opinião, é a renovação que o evento mais importante da literatura do país precisa.” (DIAMANT, 2020, n. p.)

Sobre a idealização da Flip, é possível observar que ela ocorreu também sob uma ótica branca, já que foi criada por uma mulher branca: a inglesa Liz Calder, diretora editorial da Bloomsbury de Londres. Apaixonada pelo Brasil e por Paraty, o maior sonho de Calder era realizar um festival literário na cidade inspirado nos eventos que acontecem na Europa. A Feira atua não só como um evento literário, mas também como um canal para projetar novos escritores no cenário nacional e internacional. Além da projeção literária, a criação da Festa Literária de Paraty fundou um novo conceito de evento cultural no país, instituindo a literatura como assunto de interesse da grande mídia. Diante desse contexto, a cidade de Paraty se transformou em um centro cultural de visitações e o público da Flip passou a participar de maneira interativa das atividades do evento. Na Festa, essa experiência ocorre a partir da participação do público nos debates e da interação entre público e escritores e escritoras. Nessa estrutura, vender produtos como livros e souvenirs tornou-se secundário, uma vez que se enfatiza a experiência do público na Festa Literária, assim, a marca Flip passou a ser status de qualidade para o cenário literário brasileiro.

Ainda que a Festa tenha como objetivo propiciar uma experiência interativa e participativa para o público do evento, essa dinâmica não consegue abranger um público diverso, já que o valor do ingresso na última edição presencial, ocorrida em 2019, foi de 55 reais. Diante disso, a organização do evento disponibilizou telões para que as pessoas que não conseguissem custear esse valor pudessem ter acesso ao conteúdo apresentado no evento. Nesse mesmo ano, movimentos negros criaram a Flip Preta, evento paralelo à Festa de Paraty,

que aconteceu no Quilombo do Campinho, situado na mesma cidade, com o objetivo de marcar a luta e a resistência do povo negro e quilombola do país, através da literatura e da troca de saberes.

Ao longo do histórico do evento, é possível observar que, mesmo com uma maior inserção de intelectuais negros na programação e uma repercussão positiva para o público, como mostrado anteriormente, no que tange à vendagem de livros, a organização da Flip ainda acontece sobre os pilares do racismo estrutural, que, de acordo com Silvio Luiz de Almeida (2020), consiste em normatizar a reprodução das formas de desigualdades no contexto sociorracial brasileiro: “Todo o racismo é estrutural porque o racismo não é um ato, o racismo é um processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente” (ALMEIDA, 2020, n.p.). No campo literário brasileiro, o racismo estrutural se mantém por meio da colonialidade do saber, a exemplo disso, podemos citar a não-eleição da consagrada escritora Conceição Evaristo como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 2018. Mesmo com uma intensa trajetória de publicações literárias, a autora teve seu nome negado e o escolhido para ocupar a posição de imortal foi o cineasta Cacá Diegues.

A candidatura de Evaristo à ABL foi iniciada por uma provocação da jornalista Flávia Oliveira na coluna de Anselmo Gois, no jornal O Globo (2018, n.p.): "Eu voto em Nei Lopes ou Martinho da Vila. Sem falar na Conceição Evaristo. 'Tá' faltando preto na Casa de Machado de Assis". Nesse contexto de efervescência por visibilidade negra na ABL, foi organizada uma petição que reuniu cerca de 25.000 assinaturas e a hashtag #ConceiçãoEvaristoNaABL. Apesar dessa intensa mobilização, na instituição, a escritora recebeu apenas um entre os 35 votos. Cacá Diegues, por sua vez, recebeu 22 votos, enquanto que o editor e colecionador carioca Pedro Aranha Corrêa do Lago ficou com 11 votos. O site da instituição informa que as eleições para candidato à Academia Brasileira de Letras acontecem por votação secreta entre seus membros quando um acadêmico morre, assim abrindo disponibilidade ao cargo. Além das eleições, a ABL é formada por 40 membros efetivos e perpétuos.

Ao abordar os impedimentos que impactam a vida dessas mulheres, é fundamental compreender: Que opressões são essas? E como elas se relacionam por meio da experiência do racismo, do sexismo e da desigualdade de classes? Para tentar responder a essas indagações, a pensadora estadunidense Kimberlé Crenshaw desenvolveu o conceito de interseccionalidade, a fim de analisar como tais opressões se relacionam e impactam a vida

das mulheres negras. Em 1970, o termo "interseccionalidade" surge na obra *The Black Woman: An Anthology*, apresentada por mulheres afro-americanas e editada por Toni Cade Bambara. Anos depois, em 1982, o Combahee River, um pequeno grupo de mulheres afro-americanas de Boston, publicou um manifesto chamado *A Black Feminist Statement*, que destacava sobre como os atravessamentos de raça, gênero, classe social e sexualidade impactavam a vida das mulheres negras. Dentre elas estava a ativista Audre Lorde, uma mulher negra, mãe e lésbica que abordava a importância de analisar as opressões de maneira simultânea, sem hierarquizá-las:

> Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (LORDE, 2015, n.p.)

Outras pensadoras negras estadunidenses também contribuíram para a construção do conceito "interseccionalidade", como: *Civil Wars* (1981), de June Jordan; *Race, Gender and Class* (1981), de Angela Davis e *Sister Outsider* (1984), de Audre Lorde. Apesar do cenário de efervescência sobre os estudos de gênero, raça, classe social e sexualidade no contexto estadunidense, o termo "interseccionalidade" foi sistematizado por Crenshaw em 1989 em sua pesquisa *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, realizada em Los Angeles, sobre a temática da violência doméstica nesta cidade. De acordo com Patricia Hill Collins (2017), Crenshaw se inspirou nos ideais do coletivo Combahee River para:

> 1) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; (2) manter o foco nas estruturas sociais; (3) teorizar a partir da base (em de um modelo top-down) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; (4) lembrar leitoras que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social. (COLLINS, 2017, p. 12)

No trabalho de Crenshaw, foram apresentadas as experiências sofridas por mulheres negras e que não são classificadas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou de gênero, ou seja, estudos de raça que não consideram a experiência de gênero e correntes feministas que não consideram o elemento raça como uma categoria de análise:

> Como as mulheres não-brancas vivenciam o racismo de maneiras nem sempre as mesmas que as experimentadas por homens não-brancos e sexismo de maneiras nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas, o antirracismo e o feminismo são limitados, mesmo em seus próprios termos. (CRENSHAW, 1989, n.p.)

Ainda de acordo com essa autora, as mulheres não-brancas ocupam lugares diferentes na esfera econômica, social e política na sociedade, e essa análise sobre a condição dessas mulheres nas sociedades latino-americanas também foi abordada pela escritora estadunidense, de origem mexicana, Gloria Anzaldúa, em seu livro *Borderlands/LaFrontera*, publicado em 1987, que aborda as opressões de gênero, classe e raça vivenciadas por uma chicana nos Estados Unidos, e também pela pensadora brasileira Lélia Gonzalez que, apesar de não utilizar o vocábulo "interseccionalidade", em seu trabalho aborda a objetificação das mulheres negras no contexto brasileiro, ocupando posições de mulata do carnaval, doméstica e a mãe preta.

A figura da mãe preta, como define Gonzalez, ainda é associada à da "boa ama negra" que, desde o período escravocrata, dedica-se aos cuidados da casa grande, ou seja, das famílias brancas, em uma perspectiva subserviente, prestativa e na condição de ser "quase da família" em dias atuais. Nesse caso, as mães pretas foram substituídas pela função de empregadas domésticas, ocupação que ainda é desvalorizada e desrespeitada, pois elas ainda lutam para terem garantia de seus direitos. Um exemplo disso é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC66/2012) que completou apenas oito anos em 2 de abril de 2021, que assegura a essas trabalhadoras direitos básicos e fundamentais: carteira de trabalho assinada, salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio-acidente de trabalho, pensão por morte, entre outros. Esse estigma da mãe preta, calcado em um passado colonial, fez com que, por anos, as empregadas domésticas, em sua grande maioria mulheres negras, sofressem abusos, como ocorreu com uma senhora de 63 anos que foi resgatada de uma residência no bairro Abolição, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em janeiro de 2021, após viver, por um longo período, em condições análogas à escravização. Essa mulher trabalhava havia 41 anos na referida residência sem receber salário e sem direito a férias e se dedicava em tempo integral aos cuidados da família.

No contexto dos estudos de gênero no Brasil contemporaneamente, a intelectual Carla Akotirene escreveu a obra *Interseccionalidade* (2019) e compreende que o conceito atua como um sistema de opressões interligadas, a partir das quais as noções de raça fundamentam a análise sobre classe e gênero sem hierarquizações identitárias. Essa pensadora defende, ainda, que a interseccionalidade aponta para "como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos" (AKOTIRENE, 2019, p. 63), ou seja, a autora evidencia a especificidade de ser mulher negra no Brasil e afirma que, quanto mais estas

mulheres apresentarem características fenotípicas e posicionamentos discursivos em combate ao racismo mais sofrerão sanções e discriminações. Tal afirmação pode ser observada nos impedimentos que as autoras negras encontram no mercado editorial brasileiro. No artigo "A construção de um espaço literário para vozes afro-brasileiras: *Terra negra*, de Cristiane Sobral, e a editora Malê" (2018), de Camila Marchesan Cargnelutti, a escritora Cristiane Sobral relata sobre as dificuldades em publicar suas obras no país, mesmo tendo uma carreira literária consolidada:

> No entanto, a autora destaca que teve bastante dificuldade com suas primeiras obras, levando mais de dez anos para conseguir publicar *Não vou mais lavar os pratos*, seu primeiro livro de poemas. Na época, algumas editoras retornavam elogiando sua escrita, porém, recomendando mudanças em seus originais para que se procedesse à publicação: "pediam que tirasse as discussões sobre racismo e negritude e os pontos em defesa da mulher". Eu não aceitei, entendia que ceder seria retirar a essência da minha obra. (CARGNELUTTI, 2018, n.p.)

Ainda de acordo com a escritora Cristiane Sobral, a sua dificuldade de adentrar no mercado editorial brasileiro está associada a perspectivas contra-hegemônicas que adota em sua escrita, que trata de temáticas como o racismo e a valorização da negritude, em especial das mulheres negras. Tal fato dialoga com os pressupostos que Akotirene (2019) apresenta sobre como as opressões se relacionam, por meio da interseccionalidade. De acordo com ela, a interseccionalidade funciona como um instrumento metodológico para compreender as opressões que as mulheres negras experimentam: "É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade" (AKOTIRENE, 2019, p. 19). Para colaborar com esse debate, Grada Kilomba (2019) trabalha com a noção de racismo genderizado, fenômeno descrito pela autora para especificar as maneiras pelas quais o racismo se manifesta e impacta a vida das mulheres negras:

> Mulheres negras têm sido incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa realidade: um debate sobre o racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual "raça" não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico nessa teoria. (KILOMBA, 2019, p. 97)

Na esfera literária, o racismo genderizado também ocorre, como demonstramos com o exemplo de Cristiane Sobral, que demorou anos para ter a oportunidade de publicar seus livros, sofrendo várias censuras e sanções em seus textos. Além disso, a mulher negra na condição de escritora ainda sofre com a invisibilidade. Isso pode ser observado na denúncia que a escritora e multiartista pernambucana Daniela Bastos, conhecida nas redes sociais como Dani de Oyá, fez em suas redes sociais sobre o pouco reconhecimento que seu trabalho alcança nos meios de comunicação: "Para ser considerada multiartista em Pernambuco, além

de cantar, tocar, dançar, desenhar, escrever, entre outras coisas, você tem que ser branca, porque se você for preta, você é invisibilizada, negada e silenciada. Racismo: a gente vê e sente muito na pele por aqui" (BASTOS, 2021, n.p.).

Conversamos com a escritora, cuja entrevista encontra- se no apêndice B, a fim de compreender como o racismo genderizado atravessa a sua vida e impacta na construção de sua obra e em sua divulgação. A autora argumentou que sua obra é invisibilizada por ser de autoria negra e apresentar uma perspectiva discursiva negra que denuncia o racismo e valoriza a cultura ancestral:

> Considero que meu trabalho é invisibilizado e negado. Eu creio que isso ocorre porque meus livros falam de uma realidade e de uma perspectiva que historicamente o Brasil tende a silenciar. Eu escrevo sobre a cultura de matriz africana – religiosidade, idiomas, ritos, costumes, sobre cultura popular – as diversas manifestações culturais brasileiras – maracatu, de baque virado, caboclinhos, o coco, a capoeira, o samba, o jongo, sobre mulheres negras, sobre direitos humanos, sobre o corpo, sobre ocupação dos territórios, sobre resistência, sobre sonhos, sobre afeto, sobre alegria, sobre humildade, sobre amizade, sobre ludicidade, sobre amor. Minha escrita é sobre assuntos e valores de certa maneira opostos ao que o sistema vigente decreta como padrão a ser seguido. (BASTOS, 2021, APÊNDICE B)

Para além do reconhecimento em veículos de comunicação, como mostrado pela escritora Daniela Bastos, outra maneira de validar um livro é por meio de grandes eventos literários do país, porém eles tendem a destacar mulheres e homens brancos. O exemplo disso é a Festa Internacional de Paraty (Flip) que privilegia a literatura canônica e branca, já que apenas dois escritores negros foram homenageados ao longo das edições: Machado de Assis (2008) e Lima Barreto (2017). Diante desse contexto, dialogamos com Djamila Ribeiro (2017), em entrevista ao site *Carta Capital*: "Aqui no Brasil ainda há o olhar racista de ver a literatura negra como algo menor. É um olhar ainda muito eurocêntrico e masculino, que decreta o que é e o que não é literatura" (RIBEIRO apud OLIVEIRA, 2017, n.p.). Além disso, a Flip funciona como uma seleção que legitimam narrativas e nomes no cenário literário brasileiro, como aponta a escritora Cidinha da Silva:

> Mas, o que mesmo significa participar da FLIP e de outras vitrines literárias (festas, feiras) de grande cobertura midiática? Significa, acima de tudo, visibilidade para autoras e autores e isso impulsiona a venda de livros, faz circular as ideias, atitudes e formas de trabalho do pessoal em tela; atrai as editoras mais estruturadas e com mais poder de fogo no mercado; expande o campo de pesquisa sobre autores e obras em evidência; aumenta a fortuna crítica; faz com que a crítica e a mídia os olhem com outros olhos ou, no caso das expressões literárias não canônicas, que pelo menos as vejam em seu lugar de existência. (DA SILVA, 2017, n.p.)

Nesse contexto de reivindicação de intelectuais negros contra as instituições de referência literária, como mostramos ao longo desta seção, as vozes negras vão resistindo e buscando brechas no circuito literário brasileiro e, nessa direção, na próxima seção, será

apresentado um breve panorama de publicações de livros de autoras negras (nacionais e estrangeiras) por grandes editoras – Companhia da Letras, Record e Rocco – entre 2017 e 2020, a fim de analisar se elas estão se abrindo para a divulgação de obras de escritoras negras brasileiras.

3.2 As grandes editoras após a "Flip da diversidade"

Esta seção se dedica a compreender o perfil de escritoras negras brasileiras e não-brancas internacionais que são publicadas em grandes editoras brasileiras, como abordamos brevemente acima. Além disso, este tópico funciona para demarcar presenças de vozes contra-hegemônicas que estão fissurando o circuito literário brasileiro. Este levantamento de presenças vai na contramão do artigo publicado recentemente "Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: alterações e continuidades" (2021), de Regina Dalcastagnè, que aborda um estudo sobre o mercado editorial, em relação a romances publicados nestes períodos: 1965-1979; 1990-2004 e 2005-2014. Neste trabalho, a pesquisadora insiste em apontar ausências na esfera literária brasileira no campo da autoria e da narrativa, uma abordagem importante, já que as autoras negras foram silenciadas secularmente no país. Porém o trabalho ao enfatizar as ausências, também silencia as presenças de vozes que ousaram subverter a lógica da colonialidade na literatura brasileira.

Com objetivo de dar visibilidade às mulheres negras e não-brancas que estão ganhando espaço no grande circuito literário, apresentaremos um levantamento de obras de escritoras negras brasileiras e internacionais publicadas por grandes editoras como: Companhia da Letras, Record e Rocco, para compreendermos suas respectivas linhas editoriais e verificarmos como vem se configurando o cenário de publicações com autoria de mulheres negras de 2017 a 2020. Selecionamos essas editoras com base nas editoras mencionadas no artigo, como mostramos anteriormente.

A escolha das editoras mais relevantes que publicaram romances no segundo e no terceiro períodos mencionados (1990-2004 e 2005-2014) ocorreu devido a critérios reputacionais, como definiu Dalcastagnè (2021, p.115): "Por meio de consulta a 'informantes-chave', integrantes do próprio campo literário brasileiro. Ficcionistas, críticos e

pesquisadores de diferentes estados foram contatados por correio eletrônico". Dentre as editoras escolhidas no segundo período estão Companhia das Letras, Rocco e Record. Já no terceiro período encontram-se Companhia das Letras e Record. A seguir, apresentaremos, de forma breve, o perfil de cada editora, bem como tabelas separadas nas esferas nacional e internacional com os seguintes dados relativos às autoras negras brasileiras e não-brancas internacionais: obra, ano de publicação e o gênero da obra.

Nas tabelas abaixo, realizamos o levantamento de escritoras negras em esfera nacional e não-brancas internacionais que publicaram nas editoras citadas acima. Adotamos as premissas de Hall (2015) que compreende a raça como categoria discursiva, como apresentamos na seção 1.1 e para classificar estas escritoras racialmente nos filiamos às concepções de Oracy Nogueira (1954), que propõem que as noções de raça no Brasil são discursos que se constroem a partir de marcas fenotípicas, como apresentamos no tópico 1.2. Neste sentido, as autoras brasileiras negras foram classificadas a partir de características físicas.

Já escritoras internacionais foram intituladas como não-brancas, como a indiana Arundhati Roy, publicada pela Companhia das Letras, mesmo sendo de uma origem em que a dinâmica racial é distinta do Brasil, quando chegam ao país são percebidas como não-brancas pelos seus traços, como tonalidade de pele, cabelo e fisionomia. Utilizamos o conceito não-brancas para as escritoras internacionais porque há autoras que não se posicionam discursivamente como negras, mas no contexto sociorracial brasileiro são percebidas como tal. No próximo parágrafo, apresentaremos o levantamento da Companhia das Letras.

- **Companhia das Letras**

A editora foi fundada em 1986 por Luiz Schwarcz e Lilia Moritz Schwarcz nas dependências da casa do avô de Luiz. Inicialmente, a editora tinha como obras editadas e publicadas nas áreas de Ciências Humanas e Literatura. Ao longo do tempo, para abranger um público mais diversificado, a instituição investiu na criação de selos. Atualmente, essa editora possui 21 selos, entre os quais estão: Alfaguara; Boa Companhia; Breve Companhia; Brinque Book; Claro Enigma; Clássicos Zahar; Companhia das Letras; Companhia das Letrinhas; Companhia de Bolso; Companhia de Mesa; Fontanar; Objetiva; Paralela, Penguin; Pequena Zahar; Ponto de Leitura; Portfolio; Quadrinhos na Cia; Reviravolta; Seguinte; Suma e Zahar.

O catálogo de autores e autoras reúne 4.849 nomes e os dados sobre as autoras negras e não-brancas foram coletados no catálogo de obras disponível no site da editora:

Tabela 2: Obras de autoras estrangeiras não-brancas publicadas pela Companhia das Letras (2017-2020)

Ano	Autoria negra internacional	Nacionalidade	Obra	Gênero
2017	Chimamanda Ngozi Adichie	Nigeriana	*No meu pescoço*	Não-ficcional
2017	Arundhati Roy	Indiana	*O mistério da felicidade absoluta*	Romance
2017	Chimamanda Ngozi Adichie	Nigeriana	*Para educar crianças feministas*	Não-ficcional
2018	Michelle Obama	Estadunidense	*Minha história*	Autobiografia
2018	Zadie Smith	Indiana	*Ritmo louco*	Romance
2018	Toni Morrison	Estadunidense	*Deus ajude esta criança*	Romance
2019	Michelle Obama	Estadunidense	*Minha história: Um diário para encontrar sua voz*	Autobiografia

2019	Toni Morrison	Estadunidense	*O olho mais azul*	Romance
2019	Djaimilia Pereira de Almeida	Angolana	*Luanda, Lisboa paraíso*	Romance
2019	Maya Motayne	Estadunidense	*Nocturna*	Romance
2019	ChimamandaNgozi Adichie.	Nigeriana	*O perigo de uma história única*	Não-ficcional
2020	Chimamanda Ngozi Adichie	Nigeriana	*Sejamos todos feministas: Planner 2021*	Não-ficcional
2020	Regina Porter	Estadunidense	*Os viajantes*	Romance
2020	Jamaica Kincaid	Caribenha	*A autobiografia da minha mãe*	Romance
2020	Bernardine Evaristo	Nigeriana	*Garota, mulher, outras*	Romance
2020	Toni Morrison	Estadunidense	*A fonte da autoestima*	Romance

Fonte: Elaborado pela autora com base no catálogo da editora.

Tabela 3: Obras de autoras brasileiras negras publicadas pela Companhia das Letras (2017-2020).

Ano	Autoria negra	Obra	Gênero
2018	Djamila Ribeiro	*Quem tem medo do feminismo negro?*	Não-ficcional
2018	Ana Paula Maia	*Enterre seus mortos*	Romance
2019	Djamila Ribeiro	*Pequeno manual antirracista*	Não-ficcional
2019	Jarrid Arraes	*Redemoinho em dia quente*	Contos
2020	Lélia González	*Por um feminismo afro-latino-americana*	Não-ficcional
2020	Jarrid Arraes	*Heroínas negras brasileiras*	Cordéis

Fonte: Elaborada pela autora com base no catálogo da editora.

Neste levantamento de dados, observamos que há uma predileção da editora por publicar obras traduzidas de escritoras não-brancas internacionais com amplo reconhecimento. No período selecionado, foram encontradas 10 autoras com esse patamar, como a estadunidense Toni Morrison, que foi a primeira mulher negra a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, em 1993, a condecoração máxima no cenário literário mundial. A escritora também recebeu o Prêmio Pulitzer em 1987 pela obra Amada (um prêmio estadunidense que reconhece trabalhos de excelência nas áreas de jornalismo, literatura e música), além de outras premiações. Outras escritoras de renome internacional também

tiveram obras publicadas por essa editora como: a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e a antiga primeira-dama dos Estados Unidos Michelle Obama.

Na esfera nacional, foram publicadas obras das escritoras Ana Paula Maia, Djamila Ribeiro, Jarid Arraes. Ao analisar o perfil delas, percebe-se que atualmente possuem visibilidade no cenário literário, acadêmico e político. Ana Paula Maia, além de escritora, é roteirista com passagem pela TV Globo e detentora do Prêmio São Paulo de Literatura em 2018 e 2019.

Ao passo que Djamila Ribeiro já foi colunista de diversos veículos de comunicação, como Folha de São Paulo, Revista ELLE, Carta Capital, Blogueiras Negras e Revista Az Mina. Além disso, ganhou os prêmios: Trip Transformadores, Prêmio Dandara dos Palmares (2017) e Melhor colunista no Troféu Mulher Imprensa (2018). Está entre as 100 pessoas mais influentes do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) ainda em esfera internacional, foi escolhida como "Personalidade do Amanhã" pelo governo francês em 2019 e, recentemente, em 2021, foi homenageada no prêmio BET Awards 2021, um dos principais eventos mundiais, que celebra a cultura negra. Além disso, foi secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo na gestão Fernando Haddad no ano de 2016. Ainda é conselheira do Instituto Vladimir Herzog.

Já Jarid Arraes venceu em 2020 o Prêmio Clarice Lispector, da Biblioteca Nacional, na categoria Conto. Nesse mesmo ano foi indicada ao Prêmio Jabuti, o reconhecimento máximo da literatura nacional. Em 2019, ganhou o prêmio concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte.

Ao analisar brevemente os perfis destas escritoras estrangeiras e brasileiras, é possível observar que a Companhia das Letras tende a publicar obras de autoras que já tenham um certo renome no cenário literário, social e político. Sobre essa conjuntura, Giovana Xavier, em entrevista à revista Época, argumenta:

> Demorou, mas o mercado editorial descobriu que a mulher preta vende. Ao mesmo tempo, isso ainda acontece dentro dos marcos do racismo estrutural, porque se cria um grupo de excepcionais, de autores brilhantes que você conta com os dedos de uma mão. (XAVIER, 2019, n.p.)

No ano de 2017, que poderia ser compreendido como de efervescência para a literatura negro-brasileira, devido à "Flip da diversidade", nesta casa editorial não foi publicada nenhuma obra de escritoras negras brasileiras. Este ano ficou restrito às publicações internacionais de autoras não-brancas, sendo 1 romance: *O mistério da felicidade absoluta*, da

indiana Arundhati Roy e 3 obras não-ficcionais da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Já no ano seguinte, houve um sensível aumento nas publicações de escritoras negras brasileiras, pois foram publicados 1 romance – *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia; e 1 obra não-ficcional de Djamila Ribeiro – *Quem tem medo do feminismo negro?*. Já neste mesmo ano foram publicadas nesta editora 3 obras de escritoras não-brancas internacionais, sendo 2 romances – *Deus ajude esta criança*, da estadunidense Toni Morrison, e *Ritmo louco*, da nigeriana Zadie Smith; e 1 obra autobiográfica – *Minha história*, da estadunidense Michelle Obama.

Em 2019, permaneceu o número de 2 autoras negras brasileiras publicadas, com obra não-ficcional *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro, e o livro de contos *Redemoinho em dia quente*, de Jarrid Arraes. Em contrapartida à pouca publicação de escritoras negras brasileiras, neste ano ocorreu um aumento significativo de edições de autoras não-brancas internacionais, pois foram publicadas 5 obras, o dobro do ano anterior e o maior número no período de 2017 a 2020. As obras são: 1 autobiografia – *Minha história: Um diário para encontrar sua voz*, da estadunidense Michelle Obama; 3 romances – *Luanda, Lisboa paraíso*, da angolana Djaimilia Pereira de Almeida; *Nocturna*, da estadunidense Maya Motayne e *O olho mais azul*, da também estadunidense Toni Morrison; e 1 obra não-ficcional – *O perigo de uma história única*, da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Em 2020, manteve-se o índice de 2 autoras negras brasileiras publicadas: A coletânea de cordéis, *Heroínas Negras Brasileiras*, de Jarrid Arraes, e a obra não-ficcional *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez. Neste mesmo ano, houve uma queda do número de obras de escritoras não-brancas internacionais editadas, pois foram publicadas 5 obras, enquanto em 2019 foram 6, porém aumentou a quantidade de romances publicados que foram 4, enquanto em 2019 foram 3. Os romances foram: *Garota, mulher, outras*, da inglesa Bernardine Evaristo; *A autobiografia da minha mãe*, da caribenha, radicada nos Estados Unidos: Jamaica Kincaid; *Os viajantes*, da estadunidense Regina Porter e *a fonte de autoestima*, da também estadunidense Toni Morrison. Neste ano, nesta editora investiu significativamente na publicação de romances do período de 2017 a 2020, totalizando quase todas as publicações internacionais que ao todo foram 4, mas 3 destinadas aos romances (citados acima) e 1 a obra não-ficcional: Sejamos todos feministas*: Planner 2021*, da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Destacamos que nesta casa editorial há pouco espaço para as romancistas negras brasileiras, pois ao longo do período mencionado foi editada

apenas uma obra deste gênero textual. Em contrapartida, foram publicados 11 romances de escritoras não-brancas internacionais.

Ainda sobre o interesse de grandes editoras em publicar obras de escritoras não-brancas estrangeiras, especialmente de países africanos, a romancista brasileira Lu Ain-Zaila, em entrevista realizada para esta pesquisa no apêndice D ,comentou esse fato: “O que temos são alguns livros de autores africanos com algum espaço, mas eles não incomodam estando longe. O mercado interno formal continua o mesmo e não permitiria a alguém em língua pátria ter voz”.

Além de não problematizar o racismo na sociedade brasileira, as obras de autoria negra africana e de outros contextos internacionais ainda podem funcionar como uma maneira de associar o nome de grandes empresas a um suposto reconhecimento da diversidade. O pensador Stuart Hall, na obra Identidade cultural na pós-modernidade (2015), aborda que as ideias de diversidade e inclusão se transformaram em uma estratégia mercadológica em sociedades capitalistas e globalizadas:

> Há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Há, juntamente com impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação global. (HALL, 2015, p.77)

Na perspectiva do consumo da cultura negra por um público branco, bell hooks (2019) cunhou o conceito de “comodificação da outridade”, que consiste em uma fantasia colonial e imperialista sobre obter prazer com o “diferente”, “o outro”:

> Quando a raça e a etnicidade são comodificados como recursos de prazer, a cultura de grupos específicos, assim como os corpos dos indivíduos, pode ser vista como constituinte de um playground alternativo, onde os integrantes das raças e gêneros e práticas sociais dominantes afirmam seu poder em relações íntimas com outro. (hooks, 2019, p. 68)

No contexto brasileiro, publicar e publicizar alguns nomes de autores negros e autoras negras pode ser um mercado lucrativo, pois no país cresce o número de pessoas que se reconhecem como negras, como mostram os dados do IBGE, em relação ao período de 2012 a 2019: a população autodeclarada preta teve um crescimento de 36%, enquanto a parda aumentou em 10% e, em consequência dessa adesão ao autorreconhecimento, também surgem demandas por parte desse público leitor. Tal fato pode ser observado na grande vendagem do livro *Na minha pele* (2017), de Lázaro Ramos, na edição da Flip de 2017. Editado pela Companhia das Letras, a obra foi a mais vendida no evento, com 1.187 exemplares comercializados. Mas, ironicamente, após esse sucesso de vendas em 2020 a editora publicou

a obra *Questões de viagem*, de Elizabeth Bishop, que, como mencionamos anteriormente, foi homenageada na Flip de 2020 e provocou imenso repúdio, após ter sido encontrada em seus registros e cartas uma exaltação da ditadura militar no país.

Em um reconhecimento póstumo de escritoras negras brasileiras, a Companhia das Letras investiu na publicação de *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), de Lélia Gonzalez, e na republicação de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, em 2018. Fernanda de Miranda (2019) argumenta sobre a importância da visibilidade que Maria Firmina dos Reis vem ganhando mesmo após um silenciamento secular, como mostrado na seção 2.2: "Nessa ótica, assumir a autora oitocentista como paradigma enunciativo amplia espaços de presença para a mulher negra na literatura, captando os desafios específicos que enfrenta esse corpo autoral no universo de circulação de discursos" (MIRANDA, 2019, p.19).

A questão da falta de reconhecimento de intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, foi abordada por Angela Davis, quando esteve no Brasil em um dos eventos dos quais participou em 2019: "Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. Mas por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês aprenderão comigo" (DAVIS, 2021, n. p.).

Entendemos que essa colocação pode ter influenciado a publicação da obra *Por um feminismo afro-latino-americano* pela editora em 2020. O livro reúne textos escritos por Gonzalez entre 1979 e 1994 e foi organizado pelas pesquisadoras Flavia Rios, do núcleo de Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pela doutora em Sociologia e professora da Universidade de São Paulo (USP) Márcia Lima. E sobre a produção dessa coletânea Flávia Rios comentou:

> A intenção é de que o novo livro seja um impulso para que mais pessoas tenham contato com o pensamento de Lélia, que conseguia simplificar em sua fala os temas complexos da sociedade. Aos poucos, vamos assimilando o puxão de orelha de Angela Davis e absorvendo as ideias feministas de Lélia. (RIOS, 2021, n.p.)

Ainda sobre as edições póstumas, em 2020 a Companhia das Letras anunciou que a editora iria recuperar textos de Carolina Maria de Jesus para publicar. As editoras destas obras são mulheres negras como: Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, a escritora Conceição Evaristo e as pesquisadoras Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda e Raffaella Fernandez. Mesmo o conselho editorial sendo composto por intelectuais negras com um amplo estudo e produção acadêmica na esfera literária, a escolha editorial por manter os registros coloquiais nos textos da escritora foi amplamente criticada pela professora Regina

Dalcastagnè, como argumenta o doutor e professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) Gabriel Nascimento em post em suas redes sociais sobre a posição da crítica literária a respeito da edição das obras de Carolina Maria de Jesus pela Companhia das Letras:

> Há décadas a visão de democratização da norma culta é uma religião entre nós. Para isso, se substituiu aos poucos o que se chamava de "erro" para "adequação", como se lé e cré não fossem a mesma coisa. O mais sensacional dessa história não é nem que uma colega esteja se passando por ingênua, ao reivindicar um papel de esquerda e reproduzir a ideia de "adequação", ignorando que sua língua editorial é a assimilação dos valores linguísticos brancos ocidentais, eles que há muito são usados como justificativa para excluir autores negros dos processos editoriais. (NASCIMENTO, 2021, n.p.)

Em consonância com o professor Gabriel Nascimento, a professora doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Fátima Lima também se posicionou em suas redes sociais sobre as supostas correções dos “erros” ortográficos nas obras de Carolina Maria de Jesus editadas pela Companhia das Letras:

> Essa maquinaria movida pela professora está enredada na brancura e sua relação com a outridade negra e tem muitas nuances: incômodo, medo, inveja racial, recalque, sintoma, neurose cultural, assombro, ressentimento, fantasmagoria, perversidade, RACISMO. Entre tantas outras... a nossa revanche é que essa edição está vendendo horrores. (LIMA, 2021, n.p.)

Apesar das intensas críticas sobre a edição das obras de Carolina Maria de Jesus e ainda poucos nomes de escritoras negras brasileiras aparecerem no catálogo da Companhia das Letras ao longo dos últimos quatro anos, essa instituição está investindo em pautas antirracistas, como a inciativa de contratação de funcionários negros e funcionárias negras na instituição e publicar autores negros e autoras negras, a fim de compreender a diversidade tanto nas publicações quanto na equipe de trabalho. A editora também possui o comitê de responsabilidade social: segundo o site da empresa, esse setor foi formado há dois anos com o objetivo de propagar a democratização da literatura, promovendo ações como distribuição de livros, entre outras atividades. Além disso, o projeto de trainees e estagiários foi instituído em 2021, com o objetivo de contratação de pessoas negras. Ademais, a contratação de editores negros como Fernando Baldraia, para a função de editor do segmento diversidade transversal, e Samuel Gomes, que atuará no selo Paralela como editor convidado e auxiliará no processo de avaliação de obras originais e na seleção de títulos para publicação. E também a contratação de Ana Paula Xongani que também trabalhará como editora convidada do selo Paralela. A seguir, apresentaremos o levantamento de escritoras negras brasileiras e não-brancas internacionais da editora Record.

- **Record**

Iniciamos a análise desta editora sobre a presença de escritoras negras brasileiras com os versos da canção: “Vai ser sim”, do cantor e compositor Criolo: “Eles querem forjar heróis. Para manter o povo sem voz”. Esta colocação dialoga com a política de (não)-inserção de obras de autoras negras brasileiras nessa casa editorial, haja vista que, ao longo do extenso catálogo de 30 mil escritores dessa editora, há apenas uma romancista negra brasileira, que é Ana Paula Maia, cuja trajetória foi descrita anteriormente na seção sobre a Companhia das Letras, e 2 autoras negras: Elisama Santos que é psicanalista, escritora, palestrante e mãe de dois filhos, Miguel e Helena, e escreve obras não-ficcionais na área da educação e psicanálise; Eliane Ganem,[5] Doutora em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP), jornalista, publicitária, terapeuta holística e escritora, que consta no Catálogo da Feira do livro de Frankfurt como um das 25 principais escritoras do Brasil no gênero infantojuvenil. No circuito literário brasileiro, ganhou o Prêmio Monteiro Lobato, da Academia Brasileira de Letras, com a obra *Coisas de menino*, publicado pela editora Record em 2017 e um histórico de prêmios. Entre 2017 e 2020, a Record investiu na publicação de livros dessas autoras.

Fundada em 1942 por Alfredo Machado e Décio Abreu, a Record é o maior grupo editorial do Brasil e possui, na atualidade, os seguintes selos e editoras: Galera e a Galerinha; Difel, com as editoras José Olympio, Civilização Brasileira, Paz e Terra; selo Best Business, por meio da editora BestSeller; além das editoras Bertrand Brasil, Verus, Edições BestBolso, Nova Era, Viva Livros e Rosa dos Tempos. Esse último selo foi criado pela escritora Rose Marie Muraro e pela atriz Ruth Escobar e é dedicado à publicação de obras de estudos de gênero. Mesmo com esse selo específico, é possível notar que a Record adota um boicote de autoras negras brasileiras como estratégia, já que a porcentagem que essas mulheres ocupam na editora expressa 0,03%. Esses números nos impossibilitam até fazer a representação gráfica dessa porcentagem, pois essa quantidade é irrisória. Vejamos as tabelas abaixo:

[5] - Lembramos que as escritoras Eliane Ganem publicada pela Record não se posiciona discursivamente como autora negra, mas a mantemos nesta condição por suas características fenotípicas.

Tabela 4: Obras de autoras estrangeiras não-brancas publicadas pela Record (2017-2020)

Ano	Autoria negra - estrangeira	Nacionalidade	Obra	Gênero
2017	Angie Thomas	Estadunidense	*O ódio que você semeia*	Romance
2017	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*A força que nos atrai*	Romance
2017	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*O silêncio das águas*	Romance
2017	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*A chama dentro de nós*	Romance
2017	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*ABC do amor*	Romance
2017	Rachel Renée Russell	Estadunidense	*Desventuras de um garoto nada comum 2*	Infantojuvenil
2017	Rachel Renée Russell	Estadunidense	*Diário de uma garota nada popular 11*	Infantojuvenil
2018	Angela Davis	Estadunidense	*Estarão as prisões obsoletas?*	Não-Ficcional
2018	bell hooks	Estadunidense	*O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*	Não-Ficcional

2018	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*Arte & alma*	Romance
2018	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*No ritmo do amor*	Romance
2018	Elizabeth Acevedo	Estadunidense	*A poeta X*	Romance
2018	Rachel Renée Russell	Estadunidense	*Diário de uma garota nada popular 12*	Infantojuvenil
2019	Angela Davis	Estadunidense	*Democracia da abolição*	Não-Ficcional
2019	Angie Thomas	Estadunidense	*Na hora da virada*	Romance
2019	bell hooks	Estadunidense	*E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*	Não-Ficcional
2019	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*Vergonha*	Romance
2019	Maryse Condé	Guadalupense	*Eu, Tituba: Bruxa negra de Salem.*	Romance
2019	Nadine Burke Harris	Canadense-estadunidense	*Mal profundo: Como nosso corpo é afetado pelos traumas da infância e o que fazer para romper este ciclo*	Não-Ficcional

2019	Rachel Renée Russell	Estadunidense	*Diário de uma garota nada popular 13*	Infantojuvenil
2019	Tina Turner	Estadunidense	*Minha história de amor*	Autobiografia
2020	Alice Walker	Estadunidense	*A terceira vida de Grange Copeland*	Romance
2020	Angie Thomas	Estadunidense	*Como sair com homens quando você odeia homens*	Não-Ficcional
2020	Brittainy C. Cherry	Estadunidense	*Eleanor & Grey*	Romance
2020	Rachel Renée Russell	Estadunidense	*Desventuras de um garoto nada comum 3: Os mestres da maracutaia*	Infantojuvenil
2020	Rachel Renée Russell-	Estadunidense	*Diário de uma garota nada popular 14: Histórias de uma amizade nem um pouco sincera*	Infantojuvenil

Fonte: Elaboração da autora com base no catálogo da editora.

Tabela 5: Obras de autoras brasileiras negras publicadas pela Record (2017-2020).

Ano	Autoria negra - brasileira	Obra	Gênero
2017	Ana Paula Maia	*Assim na terra como embaixo da terra*	Romance
2017	Eliane Ganem	*Coisas de menino*	Infantojuvenil
2019	Elisama Santos	*Educação não violenta*	Não-ficcional
2020	Eliane Ganem	*Sigismundo do mundo amarelo*	Infantojuvenil
2020	Eliane Ganem	*A fada desencantada*	Infantojuvenil
2020	Elisama Santos	*Por que gritamos*	Não-Ficcional

Fonte: Elaboração própria com base no catálogo da editora.

Ao contrário da sanção que sofrem as escritoras negras brasileiras, as intelectuais que são expoentes do pensamento feminismo negro ou da literatura ficcional no contexto estadunidense demonstram ter um pouco mais de espaço nessa editora, pois foram publicadas obras traduzidas como, em 2018: O *feminismo é para todo mundo,* de bell hooks e *Estarão as prisões obsoletas?*, de Angela Davis, além de *Democracia da abolição*, da mesma autora; em 2020: *E eu não sou uma mulher?*, *Mulheres negras e feminismo*, de bell hooks, e o romance *A terceira vida de Grange Copeland* , de Alice Walker. Com esse arranjo, podemos observar que a editora tem investido substancialmente mais em publicações de autoras não-brancas estrangeiras se comparadas às brasileiras. Essa dinâmica editorial se relaciona com os versos de Criolo, citados anteriormente, falseando, assim, uma suposta ideia de inclusão e diversidade. Tal estratégia de utilizar as próprias vozes não-brancas, especialmente dos

Estados Unidos, para promover o silenciamento de intelectuais negras brasileiras foi abordada pela escritora Daniela Bastos, já citada na presente dissertação.

> A meu ver as grandes editoras têm dado abertura a algumas escritoras negras que são uma espécie de "eleitas". As "eleitas" seriam mulheres negras escritoras que obtêm alguma notoriedade na área da literatura, geralmente impulsionadas pelo segmento universitário e que consolidam seu trabalho após décadas de insistência e as grandes editoras as pinçam e usam como prova da sua contribuição na luta antirracista. Algo meramente formal e para demarcar o lugar de empresa politicamente correta. A maioria das autoras negras vêm sendo publicadas por editoras independentes de pequeno porte. (BASTOS, 2021, APÊNDICE B)

Nas publicações nacionais no ano da "Flip da diversidade", a Record publicou 2 obras de escritoras negras brasileiras, sendo 1 do segmento infantojuvenil: *Coisas de menino*, de Eliane Ganem; e outro romance: *Assim na terra como embaixo da terra,* de Ana Paula Maia. Em contrapartida foi um dos anos que mais publicaram mais romances de escritoras não-brancas internacionais, somando 5 obras, sendo 1 da estadunidense Angie Thomas: *O ódio que você semeia*; e 4 da também estadunidense Brittainy C. Cherry: *A força que nos atrai, O silêncio das águas, A chama dentro de nós* e *ABC do amor*.

Em 2018, não foi publicada nenhuma obra de escritoras negras brasileiras, indicando que não há uma constância ou uma política de inclusão nesta casa editorial para a inserção de autoras negras brasileiras. Neste mesmo ano, foram editados 6 livros de autoras não-brancas internacionais, com 3 romances publicados, com 2 livros da estadunidense Brittainy C. Cherry: *Arte & Alma* e *No ritmo do amor* e 1 da também estadunidense Elizabeth Acevedo, *A poeta X*

Já 2019 foi o ano de maior edição de obras de autoras não-brancas internacionais, como mostrado anteriormente. Neste ano, foram 8 livros editados, sendo 3 romances de escritoras não-brancas-internacionais: *Na hora da virada,* da estadunidense Angie Thomas; *Vergonha,* da também estadunidense Brittainy C. Cherry e *Eu, Tituba: Bruxa negra de Salem*, da guadalupense Maryse Condé. A última escritora venceu o Prêmio Nobel de Literatura em 2018 e um dos destaques de suas obras é *Eu, Tituba: Bruxa negra de Salem*, que narra a história de uma mulher negra condenada ao tribunal das bruxas de Salem, durante o século XVIII na África Ocidental. Um dos maiores índices de publicação desta casa editorial de obras de escritoras não-brancas internacionais foi neste ano, porém neste período somente um livro de uma escritora negra brasileira foi editado, o livro *Educação não violenta,* de Elisama Santos, do segmento não-ficcional.

Avesso ao cenário de ausências de 1 ano sem publicações de autoras negras brasileiras, como em 2018, no ano de 2020 ocorreu um sensível crescimento no que tange às

edições nacionais de mulheres negras brasileiras, pois foram publicadas 3 obras, o maior número deste período, sendo 2 obras da autora Eliane Ganem do segmento infantojuvenil: *Sigismundo do mundo amarelo, Fada desencantada;* e *Por que gritamos*, de Elisama Santos.

Pela ausência das publicações no decorrer do tempo de intelectuais negras brasileiras na Record, podemos classificar a linha editorial desse grupo como uma espécie de epistemicídio, já que essas vozes autorais são desvalorizadas. O termo, citado na introdução deste trabalho, foi cunhado por Boaventura de Souza Santos e amplamente debatido por Sueli Carneiro (2005). Trata-se de um processo de negligenciar e inferiorizar os conhecimentos produzidos por populações marginalizadas. No contexto brasileiro o epistemicídio é responsável pela manutenção da colonialidade do saber, perpetuando, assim, hierarquias de conhecimentos. De acordo com Carneiro:

> O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Apesar desse cenário devastador no que tange à política de diversidade na editora Record, em passos lentos, esta casa editorial está investindo em uma suposta política de diversidade. Só no ano de 2021, o Grupo Editorial Record anunciou a contratação de Rodrigo Lacerda para ocupar o cargo de editor-executivo da empresa. Embora seja um homem branco, Lacerda tem um trabalho importante na edição completa da obra do escritor negro Machado de Assis.

Contrariamente à linha editorial dessa instituição em não valorizar as escritoras negras, em 2006, essa editora publicou a obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Trata-se de um romance que narra a trama de uma família afro-diaspórica esfacelada pela escravização: o enredo é conduzido por Kehinde, que até os oito anos de idade vivia em Savalu, na África. Após a morte da mãe e do irmão, ela, junto da avó e Taiwo, sua irmã gêmea, viajam para Uidá, cidade localizada na costa ocidental da África, na atual República de Benim. Quando chegam nesse lugar, a família é sequestrada e trazida em um navio negreiro ao Brasil. No fim da viagem, a única sobrevivente é Kehinde. Apesar desta narrativa abordar o terror da escravização, a obra teve uma boa recepção do público e da crítica literária: no ano seguinte venceu o Prêmio Casa de las Américas, em Cuba, na categoria "Literatura Brasileira". A obra de Ana Maria Gonçalves não foi inserida na tabela abaixo,

porque foi publicada em 2006, mas devido à relevância desse livro no cenário literário mundial contemporâneo comentamos sobre essa publicação. Na próxima etapa, apresentaremos o mapeamento de escritoras negras brasileiras e não-brancas internacionais na editora Rocco.

- **Rocco**

A Rocco é a menos expressiva das três grandes editoras analisadas no que tange à abrangência de mercado. Tal fato pode ser ilustrado pela retirada dessa editora do corpus de análise do período de 2005 a 2015 do artigo de Dalcastagnè (2021), utilizado como base para estas reflexões. Mas permanecemos com as análises da Rocco, porque, no período de 1990 a 2004, a editora tinha notável influência no mercado editorial. Criada em 1975 por Paulo Roberto Rocco, a editora possui os seguintes selos: Rocco, destinado à publicação dos gêneros fantasia, literatura jovem, adulto, thrillers, suspense, sci-fi e não ficção pop. E, com o mesmo nome, diferenciando-se apenas no logotipo, o selo Rocco é direcionado ao público juvenil de 10 a 14 anos. Somam-se a isso a Rocquinho, a Rocquinho digital e a Rocco digital.

O catálogo da editora reúne 899 autores e autoras, e no período de 2017 a 2020 foi publicada apenas uma escritora negra brasileira: Aline Valek, que publicou o romance *Cidades afundam em dias normais*, em 2020. Além de escritora, Aline Valek é jornalista e ilustradora, inclusive da obra *Lendas de Dandara*, de autoria de Jarrid Arraes, e possui plataformas como podcast e site em que publica conteúdo. Segue a tabela com o histórico de publicações desta editora.

Tabela 6: Obras de autoras estrangeiras não-brancas publicadas pela Rocco (2017-2020)

Ano	Autoria negra estrangeira	Nacionalidade	Obra	Gênero
2017	Yaa Gyasi	Estadunidense	*O caminho de casa*	Romance

2019	Lupita Nyong'o	Queniana	*Sulwe*	Infantojuvenil
2020	JJ Smith	Estadunidense	*Sucos verdes para sempre*	Não-Ficcional
2020	Layla F. Saad	Britânica	*Eu e a supremacia branca*	Não-Ficcional

Fonte: Elaboração da autora com base no catálogo da editora.

Tabela 7: Obras de autoras brasileiras negras publicadas pela Record (2017-2020).

Ano	Autoria negra brasileira	Obra	Gênero
2020	Aline Valek	*Cidade afundam em dias normais*	Romance

Fonte: Elaboração própria com base no catálogo da editora.

Nos anos de 2017 a 2020, foi publicada somente 1 escritora negra brasileira: Aline Valek, com a obra *Cidades afundam em dias normais*. Mas ao longo dos anos, as presenças quase ausentes de intelectuais negras também foram identificadas na esfera internacional, pois nesta casa editorial, foi publicada 1 obra por ano de autoras não-brancas estrangeiras, como em 2017, em que tivemos a publicação de 1 romance: *O caminho de casa*, da escritora de Gana Yaa Gyasi, e nos anos consecutivos como em 2019 a edição da obra do segmento infantojuvenil: *Sulwe*, da queniana Lupita Nyong'o. Em 2020, com o número mais expressivo de publicação, foram publicadas as obras não-ficcionais: *Sucos verdes para sempre*, da estadunidense JJ Smith e o livro: *Eu e a supremacia branca*, da inglesa Layla F. Saad. Como abordado anteriormente, esta casa editorial oscila entre publicar 1 ou 2 obras por ano de

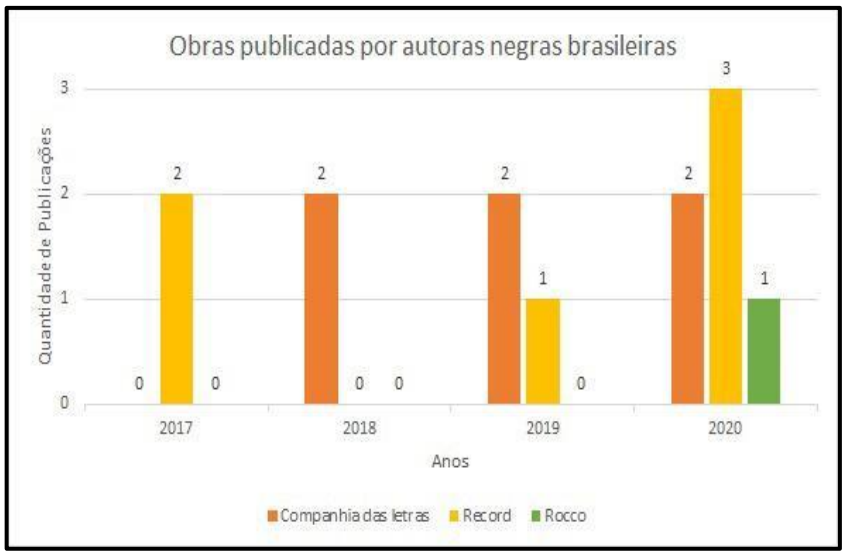
autoras internacionais, ou não publicar nenhum exemplar, como em 2018, em que não foi publicada nenhuma obra, nem de escritoras brasileiras, nem de internacionais.

As tabelas de publicações das grandes editoras, mostradas acima, revelam sua relação de silenciamento e opressão com as escritoras negras brasileiras, especialmente as romancistas. Djamila Ribeiro, na obra *Pequena manual antirracista* (2019), descreve o fenômeno das representações únicas de determinados indivíduos negros em espaços de destaque e/ou poder, fato que ocorre nas editoras abordadas:

> Historicamente, a branquitude desenvolveu métodos de manutenção do que seria politicamente correto em relação à pauta racial e à reserva de espaço para o "negro único", o que é certamente uma de suas estratégias mais clássicas. Argumenta-se da seguinte forma: "Veja só, não somos racistas, temos o Fulano, que é negro, trabalhando em tal departamento e, inclusive, ele adora trabalhar aqui, não é mesmo, Fulano?". E o Fulano, talvez para manter seu emprego, talvez porque aprendeu a reproduzir o discurso da empresa, concorda. (RIBEIRO, 2019, p. 26)

A ideia de "negros únicos" em espaços de poder pode se transformar em um discurso perigoso de meritocracia, uma percepção que culpabiliza e responsabiliza o indivíduo por sua trajetória de um suposto sucesso, desconsiderando os impedimentos raciais e sociais no Brasil. A seguir, traçaremos um gráfico com as publicações de escritoras negras brasileiras nas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco.

Gráfico 1: Publicações de autoras negras brasileiras nas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco de 2017 a 2020:



Fonte: Elaboração da autora.

Diante dessa representação gráfica, podemos observar que o ano de 2017 funcionou como um trampolim para as publicações de escritoras negras brasileiras em algumas grandes editoras, já que duas delas, Companhia das Letras e Rocco, não tiveram publicações em 2017. E a primeira casa editorial teve um pequeno aumento que é constante nos anos consecutivos, pois continuou publicando 2 escritoras negras brasileiras por ano em 2018: *Quem tem medo do feminismo negro?*, de Djamila Ribeiro, e *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia. Em 2019, foram o *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro, e *Redemoinho em dia quente*, de Jarrid Arraes; e 2020: *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez e *Heroínas negras*, de Jarrid Arraes; enquanto a Rocco se manteve sem publicar escritoras negras brasileiras por 2 anos após a "Flip da diversidade", editando somente em 2020 o romance *Afundam em cidades normas*, de Aline Valek.

Já a Record foi à única que publicou em 2017, porém apresenta um histórico de inconstância nas suas publicações, pois no ano da "Flip da diversidade" publicou as obras: *Assim na terra como debaixo da terra*, de Ana Paula Maia e *Coisas de menino*, de Elisama Santos. No ano seguinte, não foram publicadas obras de escritoras negras brasileiras. Em 2019, foi editado o livro *Educação não violenta*, de Elisama Santos; e já em 2020, houve um sensível aumento no número de publicações, pois foram publicadas: 2 obras editadas de Eliane Ganem: *Sigismundo do mundo amarelo*, *Fada desencantada* e *Por que gritamos*, de Elisama Santos.

Apesar dessa pequena expansão das escritoras negras brasileiras nas grandes editoras, não podemos romantizar a condição destas autoras no circuito literário do país e acreditarmos que atualmente estamos em um cenário favorável para elas.

Outro fator que é possível observar nas grandes editoras em questão a partir das tabelas apresentadas é que há uma participação maior de romancistas não-brancas estrangeiras em publicações se comparadas às brasileiras no período de 2017 a 2020, essa afirmação pode ser observada no gráfico 2 que demonstra o predomínio de publicações estadunidenses nas 3 editoras.

Gráfico 2: Escritoras negras e não-brancas publicadas pela Companhia das Letras, Record e Rocco de 2017 a 2020:



Fonte: Elaborado pela autora.

Pela Companhia das Letras, foram publicados 11 romances internacionais traduzidos, sendo que em 2018 apenas um romance brasileiro foi lançado: *Enterrem seus mortos*, de Ana Paula Maia, que não aborda a temática racial. No mesmo período, pela Record foram publicados 13 romances internacionais e 1 romance brasileiro: *Assim na terra como embaixo da terra* (2017) de Ana Paula Maia, que não apresenta uma discussão sobre as questões étnico-raciais. Pela Rocco, foi publicado um romance internacional traduzido e um romance brasileiro em 2020: *Cidades afundam em cidades normais*, de Aline Valek, que também não apresenta um debate racial.

Após a tentativa de mapear presenças de escritoras negras e não-brancas nas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco, verificamos que esta inserção ainda ocorre sob as diretrizes do racismo estrutural, pois nestas grandes casas editoriais há uma predileção por publicar obras estrangeiras de escritoras não-brancas com amplo reconhecimento nacional e internacional, formando um seleto grupo de intelectuais negras. Neste sentido, a grande maioria da população negra ainda não acessa estas grandes editoras por elas preferirem publicarem obras de intelectuais já renomados, assim impossibilitando a edição de autores(as) negros(as) no início de carreira, como argumentará na próxima seção a escritora Lu Ain-Zaila sobre as barreiras do grande mercado editorial para pessoas negras. Diante do que foi exposto, é evidente que eleger algumas célebres intelectuais negras e publicá-las em grandes editoras sem uma política institucional em prol da inclusão e da pluralidade de vozes pode ser uma maneira de ressignificar o racismo estrutural e falsear uma ideia de diversidade.

Neste contexto de silenciamento de romancistas negras brasileiras no circuito das grandes editoras, na próxima seção apresentaremos as presenças das romancistas negras que

colaboram para um debate racial em suas obras, em uma conjuntura editorial mais ampla, e abordaremos as suas trajetórias e as repercussões de suas obras.

3.3 Enegrecendo o romance brasileiro: Um levantamento de romances publicados por mulheres negras entre 2017 e 2020

Você pode substituir mulheres negras como objeto
de estudo por mulheres negras contando sua
própria história.
Giovana Xavier

As palavras de Giovana Xavier expressam o histórico de luta das intelectuais negras pela disputa discursiva na sociedade brasileira. Como discutimos anteriormente, os romances contemporâneos brasileiros publicados pelo grande mercado editorial ainda ficam, em sua maioria, restritos às mãos de homens brancos, e isso impacta também na construção de personagens nas narrativas, pois eles tendem a ser invisibilizados ou apresentados em uma condição de inferioridade. Na seção anterior, apresentamos um panorama de três grandes editoras brasileiras, a fim de analisar se elas estão abrindo espaço para as escritoras negras nacionais, especificamente para as romancistas, porém, como verificamos anteriormente, esses contextos ainda estão marcados pela invisibilidade e por ausências. Na tentativa de desarticular e desestabilizar esse sistema de opressões, as romancistas negras brasileiras têm buscado alternativas para fissurar o sistema editorial, a partir de atividades como: custear obra via edital, como a escritora Daniela Bastos, e investir na autopublicação de seus textos, como Lu Ain-Zaila. Na visão de Ain-Zaila no apêndice D:

> O mercado é fechado a pessoas negras. Então me tornei sem medo uma autopublicação entendendo que temos um mercado a construir fora do ranço editorial racista. Temos editoras negras que nos últimos 30 anos começaram essa mudança e ela deve continuar. Só sonha com o mercado oficial quem acredita no "somos todos humanos" que a publicidade vende, mas são todos brancos. Pra muita gente demora a cair a ficha da realidade porque somos criados assim, para acreditar que na verdade as pessoas não-brancas não foram competentes o suficiente para furar a bolha. (AIN-ZAILA, 2019, APÊNDICE D).

Além dos caminhos mencionados acima, outra estratégia comumente adotada por romancistas negras é publicar seus livros em editoras especializadas na temática racial. Tal iniciativa tem por objetivo alcançar um espaço, para que a escrita dessas autoras possa

circular sem sofrer censuras editoriais, como descrito na seção 3.1 pela escritora Cristiane Sobral. A romancista Miriam Alves, no apêndice E relatou sua preferência em publicar suas obras em editoras especializadas na literatura negro-brasileira:

> Eu pauto a vida da população negra inserida na nação brasileira que foi construída sobre a estrutura desigual do sistema de escravocrata e colonial, que até uma certa medida é sinônimo. E se perpetua através não só da manutenção de privilégio e de uma ação social próximas a de castas, como na literatura, não só, cria um imaginário de nação que cristaliza essa visão sobre o cidadão e a cidadã negro-negra. E nesse sentido os meus textos causam um certo espanto na sociedade branca, e nos leitores negros uma sensação de visibilização a partir das palavras. E se eu tive alguma censura com isso? Sim há uns 30 anos atrás quando um editor mudou todos os meus poemas, para publicar, e eu me recusei. E a censura maior é o seu texto ser rejeitado, porque não faz parte da pauta editorial da editora. Mas sempre se arruma outra forma, por exemplo, o meu romance *Bará na trilha do vento* (2015), foi financiado por um instituto cultural da Alemanha e publicado por uma editora negra, a Ogun's Toque. (ALVES, 2021, APÊNDICE E)

A seguir, criamos um quadro ilustrativo a fim de demonstrar e visibilizar os romances escritos por mulheres negras brasileiras que contribuíram para um debate antirracista no período de 2017 a 2020. Além de mapear os romances, também faremos um breve comentário sobre as obras e também a repercussão que esses livros têm tido no cenário literário brasileiro por meio de prêmios conquistados, de matérias publicadas sobre as obras. Este levantamento foi feito na base de dados do site *Literafro*, devido à confiabilidade científica deste portal que se dedica a divulgar as produções de intelectuais negros e negras e foi construído a partir de 2001 pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, sediado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Destacamos que os já citados livros de autoria negra *Enterre seus mortos* e *Assim na terra como embaixo da terra,* de Ana Paula Maia; e *Cidades afundam em dias normais*, de Aline Valek não foram inseridos no quadro abaixo por não apresentarem uma discussão étnico-racial em suas respectivas obras. A respeito da falta de posicionamento de uma perspectiva negra no texto de Ana Paula Maia, a pensadora negra Cidinha da Silva afirma em seu blog:

> Ana Paula Maia é negra, isso é inequívoco, tanto para nós que a observamos, lemos e admiramos, quanto para ela mesma, contudo, diferente de outras autoras negras, APM não se reivindica negra, não é um ponto de sua vida e trajetória que ela fique demarcando. (SILVA, 2019, n.p.)

Ainda de acordo com Cidinha da Silva, ser negra é uma construção estética e discursiva, (2019, n.p.): "Uma pessoa negra, nós aprendemos com o Movimento Negro dos anos 1970 e 1980, é aquela que se identifica como negra ou é tratada como tal". Com a finalidade de mapear as presenças de romancistas negras, que assumem nas suas escritas

questões inerentes à raça, na tabela abaixo, destacamos os romances produzidos por mulheres negras que contribuíram para um debate racial no período de 2017 a 2020.

Tabela 8: Romances de autoras negras brasileiras publicadas entre 2017 e 2020.

Ano de publicação	Romance	Autora	Editora
2017	*(R)Evolução*	Lu Ain-Zaila	autopublicação
2018	*O crime do Cais do Valongo*	Eliana Alves S. Cruz	Malê
2019	*Maréia*	Miriam Alves	Malê
2020	*Nada digo de ti, que em ti não veja*	Eliana Alves S. Cruz	Pallas
2020	*Um amor feito tatuagem*	Alcidéa Miguel	Scortecci Editora

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do *Literafro*.

No ano da "Flip da diversidade", 2017, foi publicado de maneira independente o romance *(R)evolução*, da escritora Luciene Marcelino Ernesto, que tem o nome artístico de Lu Ain-Zaila e sobre publicar de maneira independente ela argumenta em entrevista ao site Novembro Negro:

> Não é fácil ser independente, custa caro quando não se tem sobrando, vai PIS, FGTS, o que tem, mas abre espaço, caminhos, aprendemos o jogo e a dizer "não quero isso nos rumos da minha escrita", quando vem o "passa pano" para limpar os nossos traços literários, a capa… E também é difícil por ter que fazer tudo e ver tudo, o administrativo, o financeiro. (AIN-ZAILA apud AMARO, 2019, n.p.)



Figura 3: A escritora e pesquisadora Lu Ain-Zaila.

Fonte: Acritica.net.

A escritora nasceu em Nova Iguaçu, região da Baixada do Rio de Janeiro. Além da carreira literária, ela é ativista social e pedagoga formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com habilitação em Formação de Professores para Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para crianças, jovens e adultos e Bacharelado em Pedagogia nas Instituições e nos Movimentos Sociais.

A obra *(R)evolução* integra o segundo volume da *Duologia Brasil 2408,* que tem como primeiro exemplar o romance *(In)Verdades*, publicado em 2016. Ademais, Lu Ain-Zaila publicou a coletânea de contos Sankofia*: breves histórias sobre afrofuturismo,* em 2018; a novela Ìségún em 2019. Estas obras estão disponíveis para venda em seu site: https://brasil2408.com.br/. A autora publicou o conto: "O caminho Sankofa de Nande" na revista *Eparrei,* em 2007, e o conto "Parece que é amor", na revista Recantos das Letras, em 2013. Somam-se a isso as publicações não ficcionais como capítulos de livros e artigos.

Lu Ain-Zaila adota a perspectiva afrofuturista/sankofista, que consiste em saberes ancestrais africanos como tema principal, a fim de proporcionar o contato do público com a diáspora africana. Em seu site *Letras Pretas,* a autora comenta sobre esse conceito:

> E eu reconheci a palavra – Afrofuturismo, a ideia de um modo geral tem a ver com a projeção de pessoas negras no futuro: protagonistas de seus destinos, se vendo capazes de salvar o mundo e mudar qualquer mundo, em qualquer época através de suas decisões e ações, se tornando heroínas e heróis de face negra diante de qualquer jornada que tomem como sua. (AIN-ZAILA, 2018, n.p.)

No romance, que será apresentado abaixo, é possível observar que a temática central ocorre sob o prisma do afrofuturismo.

- *(R)evolução*

As obras *(In)Verdades* e *(Re)volução* são os títulos que compõem a *Duologia Brasil 2408* publicadas, de forma independente em 2017. Ambas as obras têm como personagem principal a jovem Ena Dias da Silva e se passam na República Distrital do Brasil, que é dividida em três partes: Região Centro-Noroeste, Nordeste e Sudeste. Neste contexto futuro, o país é governado por uma gestão que controla integralmente a sociedade por meio de um Aparelho de Comunicação Integrada (ACI), um dispositivo que reúne em um só lugar todas as informações dos cidadãos. A quantidade de alimentos por família é racionada por um órgão responsável por esse controle, o Centro de Controle Distribuição Pública (CCDP). A necessidade desse controle surge após ações humanitárias que impactam no meio ambiente como uma grande Mudança Climática no ano de 2198, em que o Brasil perde 40% do território e é obrigado a se reorganizar geograficamente.

No livro *(In)Verdades*, Ena narra quando era criança e seu pai Amir morreu após uma explosão, oriunda de uma armação política em seu trabalho, e tal fato fez com ela almejasse seguir a carreira militar, como seu pai, para proteger o país. Já sua mãe, Naira Dias, era chefe do CCDP, uma profissão perigosa e, por isso, não gostaria que a filha seguisse por esse caminho. Além disso, ocorreu a morte de sua amiga Emily em um treinamento militar, em decorrência de um ataque realizado pelo grupo de hackers criminosos fan.bers. Ena fica tentada em desvendar os motivos dessas mortes e, para isso, precisa voltar-se ao passado, revisitando memórias. E diante deste prisma, a autora trabalha com o conceito de sankofa, símbolo dos povos acã, um grupo étnico de Gana e Costa do Marfim, na África. O conceito de Sankofa é representado por um pássaro que tem a cabeça voltada para a cauda, a fim de representar o "aprender com o passado para construir o futuro", premissas que representam um aspecto afrofuturista, pois expressa uma possibilidade de aprendizado com o passado para questionar o presente e reconstruir um futuro.

O livro *(In)verdades* funciona como introdução para questões que são abordadas no volume seguinte, que é (*Re)volução.* A última obra é ambientada no período depois de 2407. Na fase adulta, a personagem exerce a função de oficial que utiliza da sua posição para investigar a morte do pai. Após investigar o assassinato de seu genitor, Ena encontra um conteúdo sobre as atividades ilícitas dos fan.bers, e com esta descoberta ela é expulsa das Forças Armadas. A partir disso, a personagem passa a militar em prol do grupo da população definido como não identificado biometricamente para combater as desigualdades e injustiça em uma sociedade que parecia justa, pois todas as riquezas eram controladas pelo governo. O trecho seguinte retrata a argumentação de Lize, colega de trabalho de Ena que demonstra a condição de desigualdade dos não identificados:

> Esse é o preço de ser um não-identificado Ena, os serviços públicos de atendimento ficam ao redor desta área, não dentro. A iluminação solar dos prédios funciona, mas não nos vendem os créditos de adição, nem de luz ou de água como acontece no resto da centro sudeste. Como você pode ver, somos 77 todos iguais, mas não ter um ACI faz toda a diferença e além disso, temos problemas de ordem humana relacionados à cadeia de comando que está impregnada de preconceito, sempre demorando a nos atender mesmo quando é uma emergência. (AIN-ZAILA, 2017, n.p.)

No desenrolar da narrativa, Ena desvenda que seu pai foi assassinado por descobrir um esquema de corrupção de empresas que detêm e controlam os recursos naturais distribuídos para a população. A partir dessa descoberta, ela desmascara a falsa narrativa sobre a crise climática do país.

O livro apresenta críticas contundentes ao sistema político, ambiental e social, porém é de pouco reconhecimento público, sendo veiculado em sites especializados na cultura negra, como, por exemplo, o *Literafro, Novembro Negro*. Diante deste contexto de apagamento, a escritora argumenta sobre a pouca visibilidade de seu trabalho:

> Ele é menos visto porque falta o dinheiro, o marketing, mas se o tivesse não faria propagandas nos locais brancos de costume das editoras. Esse público não é emergencial para mim, pois pode escolher mudar e variar suas leituras. O que eu faria era abrir espaços literários e de outras artes em áreas periféricas, da baixado ao redor dos centros, faria fomento de leitura, livros em bibliotecas. Para essa população Feiras de Ciências e Artes faz muita falta, tínhamos que ter essas coisas. Sendo assim, como escolhi um caminho diferente onde o ativismo faz parte do pacote, não ligo para o tempo que ainda vai levar para minha literatura chegar em mais pessoas. O importante é construir novas pontes, as editoras e eventos de nichos já provaram que é o caminho. (AIN-ZAILA, 2021, APÊNDICE D)

Em 2018, 1 ano após a “Flip da diversidade", foi publicado pela editora Malê (editora na qual o histórico foi apresentado na seção 2.3) *O crime do cais do Valongo,* de autoria da carioca Eliana Alves Cruz.



Figura 4: A escritora e pesquisadora Eliana Alves Cruz.

Fonte: Tribuna de Petrópolis.

Ela tem 55 anos e é jornalista, pós-graduada em comunicação empresarial pela Universidade Cândido Mendes (UNICAM). Atualmente, exerce a função de chefe do Departamento de Imprensa da Confederação Brasileira de Esportes Aquáticos, sendo também vice-presidente do Comitê de Mídia da Federação Internacional de Natação – FINA.

Em paralelo à função de jornalista, a autora iniciou a sua carreira na literatura após ter vencido um concurso, e devido a isso não teve dificuldades de publicar suas obras, como ela aponta em entrevista realizada para esta pesquisa no apêndice C: “Tenho uma trajetória pouco comum na literatura. Comecei escrevendo um romance e ele recebeu o primeiro lugar em um concurso nacional. Desta forma, parti de um lugar diferente. As propostas surgiram naturalmente”. Na ocasião, a escritora venceu o prêmio Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2015, com o romance *Água de barrela,* que foi publicado pela primeira vez em 2016 pela própria instituição. Este prêmio tem por objetivo difundir a cultura negra e se realiza através de um edital nos quais os vencedores têm uma gratificação em

dinheiro e sua obra publicada. Após o sucesso desta edição, o livro foi republicado em 2018 pela editora Malê. Além deste romance, a escritora publicou *O crime do Cais do Valongo*, em 2018, e *Nada digo de ti, que em ti não veja,* em 2020. Abaixo, comentaremos sobre as obras. Além das publicações em obras coletivas, como nos *Cadernos Negros,* nas edições 39, em 2016 e 40, em 2017, e na coletânea *Do Índico e do Atlântico*, organizada pela editora Malê em 2019. Eliana Alves Cruz também pública constantemente conteúdos jornalísticos no portal UOL Esporte e no site Black Sport Club, destinado ao resgate da presença negra no esporte. No tópico abaixo, será mostrado um breve panorama sobre a produção literária de Eliana Alves Cruz.

- *O crime do Cais do Valongo*

A narrativa inicia com o crime brutal do comerciante Bernardo Lourenço, mas esta morte não representa apenas uma narrativa policial, funcionando como um dispositivo para o desenrolar da narrativa. Bernardo Lourenço era conhecido como comerciante de negros escravizados e esta narrativa é conduzida por duas vozes negras: Nuno Alcântara Moutinho, o negro livre e Muana, escravizada africana. E com esta perspectiva, o primeiro personagem relata sua relação conturbada com a vítima, sendo até suspeito de ter cometido o crime. Anteriormente, Nuno tinha pegado um empréstimo com Lorenzo para abrir uma livraria e era constantemente chantageado e até espancado por seus capatazes para induzi-lo a pagar a dívida. Outros personagens também eram suspeitos como autores do crime, como Muana e seus companheiros Rosa e Marianno, que na condição de escravizados eram constantemente agredidos verbalmente e fisicamente pelas mãos de Lorenzo. Nesta narrativa, há um rompimento com o histórico de silenciamento de personagens e narradores negros na história da literatura brasileira, como mostrado na introdução deste trabalho, já que até na condição de escravizada a personagem apresenta sentimentos, pensamentos críticos acerca deste regime colonial brutal, diferentemente da negra Luísa, na obra *Menino de engenho*, de José Lins do Rego, apresentado na seção 1.3, em que a escravizada foi construída a partir da ótica e dos desejos de um jovem branco, enredo que corrobora para a perpetuação da hipersexualização das mulheres negras.

Além do romance *O crime do Cais do Valongo* projetar vozes de personagens e narradores que foram silenciados na história da literatura canônica brasileira, esta obra também remonta o cenário do Rio de Janeiro no século XIX e suas discrepâncias, pois é

apresentada a região nobre da cidade com casas grandes, igrejas e a localidade do Valongo, lugar destinado à comercialização e ao castigo da população negra escravizada.

Nesta narrativa, a região do Valongo é apresentada como uma maneira de humanizá-la, pois para muitos esta região era apenas compreendida como depósito de pessoas. Já Eliana Alves Cruz retrata o Valongo em uma perspectiva da diversidade, um lugar que foi ocupado por negros de diferentes etnias e com variadas línguas, costumes e religiões. Este cenário não é descrito com a finalidade de romantizar e apagar as atrocidades que foram cometidas na região e sim para provocar a reflexão sobre a pluralidade cultural que ali existia. A descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, onde funciona a instituição de Pesquisa e Memória Pretos Novos confirmou a importância da memória histórica da região. Na ocasião, em 1996, Ana Maria de La Merced Guimarães e seu marido estavam reformando sua casa na região, quando se depararam com um sítio arqueológico. De acordo com o site Correio Nagô, estima-se que mais de 50 mil corpos negros foram enterrados ali.

O romance *O crime do Cais do Valongo* teve uma boa recepção da crítica literária nacional e internacional, já que foi semifinalista no Prêmio Oceanos em 2019, que é considerado um dos prêmios literários mais importantes entre os países de língua portuguesa. Além disso, a autora vendeu os direitos autorais do livro para a emissora TV Zero para ser adaptado para o cinema.

No ano seguinte, tivemos mais um romance que apresenta uma discussão sobre a valorização da negritude sob o prisma de uma escritora negra, publicado pela editora Malê: *Maréia*, da paulista Miriam Alves.



Figura 5: A escritora e assistente social Miriam Alves.

Fonte: Literafro

Ela tem 69 anos, é assistente social e professora. Começou a escrever aos onze anos, e na década de 1980 passou a compor o coletivo Quilombhoje, publicando textos nos *Cadernos Negros* pela primeira vez em sua quinta edição, lançada em 1982. Além de *Maréia*, a escritora também publicou o romance *Bará na trilha do vento* em 2015; o livro de contos *Mulher mat(r)iz*, em 2011 e de poesias: *Estrelas no dedo* em 1985 e *Momentos de busca em* 1983, além de inúmeras produções não-ficcionais. Abaixo, faremos uma breve apresentação de seu romance *Maréia.*

- *Maréia*

Este romance narra o contraste da estrutura familiar e valores entre duas famílias: Os Nunes dos Santos são a primeira, uma família negra formada por Marcílio e Maria Dorotéia (Vó Déia); Dorival e Tânia (pais de Maréia); Caciana (tia de Maréia). Marcílio e Dorival eram marinheiros que desapareceram no mar. Este núcleo familiar prospera em diversas esferas da vida a partir de seus preceitos e crenças ancestrais. Apesar do nome da religião não seja mencionada nesta narrativa, é possível observar uma exaltação à ancestralidade, como em rituais cotidianos da protagonista Maréia:

> Apressou-se para o banho demorado, o sabão líquido especial feito da composição de manjericão, alfazema e lavanda, formava pequenas bolhas perfumadas na esponja

> macia. A água morna do chuveiro escorria lenta pelas curvas de seu corpo, sentia-se plena, inteira, completa, uma sensação de compor o universo e alcançar o inatingível. (ALVES, 2019, n.p.)

De acordo com Botelho (2010), o uso de ervas e plantas é um fundamento para as religiões de matriz africana, pois funciona como uma espécie de ligação entre: homem – natureza – divindade. Nesta narrativa, o nome da religião não é mencionado explicitamente, mas as práticas de religiões de matriz africana podem ser observadas em ritos cotidianos, como mostrado acima, e na utilização de palavras de origem Yorubá, língua nigero-congolesa que é usada frequentemente em religiões de matriz africana, como no trecho seguinte em que a Vó Déia narra sobre a concepção de uma criança ao chegar ao mundo (2019, n. p): "As Awon Olundamoran Iya consideravam que o nascimento só se completava quando a placenta, naturalmente, desligava-se do útero materno…". Também, nesta obra, nos capítulos 16 e 17, há um glossário de Yorubá para Português e Português para Yorubá. Além disso, o nome da personagem Maréia é uma homenagem a seu pai e avô, que eram marinheiros, representando a junção das palavras mar e areia. Neste contexto, o nome mar funciona como uma alusão ao lugar, no qual os ancestrais de Maréia chegaram ao país na condição de escravizados e onde se encontram, isso pode ser observado no sonho desta personagem com seus familiares no mar:

> No mesmo instante, a embarcação transformou-se num barco-jacaré, sendo ocupada pela dinastia ancestral de Maréia, Marcílio, Dorival e Dorotéia, ostentando insígnias de realeza. Em confraternidade, celebravam o encontro, revelam verdades, obrigados a segredar para se defender de forças inescrupulosas, mas, no enredo onírico, através dos sonhos, manifestavam-se. (ALVES, 2019, n.p.)

A fé nos preceitos ancestrais fez com que esta família prosperasse e ocupasse cargos de destaque, como Maréia na carreira de musicista:

> Novos desafios a aguardavam, a ansiedade se dissipava nas curvas da estrada, conseguiria conciliar o tempo, sendo integrante da filarmônica e dona da escola Clave em Sol, com uma lista de espera para novos alunos que se acumulava. (ALVES, 2019, n.p.)

Em contrapartida, são apresentados os Menezes de Albuquerque, uma família branca, que sempre foi rica e dotada de status social elevado, porém está em decadência. Um núcleo marcado por mortes, tragédias e doenças. Neste contexto, é apresentada a figura de Dom Afonso que era obstinado a deixar um herdeiro, mas seu filho João Francisco e o neto Augusto morreram, destinando esta função a Alfredo, que tinha, no entanto, uma saúde debilitada, pois sofria de inúmeras de crises emocionais e em consequência disso foi acometido de sudorese, um suor excessivo do corpo. A instabilidade emocional de Alfredo ocorreu devido às consecutivas mortes, à cobrança do avô Dom Afonso e à loucura da sua

mãe Guilhermina, que vivia sob o efeito de remédios controlados depois que a filha Dorinha morreu em um acidente doméstico, como no seguinte trecho: “Guilhermina perambulava no seu confinamento de luxo, definhava progressivamente, mantê-la limpa e asseada, transformou-se numa batalha diária travada pelas “martinhas”, quando acabavam de banhá-la, arrumá-la” (ALVES, 2019, n.p.).

Nesta narrativa, todas as empregadas domésticas eram chamadas pelos Menezes de Albuquerque de martinhas, ou seja, elas eram tão invisíveis que nem apresentavam um nome e o uso da alcunha martinha era em alusão à santa católica Nossa Senhora Marta, que é protetora dos desvalidos. Apesar desta família, manter uma suposta hierarquia social é possível observar nesta narrativa a tentativa de reverter à lógica da desumanização do período escravocrata que destroçou as relações familiares negras e também uma possibilidade de desestabilizar a lógica de ter a família branca como referência. Neste sentido, a narrativa de Miriam Alves está em diálogo com as proposições de Conceição Evaristo, quando a última e argumenta, em entrevista ao site Estado de Minas, que a escrita pode ser um exercício de reparação histórica: “A escrita é exercício em desespero. Um lugar de vingança” (EVARISTO apud CRUZ, 2019, n. p). Ou seja, por meio dela é possível reconstruir e ressignificar papéis sociais, como no romance de Miriam Alves, no qual posições de submissão do passado não são mais produzidas no contexto atual.

No que tange à repercussão desta obra, ela foi selecionada como uma das melhores do ano na Coluna Cinco, site dedicado a produzir conteúdo sobre literatura, de Rodrigo Casarin, especializado em jornalismo literário. Apesar do livro possuir uma narrativa com um amplo debate sobre a religiosidade de conhecimentos ancestrais, ele não é reconhecido na mídia tradicional. Sobre essa questão, a autora argumenta, em entrevista concedida para esta pesquisa no apêndice E:

> O meu trabalho é visibilizado em, digamos, mercados fora da mídia convencional, por exemplo, no mercado de leitores e leitoras negras que nos 43 anos de publicação de Cadernos Negros conquistamos, e acabamos ficando visível nos meios acadêmicos do Brasil, Estados Unidos, França, Alemanha. (ALVES, 2021, APÊNDICE E)

Em 2020, o contexto de pandemia de Coronavírus abalou também o mercado editorial e isso pode ser observado na pesquisa feita pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), já que neste ano foram vendidos 354 milhões de livros no Brasil, sendo 193 milhões de exemplares para o grande mercado e 161 milhões para o Governo Federal. Já em 2019, foram 434 milhões de livros vendidos, ou seja, segundo este levantamento houve uma queda de 18% no mercado editorial no que tange à vendagem de livros no país. Mesmo com um

cenário econômico desfavorável, a editora Pallas (editora cujo histórico foi apresentado na seção 2.3) publicou o romance *Nada digo de ti, que em ti não veja*, de Eliana Alves Cruz.

- *Nada digo de ti, que em ti não veja*

A narrativa em terceira pessoa é ambientada em 1732 e apresenta a personagem Vitória, uma mulher negra transexual, fato que fica explícito no seguinte trecho:

> Ela nascera como menino Kiluanji Ngonga. Quando entendera sua verdadeira natureza, foi chamada de Nzinga Ngonga, depois virou sacerdotisa e era Nganga Marinda (Sacerdotisa do mistério ancestral). Desembarcou na América sequestrada dos seus e a batizaram como o homem Manuel Dias. Depois de conquistar a sua liberdade, escolheu ser apenas Vitória. (CRUZ, 2020, APÊNDICE C)

Vitória é curandeira e ex-escravizada, de origem do Congo. Ela vive um relacionamento proibido com o jovem branco de origem judaica e convertido ao catolicismo, de família rica e escravagista, Felipe Gama, que enfrenta a dicotomia entre assumir seu relacionamento ou ceder às pressões da família, que almejava que ele se casasse com a sua parenta Sianinha, filha dos Muniz. Nesta narrativa, é possível observar um debate sobre gênero no século XVIII, temática que ainda é tida como tabu em pleno século XXI. É apresentada, ainda, uma discussão sobre relações inter-raciais, temática que ainda é problematizada por muitos ativistas de movimentos negros, já que para alguns as relações inter-raciais reforçam e remontam à dominação dos corpos negros por homens brancos.

O debate das relações inter-raciais também foi abordado na obra *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, apresentado na introdução deste trabalho, porém, na narrativa de Barreto, a personagem é descrita como vítima do racismo que culmina na sua gravidez prematura e solitária, relação que também pode ser compreendida como uma possibilidade de clareamento gradativo desta família, enquanto no romance de Eliana Alves Cruz, mesmo a personagem Vitória vivenciando as opressões de raça, gênero e classe, ela é apresentada numa perspectiva de exaltação da cultura negra, devido à valorização de seus conhecimentos ancestrais sobre manipulação de ervas e até mesmo no nome da personagem que é: Vitória.

Além do enlace amoroso, a narrativa apresenta o personagem Frei Alexandre Saldanha, que é enviado pelo Tribunal do Santo Ofício para a capitania das Minas, a fim de investigar as heresias cometidas. Por meio da figura deste personagem há uma crítica aos costumes da igreja católica, como ganância, falsidade e hipocrisia, e isso pode ser observado no relacionamento afetivo do Frei com Manuella Gama, mãe de Filipe, que culminou na

gravidez dela: “O plano era levar a gravidez a termo e, depois, colocar o rebento na roda dos enjeitados de algum mosteiro ou convento e dizer a toda gente que morreu no parto” (CRUZ, 2020, p.118).

Nesta narrativa, existe a presença de um núcleo negro, que mesmo na condição de escravizados apresenta um senso crítico sobre este regime. Neste enredo, estes personagens manifestam seus desejos e sonhos e lutam em prol da emancipação da população negra. Isso pode ser observado, quando a escravizada Rita mata Baltazar Gama, irmão de Filipe, por ele assassinar inúmeros negros: “Em pé na soleira da porta que dava para o fundo da casa, Rita acertou o meio do peito de Balthazar com uma das armas com que ele matou os condutores da caravana” (CRUZ, 2020, p.160).

A obra foi bem aceita pelo público e pela mídia, rendendo à escritora resenhas e matérias em sites especializados na temática negra e nos veículos tradicionais, escritas sobre o seu romance.

Nesse mesmo ano, a editora Scortecci publicou o romance *Um amor feito tatuagem*, de Alcidéa Miguel.



Figura 6: A escritora e professora Alcidéa Miguel

Fonte: Literafro

Com 59 anos, a escritora natural do Espírito Santo tem como formação licenciatura em Arte e Música pelas Faculdades Integradas Coração de Jesus, na cidade de Santo André, no ABC paulista, e é pós-graduada em Arte e Educação e Cultura. Atuou como professora até 2012 nos segmentos infantil e de ensino fundamental e médio, nas disciplinas de artes, música e teatro. Além da docência, Alcidéa Miguel também tem uma carreira de compositora e cantora, em 2016 lançou o CD *Mais que maravilhoso*, com dez canções. Na esfera literária, em 2000 escreveu o livro infantil *Eu também chorei na escola* e em 2019 o livro de crônicas *Sampa em contos e crônicas negras.* Também participou da edição dos *Cadernos Negros* no volume 38, em 2017, e no volume 40, em 2019.

No próximo parágrafo, faremos uma breve apresentação do romance publicado por esta escritora pela Scortecci Editora, que não é especializada na questão étnico-racial e possui um catálogo diverso. Apesar de ser uma pequena casa editorial fundada em 1982, já foi vencedora dos prêmios Jabuti, Associação Paulista de Críticos de Artes e da Academia Brasileira de Letras.

- *Um amor feito tatuagem*

Este romance conta a história de um amor proibido entre dois musicistas. Seu enredo apresenta Mário, que tem 44 anos, é pai de família, morador de São Paulo e gerencia um coral. Em determinada ocasião, é convidado a participar de um congresso de canto coral em Porto Alegre. Nesse evento conhece Sofia, que é regente de coros e desde o primeiro encontro se apaixonam. Apesar da personagem nesta narrativa ser descrita como "morena", compreendemos que pela sua descrição fenotípica se trata de uma mulher negra (MIGUEL, 2020, n. p.): " Ela tinha cabelos castanho-escuros, encaracolados, olhos pretos, estatura média, média 1,65m e pesava 65 kg". Mesmo sendo regente de um coral com uma carreira exitosa, ela sofre com o desprezo e a falta de afeto do seu esposo Alfeu e seu amante Mario. Ao vivenciar um relacionamento extraconjugal, ela se realiza sexualmente, pois entre eles tinha uma intensa atração física, porém Mário nunca assumiu esta relação e neste contexto é possível observar um debate sobre a solidão da mulher negra. Esta situação só é transformada quando Sofia se relaciona com um homem negro chamado Silvano (MIGUEL,2020, n.p.): "Havia um senhor alto, bem vestido, de etnia negra, bem perfumado, que falava perfeitamente

inglês e era brasileiro. Morava em Belo Horizonte. Seu nome era Silvano". Neste envolvimento, é possível verificar um relacionamento afrocentrado, proporcionando às pessoas negras o direito à afetividade, pois no histórico da literatura canônica brasileira os personagens negros eram condicionados a meros objetos sexuais sem a possibilidade de ter uma vida sentimental.

Esta obra teve pouquíssima visibilidade, dificultando até a pesquisa em sites especializados nas questões raciais. Em entrevista no apêndice A com essa escritora, ela argumentou que mesmo sem uma ampla divulgação na mídia a obra em questão tem propiciado a propagação de um debate antirracista: "Tem contribuído nas rodas de conversas, Lives, contação de história, com a minha música; participou da Cartografia da Cidade de Santo André; acrescentando na formação das pessoas referente à diversidade e no combate ao racismo" (MIGUEL, 2021, APÊNDICE A).

Após esse breve panorama sobre os perfis das escritoras negras brasileiras que publicaram romances de 2017 a 2020, foi possível observar que todas as autoras acumulam mais de uma atividade profissional: nenhuma delas vive exclusivamente de literatura. Acreditamos que essa realidade sociorracial impacte na produção de romances no país. Eliana Alves Cruz argumentou no apêndice C, sobre os desafios para mulheres negras de publicar esse gênero no Brasil:

> O racismo, além de todos os prejuízos concretos e simbólicos que causa, retira algo vital para quem quer escrever um romance: o tempo. Mulheres negras ainda seguem na base da pirâmide econômica e conciliar a luta pela sobrevivência com uma escrita tão longa requer um esforço extra. Soma-se a isto o acesso ao mercado editorial, ainda muito restrito e circunscrito a uma elite intelectual atrelada à elite econômica. O cenário vem se modificando aos poucos, mas ainda falta um caminho longo. (CRUZ, 2021, APÊNDICE C)

Ainda sobre as romancistas analisadas, foi possível notar que as publicações dos livros estão concentradas nas autorias de mulheres negras da região Sudeste do país, pois Lu Ain-Zaila e Eliana Alves Cruz são cariocas, já Miriam Alves é paulista e Alcidéa Miguel é do Espírito Santo.

Quanto ao mercado editorial, verificamos que as pequenas editoras estão construindo catálogos contra-hegemônicos ao publicarem obras que abordam o racismo e a valorização da cultura negra. Observamos que as publicações dos romances escritos por mulheres negras que pautam questões raciais foram publicadas preferencialmente pelos ditos quilombos editoriais, as chamadas pequenas editoras especializadas nas questões étnico-raciais, como as editoras Pallas e Malê. Eliana Alves Cruz, em entrevista a esta pesquisa no apêndice C argumenta

sobre o crescimento, a visibilidade e as consequências dessas pequenas editoras: "Há um paradoxo aí. As editoras especializadas na temática e em autores negros e negras estão ganhando espaço, mas ao mesmo tempo vivem os dilemas do crescimento e da concorrência nem sempre justa com as grandes, que também estão em busca destes talentos". (CRUZ, 2021, APÊNDICE C.)

Estas editoras fissuram o circuito das grandes editoras brasileiras, mas também é possível perceber que elas têm publicado obras de escritoras já com algum reconhecimento como Eliana Alves Cruz e Miriam Alves. Enquanto isso, autoras que ainda estão galgando um espaço no mercado editorial brasileiro buscam alternativas como a autopublicação, como abordado anteriormente pela romancista Lu Ain-Zaila. Além dos lançamentos apresentados na tabela 8, entre 2017 e 2020, as pequenas editoras também investiram em romances já consagrados de escritoras negras.

Em 2017, foi reeditada a obra *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, pela editora Pallas. Publicado originalmente em 2003, a obra narra a trajetória da protagonista que dá nome ao livro, desde sua infância até a idade adulta. Ponciá, uma mulher negra, vive com a mãe, Maria Vicêncio, na Vila Vicêncio, no interior do Brasil. Seu pai e seu irmão Luandi trabalham no cultivo da lavoura da família Vicêncio, que é proprietária das terras onde todos moram e trabalham. Ademais, são donos do sobrenome dos habitantes da vila. Depois da morte do pai, Ponciá parte para a cidade em busca de uma vida melhor: viaja de trem e, ao chegar à cidade, sem ter para onde ir, passa uma noite na porta da Igreja e consegue um emprego de doméstica. Durante um tempo, junta dinheiro para comprar um barraco e trazer a mãe e o irmão para morar com ela na cidade. Dessa forma, a protagonista de Evaristo sofre uma mobilidade sociorracial, já que deixou seu lugar de origem no interior do país para vislumbrar outras perspectivas de vida na cidade grande, mas ainda continua vivendo em condições de vulnerabilidade, já que no primeiro dia que chega à cidade dormiu na rua e continuou na condição de doméstica sem direitos trabalhistas. Ainda nessa obra, é possível estabelecer o debate do colonialismo ainda presente na sociedade brasileira, pois o sobrenome Vicêncio dos personagens ainda é associado ao nome dos donos da terra.

A obra *Ponciá Vicêncio* foi publicada originalmente pela Mazza, que também é uma editora especializada na cultura afro-brasileira, e ganhou projeção internacional, pois, de acordo com as doutoras Luciana de Mesquita Silva e Marcela Iochem Valente (2014), esta obra foi publicada nos Estados Unidos pela editora Host em 2007, com tradução de Paloma Martinez-Cruz, professora assistente de Estudos de Cultura e Literatura Latina, do

Departamento de Espanhol e Português, da Ohio State University. Além disso, o romance também foi lançado na França pela editora Anacaona, com tradução de Patrick Louis e Paula Anacaona com o título *L'histoire de Poncia* (2015). O lançamento foi realizado no Salão do Livro de Paris e o livro foi recebido positivamente pela crítica literária. A exemplo disso, houve a indicação da obra ao prêmio internacional Carbet de la Caraïbe et du Tout-Monde, realizado pelo Institut du Tout-Monde. Essa condecoração premia a cada ano um intelectual comprometido com a promoção de um mundo diverso.

Ainda em 2017 outro romance de Evaristo foi reeditado pela segunda vez, também pela editora Pallas: *Becos da memória.* Originalmente, esse livro foi publicado pela editora Mazza e, em 2013, reeditado pela primeira vez pela editora Mulheres. A narrativa aborda uma coletânea de relatos dos moradores de uma favela às vésperas de uma remoção e o enredo se desenrola a partir do olhar de seus personagens como Maria-Nova, Dora e Cidinha-Cidoca. Essa obra rendeu muitas matérias em veículos que promovam debates sobre as questões étnico-raciais e na mídia tradicional e também estudos acadêmicos como: teses, dissertações e artigos científicos.

Neste contexto de suposta abertura do mercado editorial para as romancistas negras, em 2018, foi reeditada pela terceira vez, por meio da editora 34, a obra *Água funda*, de Ruth Guimarães. Originalmente, esse romance havia sido publicado em 1946. A obra apresenta uma narrativa ambientada entre Minas Gerais e São Paulo, região conhecida como Vale do Paraíba, no lugar chamado Olhos D 'Água, que se desenvolve no século XIX, em pleno período escravocrata, e no começo do século XX. Nesse romance, são abordados temas como o terror da escravização, a cultura, a religiosidade e as ancestralidades indígena e negra. *Água funda,* cujo prefácio foi escrito pelo sociólogo Antônio Cândido, teve uma grande repercussão na época de sua publicação, rendendo à autora o Prêmio Cultural Eugênio Sereno em 1989, do Instituto de Estudos Valeparaibanos, que mais tarde viria a ser membro.

Ainda no ano de 2018 foi reeditado pela Companhia das Letras o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, como mostrado anteriormente. Além da Companhia das Letras, essa obra também foi reeditada pelas seguintes editoras: Editora Zouk (2018), Edições Câmara (2018), Editora Edebê (2019) e Principis (2020). Perante a essa conjuntura, é possível observar que as editoras pequenas investiram em reedições de romances de autoras negras já renomadas, pois só nesse período entre as obras republicadas estão: *Água de barrela, Ponciá Vicêncio, Becos de memória, Água funda* e *Úrsula*. Todas essas reedições correspondem a nove diferentes livros, enquanto o número de romances lançados que pautem as questões

raciais foi de apenas cinco. Na próxima etapa, realizaremos uma retomada sobre cada capítulo deste trabalho.

Considerações finais

Neste trabalho, tivemos como objetivo mapear presenças de romancistas negras que contribuíram para um debate antirracista a partir da Flip de 2017, edição que ficou conhecida como “Flip da diversidade”, até 2020, período da última coleta de dados. Para isso, realizamos um levantamento junto aos catálogos das editoras: Companhia das Letras, Record e Rocco e do portal Literafro e também entrevistamos as romancistas negras que publicaram neste período e contribuíram para um debate antirracista.

Para estruturarmos esta pesquisa, a dividimos em três capítulos. No primeiro, nos dedicamos a compreender como se formou o pensamento social brasileiro e como tais perspectivas influenciaram para construção do conceito de raça na sociedade brasileira. Também nesta etapa conceituamos colonialidade do saber e demonstramos como esta concepção ainda é vigente na esfera literária brasileira, tanto no campo da autoria e da narrativa, assim condicionando as personagens negras à posição de marginalidade e subserviência.

Já no capítulo seguinte, apresentamos que os negros no curso da história, individual e coletivamente, nunca aceitaram passivamente a dominação colonial dos brancos e, num movimento de coexistência, criaram espaços de valorização da cultura negra, de combate ao racismo e ao genocídio da população negra. Nesta etapa, também conceituamos o termo aquilombamento, e como se desenvolveu a partir de uma perspectiva negra até chegar na esfera literária, com os chamados quilombos editoriais.

Na última etapa, contextualizamos a condição da mulher negra na sociedade brasileira, especificamente no circuito literário do país, com a Festa Internacional de Paraty. Ao longo deste trabalho, observamos que a iniciativa de homenagear o escritor negro Lima Barreto na edição de 2017 ainda está fundamentada na lógica do racismo estrutural, pois foi uma ação pontual, sem estar acompanhada de uma política afirmativa para inserir intelectuais negros na esfera da curadoria, por exemplo. Essa ausência impacta diretamente na seleção dos homenageados e convidados, como em 2016, em que o curador do evento era Paulo Werneck, um homem branco, e na tenda dos autores(as), entre os 39 convidados, não havia nenhuma escritora negra como convidada. A política de epistemicídio no âmbito da curadoria do evento pode ser observada no pedido de demissão da curadora de 2020. Fernanda Diamant assume,

em uma carta, a necessidade de o evento ser idealizado por uma mulher negra, como mostramos no tópico 3.1. Podemos observar que tal postura gerou uma sensível transformação neste segmento, pois na edição de 2021, que aconteceu por meio virtual, a organização do evento contou com uma curadoria coletiva, em que estavam presentes os nomes de representantes negros, como Evando Nascimento, e o representante indígena João Paulo Lima Barreto.

No subtópico 3.2, identificamos as presenças de escritoras negras nas principais editoras do país: Companhia das Letras, Record e Rocco. Nesta seção, confirmamos que as grandes casas editoriais investem em representantes únicas negras no segmento romance, pois ao longo de 2017 a 2020 cada editora citada se limitou em publicar 1 romance, como *Assim na terra como embaixo da terra*, de Ana Paula Maia, em 2017 pela Record e *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia, em 2018 pela Companhia das Letras. Em 2020, o romance *Cidade afundam em dias normais*, de Aline Valek, foi publicado pela Rocco – destacamos que estas obras não apresentam um debate racial. Com este arranjo de publicar poucos romances e ainda os que são editados não contribuírem para um debate antirracista, é possível observar que há um boicote do grande mercado editorial em pautar as questões raciais brasileiras. Isso porque as mesmas editoras que censuram as romancistas negras brasileiras publicam obras de autoras que são referências do pensamento feminista negro internacional, como a nigeriana Chimamanda Adichie, publicada pela Companhia das Letras, e as estadunidenses Angela Davis e bell hooks, editadas pela Record. Esta estrutura pode indicar um viés de tokenismo, que simboliza uma falsa ideia de inclusão e neste caso tornando-se apenas uma estratégia mercadológica que visa o status de promover a diversidade no campo literário e ao mesmo tempo não difundir as questões raciais brasileiras. Nesse sentido, temos que ficar atentos às ressignificações que o racismo estrutural possa ganhar na contemporaneidade, ao passo que promove algumas vozes negras e exclui outras.

Na contramão deste cenário, na última seção, mapeamos as presenças de romancistas negras brasileiras que contribuíram para o debate racial no período de 2017 a 2020. Nesta direção, ao longo desta pesquisa é possível observar que estão acontecendo sensíveis mudanças no mercado editorial. A exemplo disso está a expansão dos quilombos editoriais, pequenas editoras especializadas na questão étnico-racial, pois só estas casas editoriais foram responsáveis por publicar romances de escritoras negras que produziram obras que possibilitaram um debate racial. Destacamos que em sua grande maioria estas iniciativas foram idealizadas por pessoas negras.

Com esta conjuntura, notamos que os ditos quilombos editoriais estão promovendo a grande revolução no circuito literário do país, enquanto as grandes editoras parecem evitar narrativas ficcionais que pautem questões raciais. A exemplo disso, a recém-editora Malê, fundada em 2015, ao longo de 2017 a 2020, publicou 2 romances: *O Crime do Cais do Valongo* de Eliana Alves S. Cruz, em 2018, e *Maréia*, de Miriam Alves em 2019, enquanto a Companhia das Letras, com 36 anos de mercado, se limitou a publicar 1 romance de uma mulher negra: *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia, em 2018. Destacamos que esta última obra não apresenta um debate racial.

Destacamos a importância dos quilombos editoriais no contexto literário brasileiro, pois por meio deles é possível circular um debate racial no país. Porém, estas iniciativas ainda não contemplam todas as romancistas negras brasileiras, como Lu Ain-Zaila, que custeia a publicação de suas obras. Mesmo com uma proposta transgressora, os quilombos editoriais estão inseridos também em uma lógica mercadológica, e tal fato faz com que estas editoras selecionem autoras renomadas para serem publicadas, como argumentou, Eliane Alves Cruz em entrevista a esta pesquisa no apêndice C sobre uma suposta facilidade em publicar por sua carreira literária ter iniciado após ganhar o prêmio literário da Fundação Palmares.

Entendemos que analisar o comportamento do romance escrito por mulheres negras brasileiras é fundamental para romper com o histórico de silenciamento, invisibilidade e subalternidade nas quais personagens e autoras foram submetidos no curso da história brasileira. Além disso, observar os diferentes atravessamentos que impactam a vida das escritoras negras é fundamental para criarmos estratégias de enfrentamento do racismo na esfera literária brasileira.

Referências

AKOTIRENE,Carla. **Interseccionalidade**, Editora Jandaíra, 2019.

AIN-ZAILA, Lu**.** O afrofuturismo e a Sankofia. **Letras Pretas**. Disponível em: https://letraspretas.com/2020/08/25/o-afrofuturismo-e-a-sankofia-de-lu-ain-zaila/. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

_____. **Brasil 2408**.Disponível em: <https://brasil2408.com.br/>. Acesso em: 10 junho de 2021.

_____. **(R)Evolução.** Duologia Afro-Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 2017. Disponível em: <https://brasil2408.com.br/>. Acesso em: 10 junho de 2021.

_____. **(In)Verdades**. Duologia Afro-Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 2016. Disponível em: <https://brasil2408.com.br/>. Acesso em: 10 junho de 2021.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Saiba como o que é o racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil. **CUT Brasil**, 20 de novembro de 2020 (online). Disponível em:< https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d>. Acesso em: 10 junho de 2021.

ALVES, Miriam. **Maréia**.Rio de Janeiro: Malê Editora, 2019.

_____.Mesa redonda **"Prosa Virtual: Literatura de Mulheres Negras"**, 2020.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**: crônica de uma cidade do interior. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AMARO, Wagner. Por dois anos escritores e escritoras negros são destaques entre best-sellers da Flip. **Carta Capital**, São Paulo. Disponível em:< https://biblioo.cartacapital.com.br/por-dois-anos-escritoras-e-escritores-negros-sao-destaques-entre-best-sellers-do-flip/. Acesso em: 13 de abril de 2020>.

_____. Os negros como protagonistas na literatura num país de maioria negra**. Editora Malê**, 2019 (online). Disponível em: <https://www.editoramale.com.br/single-post/2019/04/08/Os-negros-como-protagonistas-na-literatura-num-pa%C3%ADs-de-maioria-negraem>. Acesso em: 10 junho de 2021.

_____. #Novembro Negro: Lu Ain-Zaila suas influências no seu projeto literário. Disponível em:<https://biblioo.info/novembronegro-lu-ain-zaila-suas-influencias-e-seu-projeto-literario>. **Novembro Negro**, (online). Acesso em: 10 junho de 2021.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Revista Caderno CRH**, 2014.

BASTOS, Daniela. **Racismo Estrutural e mulher negra**. 2021. Facebook: @danioya. Disponível em:<https://web.facebook.com/fatima.lima.399//>.Acesso em: 12 de setembro de 2021.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Acervo digital. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortico.pdf>. Acesso em: 01 setembro de 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América latina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BETIM, Felipe. Sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa do Coronavírus. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-28/sem-acoes-especificas-86-dos-moradores-de-favelas-vao-passar-fome-por-causa-do-coronavirus.html>. Acesso em: 10 junho de 2021.

BOTELHO. Freire Pedro. O segredo das folhas e os rituais de cura na tradição afro-brasileira. **Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, VI Enecult,** 2010.

CALDAS. Sônia Regina de Araújo. **Gabriela, baiana de todas as cores**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CALEGARI, Lizandro Carlos. O cânone literário e as expressões de minorias: implicações e significações históricas. In: FOSTER, William David; CALEGARI, Lizandro Carlos; MARTINS, Ricardo André Ferreira (Org.). **Excluídos e marginalizados na literatura: uma estética dos oprimidos**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura-Imprensa Oficial, 1987.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Filosofia da educação.) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo , 2005.

CARGNELUTTI, Camila Marchesan. A construção de um espaço literário para vozes afrobrasileiras: Terra Negra, de Cristiane Sobral, e a editora Malê, **Estudos de Literatura Brasileira Comntemporâneo**, Brasília, 2020.

CARTA CAPITAL. Conceição Evaristo: "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio". **Carta Capital**, 13 mai. 2017 (online). Disponível em < https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.

CARTA CAPITAL. Após críticas e protestos, uma FLIP mais diversa. **Carta Capital**, 26 de julho 2017 (online). Disponível:< https://www.cartacapital.com.br/diversidade/apos-criticas-e-protestos-uma-flip-mais-diversa>. Acesso em 10 junho de 2021

CHAGAS. Pedro Dolabela. Leis que mudam e evoluem no tempo: Forma, ficcionalidade e função do romance, **Anais do SILEL**, 2013.

CICLO CONTÍNUO EDITORIAL . **Ciclo Contínuo Editorial**. Disponível em: <http://ciclocontinuoeditorial.com/>. Acesso em: 10 junho de 2021.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. A Política Sexual para Mulheres Negras. *In:* COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.

_____Se perdeu na tradução? Feminismo Negro, interseccionalidade e política emancipatória, **Revistas Eletrônicas**,v.5, nº1,2017.

COMPANHIA DAS LETRAS. **Companhia das Letras**.Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/ />. Acesso em: 10 junho de 2021.

CONCEIÇÃO. Wilian Luiz da. **Branquitude dilema racial brasileiro.** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

CORREIO NAGÔ. Pequena África guarda memória da ocupação negra no Rio de Janeiro. **Correio Nagô**, (online). Disponível em: <https://correionago.com.br/pequena-africa-mantem-memoria-da-ocupacao-negra-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 junho de 2021

COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da raça no Brasil. **Rev. Estudo Afro-asiáticos**,V 24, nº1, 2002, p35-61. Disponível em:< www.scielo.br\pdf\eaa\v24n1\a03v24n1>

CRENSHAW, Kimberlé. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". In Martha Albertson Fineman, Rixanne Mykitiuk, (Eds). The Public Nature of Private Violence. New York: **Routledge.** 1994,p 93-118.

CRIOLO. Vai ser Assim**.** Yotube, 2014. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=O2sm9lUFXpw >. Acesso em: 30 de maio de 2021.

CRUZ, Eliana Alves. **Nada digo de ti, que em ti não veja.** Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2020.

_____. **O Crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê Editora, 2018.

CRUZ, Márcia Maria. 'A escrita é exercício em desespero. Um lugar de vingança', diz Conceição Evaristo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/11/01/interna_pensar,1097478/a-escrita-e-exercicio-em-desespero-diz-escritora-conceicao-evaristo.shtml>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

CUNHA. João Alipio de Oliveira**. '**Com tanto pau no mato. Embaúba é coronel': A História pública e o Turismo Comunitário de Pinheiral – RJ, **Revista UFRJ,** 2017.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 31-46.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Revista: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 87-110.

_____. Um mapa de ausências. In: _____. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 147-196.

_____. Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: alterações e continuidades. **Revista Letrônica,** Rio Grande do Sul, . 56, n. 1, p. 109-143, março, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro**:** alguns apontamentos históricos. **Tempo** (online), v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413- 77042007000200007>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea,** nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 11-23.

_____. **O negro na literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Navegações, 2013.

_____. **Por um conceito de literatura afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Terceira Margem, 2014.

_____; Isabella Rosado Nunes. **Escrevivência:** a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**.** Rio de Janeiro, Mina Comunicação e arte, 2020. Disponível em _____ Escrevivência: A escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Acesso em: 10 de junho de 2021.

EDITORA MALÊ. **Editora Malê literatura afro-brasileira**.Disponível em: <https://www.editoramale.com.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

EDITORA OGUM'S TOQUES NEGROS. **Editora Ogums**. Disponível em:<https://editoraogums.com/>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 35, p. 17-31, 2009.

_____. **Olhos d'água**.Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

_____. "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio". **Carta Capital**, 13 de maio de 2017 (online). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FARINELI, Victor. Curadora da Flip pede demissão e defende mulher negra para substitui-la. **Revista Fórum,** 12 de agosto de 2020 (online). Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/cultura/apos-pedir-demissao-curadora-da-flip-defende-nomeacao-de-uma-mulher-negra-para-substitui-la>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

FONSECA, Maria Nazareth. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder a polêmica? In: Souza, Florentina; Lima, Maria Nazareth. (org.). **Literatura afro-brasileira.** Brasília: Fundação Palmares, 2006, p. 9-38. Disponível em <http://docs.wixstatic.com/ugd/a00390_489d7989ec664e4eb4aa7d0356999815.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

_____. Literatura negra: os sentidos e as ramificações. **Literafro**. Disponível em<: http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/teoricos-conceituais/ArtigoNazareth1Literaturanegra.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2021.

FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negas desafiam racismo na academia**. Gênero e número**, 20 de junho de 2018 (online). Disponível em<: https://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

FILHO. Cícero João da Costa. Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira, **Intelligere, Revista de História Intelectual**, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Maria Nazareth; Maria José Somelarte. Entrevista para Eduardo de Assis Duarte. **Cuti**, 21 de maio de 2007 (online). Disponível em:<https://www.cuti.com.br/entreveduardo>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

FORBES**.** Brasil lista 20 influenciadores digitais e perfis negros para seguir. **Forbes**, 7 de setembro de 2020 (online). Disponível em: <https://marciatravessoni.com.br/noticias/forbes-brasil-lista-20-influenciadores-digitais-e-perfis-negros-para-seguir>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

FOUCAULT. Michel. **A ordem do discurso.** Edições Loyola, 2012.

FREITAS, de Almeida Marcel. O cotidiano afetivo-sexual no brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje, **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura,** v.5, n.9, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Na Bahia em 1943**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1944.

_____. **Casa Grande & Senzala**. 34ª edição. Rio de Janeiro: Record**,** 1998.

GABRIEL, Ruan de Sousa. Mercado Editorial Descobriu que Mulher Preta Vende. **Época**, 14 de julho 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/giovana-xavier-mercado-editorial-descobriu-que-mulher-preta-vende-23807292>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

GELEDES. Cidinha da Silva. Vozes da bibliodiversidade na FLIP e noutras festas e feiras literárias. **Geledés**, 2 de agosto de 2017 (online). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cidinha-da-silva-vozes-da-bibliodiversidade-na-flip-e-noutras-festas-e-feiras-literarias/>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

GELEDES. Não existe hierarquia de opressão. **Geledés**, 29 de maio de 2015 (online). Disponível em: < https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/ />. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

GERALDO, Nathália. Angela Davis recomendou: quem é Lélia Gonzalez, ícone do feminismo no país. **Uol Notícias**, 1º de fevereiro, 2021 (online). Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/02/01/lelia-gonzalez.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

GOES, Anselmo. Flávia Oliveira sugere nomes para ABL: 'Tá faltando preto na Casa de Machado de Assis'. **O Globo**, 24 de abril de 2018 (online). Disponível em: < https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/flavia-oliveira-sugere-nomes-para-abl-ta-faltando-preto-na-casa-de-machado-de-assis.html >. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

GOMES, Nilma Lino**. Movimento Negro Educador**. Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, p 223-244.

GRUPO EDITORIAL RECORD. **Record** .Disponível em: <https://www.editoramale.com.br/>. Acesso em 10 junho de 2021.

GUATTARI, Félix. **Caosmose. um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, São Paulo, p.121-142, novembro, 2001.

_____. Democracia racial :o ideal, o pacto e o mito (2001), **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.61, p. 147-162, novembro,2001.

HALL, Stuart. A **identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

hooks, bell. **Olhares negros, raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor e raça Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro. **Revista online do IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios do racismo cotidiano**.** Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Fátima. **A publicação das obras de Carolina Maria de Jesus acerca do fato do conselho editorial**. 2021. Facebook: @fatimalima399. Disponível em:<https://web.facebook.com/fatima.lima.399//>.Acesso em: 12 de setembro de 2021.

LIMA, de Juliana Domingos . Conceição Evaristo: A minha Escrita é contaminada pela condição de mulher negra. **Nexo Jornal,** 26 de maio de 2017 (online). Disponível em< https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-

%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

LITERAFRO**.** Paula Brito. **Literafro**, 29 de setembro de 2020. Disponível< http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/374-paula-brito>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22(3), p. 935-952, Set-Dez 2014.

MAZZA. **Mazza Edições**. Disponível em: <https://www.mazzaedicoes.com.br///>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n1 edições, 2018.

MENDES, Gabriella da Silva; Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca. A questão de gênero numa perspectiva decolonial**. Rev. Ed. Popular,** Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 82-101, jan.-abr. 2020.

MÉRIAN, Jean Yves. O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. **Navegações**, v.1, n. 1, p. 50-60, mar, 2018.

MIGNOLO, Walter**. Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGUEL, Alcidéa. **Um amor feito tatuagem**. São Paulo: Scortecci Editora, 2020.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo dos Romances de autoras negras brasileiras (1859- 2006) posse da história e colonialidade nacional confrontada.** 2019. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, **Universidade de São Paulo, São Paulo,** 2019.

MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992

MULHERIO DAS LETRAS. Carta em Protesto à Homenagem a Elizabeth Bishop pela Flip – Festa Literária Internacional de Paraty. **Letras Taquarenses**, 29 de novembro de 2019 (online). Disponível em: <https://letrastaquarenses.blogspot.com/2019/11/carta-em-protesto-homenagem-elizabeth.html>

MUNANGA, Kabengele. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga (entrevista). In: Dantas, Sylvia (et.al). **Revista USP**. São Paulo, nº114, p.31-44.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista**, Editora Pesrpectiva, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **A inadequação linguística de Carolina de Jesus**.2021. Facebook: @gabrieluesc. Disponível em: <https://web.facebook.com/gabrielnasciment.eagle>. Acesso em: 5 de setembro de 2020.

NANDYALA. **Nandyala Livros**. Disponível em: <https://nandyalalivros.com.br//>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

NEIVA, Leonardo. Com rosto ainda desconhecido, primeira escritora negra do Brasil é redescoberta após décadas de anonimato. **BBC**, 25 de julho de 2020 (online). Disponível< https://www.bbc.com/portuguese/geral-53411587>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

NOGUEIRA, Oracy. 1998. Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga (apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti). **Revista Ciências Sociais**,São Paulo, v 14, nº 41, outubro, 1999.

NOIAR, Renata. Números expõem desigualdade racial no Brasil. **Socialismo Criativo,** 2020 (online). Disponível em: <https://www.socialismocriativo.com.br/numeros-expoem-desigualdade-racial-no-brasil/>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Dennis de; SILVA Fabiana Felix do Amaral In: BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição, **Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação**,p.377-396, 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/issue/view/11292/1669>.Acesso em: 10 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em **Revista, Belo horizonte**, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010. Doi: 10.1590/S0102-46982010000100002.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristiane. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. **Em Tese,** v. 22, n. 3, p. 90-107, 2016.

_____.Quilombos editoriais como iniciativas independentes. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-. 17, 2018.

PALLAS. **Pallas Editora.** Disponível em:<https://www.pallaseditora.com.br/mini//>. Acesso em: 12 set. 2021.

PALMEIRA, Francineide Santos. Escritoras negras e representações de insurgência. **Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.** 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278265153_ARQUIVO_FrancineidePalmeiraFG9.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

PEREIRA, Edmilson. Panorama da Literatura Afro-Brasileira, **Literafro**, 02 de julho de 2021. Disponível em:<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/147-edimilson-de-almeida-pereira-panorama-da-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 12 de agosto de. 2021.

PEREIRA, Rafaela. Vozes afropoéticas em Cadernos Negros 37. **Literafro,** 23 de setembro de 2021(online). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/poesia/96-cadernos-negros-37>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

PIMENTEL, Amanda. Cresce o interesse do brasileiro pela literatura africana e afrodescendente. **Multirio,** 30 de agosto de 2019 (online). Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15191-cresce-o-

interesse-do-brasileiro-pela-literatura-africana-e-afrodescendente>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. In: 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis, **Anais eletrônicos**, p. 1-12. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/ 1499473935_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_ThulaPires.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

PROSA VIRTUAL. **Literatura de mulheres negras.**2020. 1 vídeo (2h:34). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ibJmK4v5mfw&fbclid=IwAR2EtXs1h7cuWGRNKAjw 3X6jxzG-F-MeuXsnjDEkGJv2afIOWcy6RFlVEW>. Acesso em: 12 de agosto de. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

QUILOMBHOJE. **Quilombhoje**.Disponível em:<https://www.quilombhoje.com.br/site//>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007.

REGO, José Lins do. **Menino do Engenho**, José Olympio editora, 2010.

REIS, Maurício De Novais; Freitas, Marcilea. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas, **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá.P 1-10, março 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

_____. Pequeno Manual Antirracista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

RIO ON WATCH. Literatura Negra Infantil Empodera Juventude no Alemão: Autor Otávio Júnior Ganha Prêmio Jabuti 2020. **Rio on Watch**, 11 de janeiro de 2021(online). Disponível em: < https://rioonwatch.org.br/?p=52973 >. Acesso em: 24 de maio de 2019.

ROCCO. **Editora Rocco**. Disponível em:<https://www.rocco.com.br//>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

ROCHA, Paraguassu de Fátima. A representação do herói marginal na literatura afro-brasileira: Uma releitura dos Romances Úrsula de Maria Firmina dos Reis e Ponciá Vivêncio de Conceição Evaristo. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura.). Centro Universitário Campos de Andrade, UNIANDRADE, Paraná, 2008.

RODRIGUES, Fabiana Cristiane. **Por uma história editorial da poesia negra afro brasileira.** 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto, CEFET-MG, Cidade, 2019.

SACHINSKI, A composição do cânone literário e as margens inconstantes da literatura ocidental, **Revista de Estudos Literários da UEMS**, ANO 3, v.2, Número 5, 2012.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Os intelectuais eugenistas**: da abundância de nomes a escassez de investigação. (1917-1937). Site do Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder . Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/046.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2020.

SANTOS, Boaventura Souza Santos.Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. **Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra**, 16-18 de setembro de 2004.

SILVA, Cidinha da. Ana Paula Maia Vende livros porque é negra, ou nos lembramos que ela é negra como justificadas às vendas marcantes? A propósito, se escritora negra é sinônimo de venda de livros no mercado brasileiro? *In:* **Cidinha da Silva**. Blog da Cidinha.2017. Disponível em: https<://cidinhadasilva.blogspot.com/2019/09/ana-paula-maia-vende-livros-porque-e.html>.Acesso em: 07 de setembro de 2021.

SILVA, Cidinha. Cidinha da Silva: Vozes da bibliodiversidade na FLIP e noutras festas e feiras literárias, Portal Geldes, 02 de agosto de 2017. Disponível em:< https://www.geledes.org.br/cidinha-da-silva-vozes-da-bibliodiversidade-na-flip-e-noutras-festas-e-feiras-literarias/ >. Acesso em: 12 de agosto de. 2021.

SILVA, Luciana de Mesquita. **Literatura traduzida em foco: Toni Morrison e Beloved no contexto cultural brasileiro.** 2015. Tese (Doutorado em Letras/ Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, PUC-Rio, 2015.

_____; Valente, Marcela Iochem: Narrativa no Espelho: Algumas considerações sobre a recepção de Olho mais Azul, de Toni Morrison e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, **Caderno de Letras**, nº 23, Jul-Jan - 2014 - ISSN 0102-9576.

SILVA, Mariah Rafaela. **Antropofagia virtual: Processos de midiatização e práticas de insurgência corpo-identitárias no Brasil**. No prelo.

SILVEIRA, Daniel. Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz IBGE. **G1**, 06 de maio de 2020 (online). Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

SOARES, Elza. **A Carne.** Álbum Do Cóccix Até O Pescoço. Maianga Discos, 2002.

SOUSA, Inglês. **O Missionário.** Domínio Público. [1891] Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000120.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

SOVIK, Liv. 2009. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.

SCHUMAN, LiaVainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

____. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto, triste visionário**. Rio de Janeiro: Companhia
das Letras, 2017.

SCHWARTZ, Jorge. Negrismo e negritude. **Vanguardas latino-americanas**. Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras: **FAPESP**. São Paulo, 1995.

TOLENTINO, Joana. Lélia Gonzalez e o Pretoguês. Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/04/15/lelia-gonzalez-e-o-pretogues>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

UOL Notícias. Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. **UOL Notícias.** 4 de outubro de 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis:** estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial**.** Brasília: Padê editorial, 2018.

Xavier, Giovana *et al*. **Entre personagens, tipologias e rótulos da diferença**: a mulher na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. História das mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, Selo Negro, 2012, p.67-83

XAVIER, Giovana. **Você Pode Substituir Mulheres Negras Como Objeto de Estudo por Mulheres Negras Contando Sua Própria História**. Rio de Janeiro: Malê, 2019

Apêndices

Este questionário foi elaborado para integrar a dissertação “Mapa de Presenças de Romancistas Negras no circuito literário brasileiro (2017- 2020)”, do programa de mestrado em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ. Ele tem por objetivo compreender os atravessamentos em veicular romances que pautem questões raciais no cenário literário brasileiro, e para entender este panorama entrevistamos romancistas que publicaram no período mencionado acima. Abaixo seguem os questionários das autoras.

Apêndice A

Questionário respondido por Alcidéa Miguel

1- Você acredita que o racismo estrutural impede que as escritas negras publiquem romances no Brasil.

Sim, acredito

1.B - Caso sim, como?

Percebo que, ao bater às portas das editoras solicitando a apreciação das minhas obras para possíveis edições, por ser negra não sou escolhida para o patrocínio da edição.

1.C - Por quê?

Tomando por base a pesquisa de Regina Dalcastagnè (professora e Doutora em Teoria Literária pela UNICAMP), que vem acompanhando a literatura brasileira nos últimos 15 anos, 70% dos escritores brasileiros são homens e 90% são brancos. Entre 258 livros estudados, 3 tinham protagonistas negros.

Entre o período de 1965 a 2014, houve uma grande falta de escritores negros publicando e também de personagens negros nos romances. Isso é uma grande realidade.

O racismo estrutural impede o avanço do escritor negro!

Sancionada a lei 10639-2003, que alterou a LDB para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, tem favorecido a inclusão dos livros paradidáticos e autores negros. Além de favorecer o povo, veio com isso um grande avanço na literatura.

2 - O seu texto já sofreu alguma censura por parte de editoras por pautar o racismo. Caso sim, em que situação?

Os textos nunca foram censurados. Sempre liberados sobre a minha responsabilidade. No caso, eu patrocinei os meus livros que tratavam o combate ao racismo, e a editora dispôs de um termo de compromisso para que eu assinasse referente ao conteúdo por mim divulgado nos livros.

3 - Você acredita que seu trabalho é invisibilizado. Caso sim, por quê? Percebo sim que o meu trabalho antirracista poderia ser mais divulgado na editora.

Tenho que me esforçar muito para divulgá-lo.

4- Você escolheu a(s) editoras para publicar seus romances?

Eu havia editado três livros na mesma editora, então resolvi editar o meu romance pela mesma para dar prosseguimento nos trabalhos de divulgação e vínculo.

5 - Você acredita que as grandes editoras se abriram para as romancistas negras?

Entendo que houve um avanço, mas, precisa melhorar muito. Ainda há grande resistência para as romancistas negras.

6 - Você acredita que as editoras especializadas na temática negra estão ganhando espaço no mercado editorial brasileiro?

Sim.

6B.- Caso sim, a que você atribuiu esta expansão?

Aos Movimentos Sociais e as leis brasileiras sobre racismo.

7- Você prefere publicar em editoras especializadas na temática negra. Por quê?

Sim. Porque elas divulgam, propagam nossa literatura com maior determinação.

8 - Como seu romance contribuiu para um debate antirracista?

Têm contribuído nas rodas de conversas, Lives, contação de história, com a minha música; participou da Cartografia Negra da Cidade de Santo André; acrescentando na formação das pessoas referente à diversidade e no combate ao racismo.

9 - Você foi convidada pela editora para publicar o romance *Um amor feito tatuagem*?

Não, na verdade foi uma proposta minha.

Apêndice B

Questionário respondido por Daniela Bastos

1 - Você acredita que o racismo estrutural impede que as escritas negras publiquem romances no Brasil. Caso sim, como? Por quê?

Sim, acredito que o racismo estrutural impede ou prejudique significativamente a publicação não apenas de romances, mas também livros de outros gêneros literários no Brasil.

Um dos motivos é que grande parte das editoras e suas comissões ou curadorias ainda tem a composição de sua equipe administrativa composta com um considerável percentual de homens brancos – brancos não apenas no sentido de possuir a pele clara, mas brancos no sentido de uma posição política demarcada pelo não reconhecimento da pluralidade e da diversidade brasileira, no que se refere a classe social, gênero, raça, entre outros fatores.

Nosso país passou cerca de 400 anos sob o regime da escravidão e neste longo e doloroso processo pessoas negras foram durante bastante tempo proibidas por lei de ter acesso ao letramento e à educação e ainda hoje essa significativa parcela da população brasileira sofre as sequela de ausência de políticas afirmativas enfrentando maior dificuldade de acesso e manutenção aos bens e serviços da área da educação, por exemplo.

Nesse sentido, em nossa sociedade a literatura sempre foi compreendida como um conhecimento para poucos, para alguns privilegiados, uma expressão erudita reservada para os que supostamente portam um intelecto superior, capazes de pensar a realidade em que vivem e consequentemente documentar (escrever) a sua subjetividade.

Portanto, ainda enfrentamos os resquícios dessa compreensão discriminatória e excludente de que mulheres negras são aptas apenas para os trabalhos braçais e subalternos e não possuem a capacidade de serem intelectuais, criadoras de conteúdo e escritoras.

Sim, acredito que o racismo estrutural impede ou prejudique significativamente a publicação não apenas de romances, mas também livros de outros gêneros literários no Brasil.

2 - O seu texto já sofreu alguma censura por parte de editoras por pautar o racismo. Caso sim, em que situação?

Os meus livros não sofreram censura porque dois deles foram financiados por editais públicos e todos foram publicados por editora independente (minha). Dessa forma tive total liberdade para trabalhar e escrever o que pensava.

3- Você acredita que seu trabalho é invisibilizado. Caso sim, por quê?

Sim, considero que meu trabalho é invisibilizado e negado. Eu creio que isso ocorre porque meus livros falam de uma realidade e de uma perspectiva que historicamente o Brasil tende a silenciar. Eu escrevo sobre a cultura de matriz africana – religiosidade, idiomas, ritos, costumes, sobre cultura popular – as diversas manifestações culturais brasileira – maracatu, de baque virado, caboclinhos, o coco, a capoeira, o samba, o jongo, sobre mulheres negras, sobre direitos humanos, sobre o corpo, sobre ocupação dos territórios, sobre resistência, sobre sonhos, sobre afeto, sobre alegria, sobre humildade, sobre amizade, sobre ludicidade, sobre amor. Minha escrita é sobre assuntos e valores de certa maneira opostos ao que o sistema vigente decreta como padrão a ser seguido.

Meu primeiro livro "Coco de umbigada: cultura popular como ferramenta de transformação social" foi lançado há 10 anos. Eu nunca participei de nenhum evento literário seja local, regional ou nacional como autora. Envio propostas ou peço informações de como se dá a participação e muitas vezes não recebo nenhuma resposta. Os lançamentos dos meus três livros foram feitos de forma independente, com ajuda de amigos ou pequenos produtores. Envio os releases dos livros para perfis, sites, blogs especializados em literatura e sou completamente ignorada, não são publicadas sequer menções quanto mais matérias. Meus livros vêm sendo utilizados e citados em algumas produções acadêmicas – dissertações, artigos, teses, trabalhos de conclusão de curso - de estudiosos e pesquisadores dos temas mencionados na resposta da pergunta anterior. Mas a mídia em geral e grande público me negam totalmente.

4 - Você escolheu a(s) editoras para publicar seus romances?

Meus três livros foram publicações independentes. Os dois primeiros, "Coco de umbigada: cultura popular como ferramenta de transformação social" e "Matriarcado e Fé: a história de Mãe Fátima de Oxum", foram fruto de pesquisa livre financiadas por editais públicos e o terceiro intitulado "Onde está o Axé? Foi meu primeiro livro de ficção e foi produzido de forma artesanal e independente. Eu tenho uma "editora" independente, através de um cadastro na Biblioteca Nacional, no qual eu providenciei o registro e o ISBN.

5- Você acredita que as grandes editoras grandes se abriram para as romancistas negras?

A meu ver as grandes editoras têm dando abertura à algumas escritoras negras que são uma espécie de "eleitas". As "eleitas" seriam mulheres negras escritoras que obtêm alguma notoriedade na área da literatura, geralmente impulsionadas pelo segmento universitário e o que consolidam seu trabalho após décadas de insistência e as grandes editoras as pinçam e usam como prova da sua contribuição na luta antirracista. Algo meramente formal e para demarcar o lugar de empresa politicamente correta. A maioria das autoras negras vem sendo publicadas por editoras independentes de pequeno porte.

6 - Você acredita que as editoras especializadas na temática negra estão ganhando espaço no mercado editorial brasileiro? Casa sim, a que você atribui esta expansão?

Sim, eu acho que editoras especializadas na temática negra estão em expansão porque existe um público interessado nesse conteúdo, não apenas o público negro, que sem dúvida, quer acessar, consumir livros sobre a sua cultura a qual muitas vezes conhecem pouco ou superficialmente, como também os intelectuais, pesquisadores, professores e alunos universitários.

7 - Você prefere publicar em editoras especializadas na temática negra. Por quê?

Eu não tive a experiência de publicar meus livros através de uma editora especializada, porque conforme respondi anteriormente, meus dois livros foram financiados por editais públicos e todos foram publicados por editora independente (minha), através de um cadastro na Biblioteca Nacional.

Apêndice C

Questionário respondido por Eliana Alves Cruz

1- Você acredita que o racismo estrutural impede que as escritas negras publiquem romances no Brasil. Caso sim, como? Por quê?

Sim, acredito. O racismo, além de todos os prejuízos concretos e simbólicos que causa, retira algo vital para quem quer escrever um romance: o tempo. Mulheres negras ainda seguem na base da pirâmide econômica e conciliar a luta pela sobrevivência com uma escrita tão longa requer um esforço extra. Soma-se a isto o acesso ao mercado editorial, ainda muito restrito e circunscrito a uma elite intelectual atrelada à elite econômica. O cenário vem se modificando aos poucos, mas ainda falta um caminho longo.

2 - O seu texto já sofreu alguma censura por parte de editoras por pautar o racismo. Caso sim, em que situação?

Não. Felizmente, ainda não passei por esta situação.

3 - Você acredita que seu trabalho é invisibilizado. Caso sim, por quê?

Hoje creio que não, mas vejo que comecei tardiamente neste mercado por conta da invisibilidade de escritoras negras romancistas brasileiras. Durante muito tempo foi difícil me enxergar neste espaço porque não via quase ninguém. Não era algo naturalizado. Este foi um ponto de muitas inseguranças e temores para começar.

4 - Você escolheu a(s) editoras para publicar seus romances?

Tenho uma trajetória pouco comum na literatura. Comecei escrevendo um romance e ele recebeu o primeiro lugar em um concurso nacional. Desta forma, parti de um lugar diferente. As propostas surgiram naturalmente.

5 - Você acredita que as grandes editoras grandes se abriram para as romancistas negras?

Sim. O mercado editorial não pode mais fechar os olhos para o poder que emerge desta escrita. Temos hoje grandes nomes que não saem das listas de mais vendidas em suas editoras e no cenário literário editorial do país. Há hoje uma preocupação não apenas de grandes editoras, mas de grandes corporações, em refletir a demanda do nosso tempo. E há uma demanda enorme por esta narrativa.

6- Você acredita que as editoras especializadas na temática negra estão ganhando espaço no mercado editorial brasileiro? Casa sim, a que você atribui esta expansão?

Há um paradoxo aí. As editoras especializadas na temática e em autores negros e negras estão ganhando espaço, mas ao mesmo tempo vivem os dilemas do crescimento e da concorrência nem sempre justa com as grandes, que também estão em busca destes talentos.

Creio que o advento das redes sociais como plataforma de divulgação, a democratização do acesso ao livro, as gerações formadas pelas cotas universitárias, o ingresso de estudantes negros e negras nos programas de Pós-Graduação e estudando a fundo a produção literária negro-brasileira, enfim... tudo isso explica.

7- Você prefere publicar em editoras especializadas na temática negra. Por quê?

Com exceção dos textos publicados em antologias, tenho três romances publicados, um livro infantil e um livro de contos. Tudo publicado em editoras especializadas. Meu próximo romance será o primeiro fora de uma editora cujo foco sejam obras da literatura negra. Ainda não tive tempo de sentir as diferenças. No entanto, a próxima editora teve o cuidado de contratar um profissional negro, pois o olhar é completamente diferente para enxergar e avaliar tanto a qualidade, quanto e as sutilezas do texto.

-

Apêndice D

Questionário respondido por Lu Ain-Zaila

1 - Você acredita que o racismo estrutural impede que as escritas negras publiquem romances no Brasil. Caso sim, como? Por quê?

O racismo estrutural impede que pessoas negras tenham vários acessos bloqueados e com a mercado literário não seria diferente. Ele é colonial e canonicamente branco. Logo, permitir que autores não-brancos falem é dar voz e humanidade a pessoas que socialmente sustentam ser menos humanas por "N" mecanismos sociais.

O mercado literário é composto por pessoas que já tem um olhar que desconsidera obras de pessoas não-brancas. É muito comum para essas pessoas agir como se falássemos outra língua, não entendem o que escrevemos, não precisam se preocupar com o interesse do mercado porque esse consumidor nunca foi essencialmente diferente do seu produtor.

Um autor branco de ficção científica americano sem nenhum prêmio é publicado aqui sem delongas, mas Octavia Butler, negra, renomada e premiada desde 1976 dó rompeu a bolha BR em 2016 por meio de uma editora de nicho de obras especulativas. Carolina Maria de Jesus ainda não é respeitada como escritora, temos uma lei 10.639/03 e metade da história de um povo fora do espaço educacional. Então como o mercado vai ser diferente? Ele é racista.

2 - O seu texto já sofreu alguma censura por parte de editoras por pautar o racismo. Caso sim, em que situação?

Eu só tentei editora uma vez e se tivesse pensado nem tinha feito isso. O mercado é o que é fechado a pessoas negras. Então me tornei sem medo uma autopublicada entendendo que temos um mercado a construir fora do ranço editorial racista. Temos editoras negras que nos últimos 30 anos começaram essa mudança e ela deve continuar. Só sonha com o mercado oficial quem acredita no "somos todos humanos" que a publicidade vende, mas são todos brancos. Pra muita gente demora a cair a ficha da realidade porque somos criados assim,

para acreditar que na verdade as pessoas não-brancas não foram competentes o suficiente para furar a bolha.

Sendo assim, nunca sofro censura do meu material porque ele reflete um debate sobre vozes e protagonismos outros. Claro que alguém lê meu material e dialogamos, mas censura não vivo porque escolhi um caminho de liberdade. Escrevo e penso a literatura porque precisamos catalisar as mudanças que vem se fincando para esse caminho sem volta.

3 - Você acredita que seu trabalho é invisibilizado. Caso sim, por quê?

Ele é menos visto porque falta o dinheiro, o marketing, mas se o tivesse não faria propagandas nos locais brancos de costume das editoras. Esse público não é o emergencial para mim, pois pode escolher mudar e variar suas leituras. O que eu faria era abrir espaços literários e de outras artes em áreas periféricas, da baixado ao redor dos centros, faria fomento de leitura, livros em bibliotecas. Para essa população Feiras de Ciências e Artes faz muita falta, tínhamos que ter essas coisas.

Sendo assim, como escolhi um caminho diferente onde o ativismo faz parte do pacote, não ligo para o tempo que ainda vai levar para minha literatura chegar em mais pessoas. O importante é construir novas pontes, as editoras e eventos de nichos já provaram que é o caminho. Nos EUA, um exemplo, o mercado indie é gigantesco e bem organizado, levou tempo, mas tem nomes de pessoas negras que hoje conseguimos conhecer. Por isso acredito que devemos seguir uma rota diferente da fracassa atual. Se fosse tão boa não tinha quebrado tanto...

4 - Você escolheu a(s) editoras para publicar seus romances?

Sou autopublicada. Eu dei conta de minhas obras e só meu livro de 2019 foi por editora. Jamais faria contrato com um espaço que tentasse me silenciar. Ou lida comigo ou sigamos caminhos diferentes. Só mantenho contato com quem faz parte da mudança, o resto não importa o tamanho, não me interessa de modo algum.

5 - Você acredita que as grandes editoras grandes se abriram para as romancistas negras?

Não, isso não existe e um censo nesse mercado mostraria isso tranquilamente. O que temos são alguns livros de autores africanos com algum espaço, mas eles não incomodam estando longe. O mercado interno formal continua o mesmo e não permitiria a alguém em língua pátria ter voz. Isso é outra coisa...

6- Você acredita que as editoras especializadas na temática negra estão ganhando espaço no mercado editorial brasileiro? Casa sim, a que você atribui esta expansão?

Esse espaço editorial conquistado tem a ver com toda a luta dos movimentos negros desde o fim da escravidão, o acesso às mídias e tecnologia nos últimos 20 anos. Conceição Evaristo diz isso e muito bem. A luta por acesso e direitos cria a possibilidade de termos algum capital e conhecimento para fazer acontecer. Sem isso não teríamos conseguido tais mudanças. E o mercado editorial negro passeia pelos espaços onde está o público que deseja alcançar, não apenas porque precisa, mas porque pensa a realidade de pessoas negras. Há um contexto político inegável nessa expansão. São outras feiras, saraus, encontros, lives, protagonistas, locais de enredo dos livros, outros problemas que essa população reconhece. É uma outra construção, pulverizada, que tem muito mais a ver com o objetivo literário: pensar e sonhar.

7- Você prefere publicar em editoras especializadas na temática negra. Por quê?

Ainda estamos longe desta realidade de "preferir"... ainda não temos editoras suficientes para esse luxo, nem público com acesso, com direito a separar 10% do orçamento para livros, cinemas, etc. Se comer ainda é a ordem, então temos que fazer o livro chegar de algum outro modo a essas pessoas para que não acreditem que Arte não alimenta. Esse pensamento seca a humanidade, é onde não se criam as lembranças de ler com o filho, ir a uma atividade cultural, fica só a memória do trabalho, estudar para trabalhar. Isso causa um mal psicológico imenso que só nos últimos anos começamos a falar a respeito.

Por isso, políticas de cultura também devem fazer parte da pauta de pensamento de quem escreve. Bibliotecas públicas municipais e escolares devem ser uma obrigatoriedade que não pode ser ignorada. Isso é pensar a saúde global para que não vejamos pessoas acreditando em "mamadeira de p...". De 2018 para cá vimos um rastro sem igual de incapacidade de discernimento e não por acaso essas pessoas odeiam livros e artes, tem

incapacidade de lidar com vozes que não sejam as delas controlando em confronto com a liberdade real de conhecer e pensar.

Mas acredito que muita coisa vai mudar nos próximos 40 anos. As pessoas que impactamos agora com nossas escritas, capas com pessoas negras, LGBTQIA+, corpos diferentes, pessoas que pela primeira vez estão lendo histórias que falam de seus interesses, sentimentos é imensurável. E seus depoimentos nos dão pistas de que uma vez incluídas vão mudar a forma como as pessoas ao seu redor, familiares, amigos veem livros e arte, como possíveis lugares de afetos, ideias, revolução e cura.

Apêndice E

Questionário respondido por Miriam Alves

1 - Você acredita que o racismo estrutural impede que as escritas negras publiquem romances no Brasil. Caso sim, como? Por quê?

Para começar o racismo estrutural impede muitas ações do seguimento da população negra, emprego, acesso a educação, alimentação e moradia. Além de orquestrar uma violência e um extermínio, que já permanece naturalizado no sistema social, herança da escravização. além de estigmatizar negros e negra dentro do imaginário da nação. Sendo assim a escrita e a publicação de romances, poemas e contos de autores negros não estão longe desse contexto. No entanto, em meio a esse cenário desfavorável encontramos formas de escrever e publicar, criando formas alternativas que subverte a lógica perversa do racismo estrutural.

2 - O seu texto já sofreu alguma censura por parte de editoras por pautar o racismo. Caso sim, em que situação?

Para começar os meus textos não pautam o racismo. Porque pautar racismo é falar do branco e sua atitude de privilégios. Eu pauto a vida da população negra inserida na nação brasileira que foi construída sobre a estrutura desigual do sistema de escravocrata e colonial, que até uma certa medida é sinônimo. E se perpetua através não só da manutenção de privilégio e de um ação social próximas a de castas, como na literatura, não só, cria um imaginário de nação que cristaliza essa visão sobre o cidadão e a cidadã negro-negra. E nesse sentido os meus textos causam um certo espanto na sociedade branca, e nos leitores negros uma sensação de visibilização a partir das palavras. E se eu tive alguma censura com isso? Sim há uns 30 anos atrás quando um editor mudou todo os meus poemas, para publicar, e eu me recusei. E a censura maior é o seu texto ser rejeitado, porque não faz parte da pauta editorial da editora. mas sempre se arruma outra forma, por exemplo o meu romance Bará na trilha do vento (2015), foi financiado por um instituto cultural da Alemanha e publicado por uma editora negra a Ogun's Toques.

3 - Você acredita que seu trabalho é invisibilizado. Caso sim, por quê?

Aí depende. O meu trabalho é visibilizado em, digamos, mercados fora da mídia convenciona, por exemplo no mercado de leitores e leitoras negras que nos 43 anos de publicação de Cadernos Negros conquistamos, e acabamos ficando visível nos meios acadêmicos do Brasil, estados Unidos, França, Alemanha.

4 - Você escolheu a(s) editoras para publicar seus romances?

Eu publico por mais de 35 anos em Cadernos Negros, aí podemos dizer que sim. Quanto aos romances, o primeiro já expliquei na pergunta interior. Maréia (2019), que é o segundo, fui convidada pela editora Malê quando ainda estava nos primeiros capítulos.

5 - Você acredita que as grandes editoras grandes se abriram para as romancistas negras?

Não.

6 - Você acredita que as editoras especializadas na temática negra estão ganhando espaço no mercado editorial brasileiro? Casa sim, a que você atribui esta expansão?

Depende. Nos escritores e escritoras negras criamos um mercado nos auto publicando e criando eventos onde discutíamos a criação e participando de eventos despertando o interesse comercial das editoras, que viram um nicho mercadológico nessas ações. Além das Lei 10 639/2003, que apesar de estar aplicada de forma insipiente, contribui.

7 - Você prefere publicar em editoras especializadas na temática negra. Por quê?

Prefiro publicar por editora que respeite a minha criação. No momento são as pequenas editoras que são de editores negros, que além da questão comercial agrega o ideal de fazer visível nossas publicações dentro de um sistema editorial competitivo.